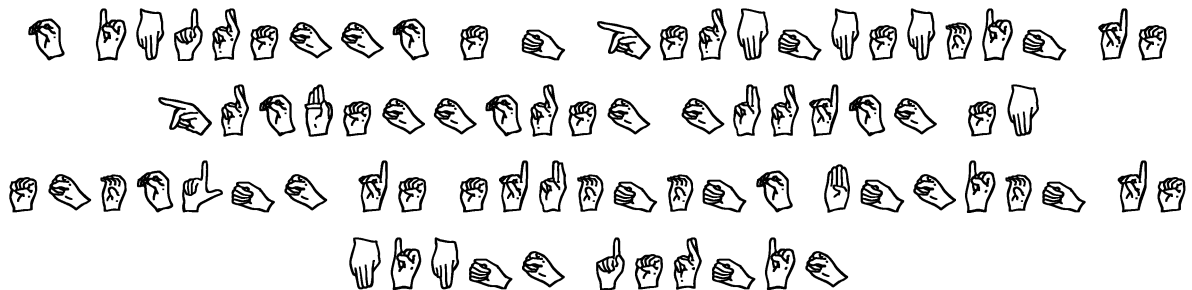


**UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**

**O INGRESSO E A PERMANÊNCIA DE PROFESSORES SURDOS EM ESCOLAS DE
EDUCAÇÃO BÁSICA DE MINAS GERAIS**



Nayhara Lopes de Oliveira

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

O INGRESSO E A PERMANÊNCIA DE PROFESSORES SURDOS EM ESCOLAS DE
EDUCAÇÃO BÁSICA DE MINAS GERAIS

Nayhara Lopes de Oliveira

Produto 1: Relatório de pesquisa.

Produto 2: Marco de referência para elaboração de políticas públicas de inclusão de professores/as surdos na educação básica em Minas Gerais.

Produtos apresentados ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – Mestrado em Formação Docente para a Educação Básica, na linha de pesquisa Práticas Docentes na Educação Básica, sob a orientação do professor Doutor Tiago Zanquêta de Souza.

UBERABA – 2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

- O4i Oliveira, Nayhara Lopes de.
O ingresso e a permanência de professores surdos em escolas de educação básica de Minas Gerais / Nayhara Lopes de Oliveira. – Uberaba, 2024.
142 f. : il., color.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. Linha de pesquisa: Práticas Docentes na Educação Básica.
Orientador: Prof. Dr. Tiago Zanquêta de Souza.
1. Professores. 2. Professores surdos. 3. Educação básica. I. Souza, Tiago Zanquêta de. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. III. Título.

CDD 371.912

NAYHARA LOPES DE OLIVEIRA

**O INGRESSO E A PERMANÊNCIA DE PROFESSORES SURDOS EM ESCOLAS DE
EDUCAÇÃO BÁSICA DE MINAS GERAIS**

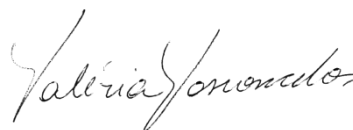
Relatório de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós – Graduação Profissional em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 17/06/2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Tiago Zanquêta de Souza
(Orientador)
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Prof^a. Dr^a. Valéria Oliveira de Vasconcelos
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS



Prof^a. Dr^a. Adriana Marques Aidar
Universidade de Uberaba – UNIUBE

Dedico este estudo à minha irmã Stefâne e à minha família próxima, responsáveis por todas as minhas conquistas. Em especial, ao meu esposo Romualdo, por todo companheirismo e encorajamento. Vocês são verdadeiros pilares e têm minha eterna gratidão e amor.

AGRADECIMENTOS

A realização desta investigação foi possível graças ao apoio e encorajamento de várias pessoas especiais, às quais expresso minha profunda gratidão. Primeiramente, gostaria de dedicar este trabalho à memória amorosa de minha mãe e avó. Exemplos de força e determinação foram e sempre serão minha inspiração, que ao transmitir suas virtudes e amor incondicional, continuam a guiar-me mesmo na ausência física, sendo esta uma humilde homenagem à sua influência eterna em minha vida.

Ao meu amado esposo, Romualdo Ferreira dos Santos, expresso minha sincera gratidão pela sua constante compreensão, paciência, apoio inabalável e parceria indescritível. Seu amor, encorajamento e presença foram minha fonte de forças durante todo o processo.

À minha querida irmã, Stefâne Lopes Nery de Brito, agradeço por ser minha âncora, confidente e fonte de ânimo. Nossa união é admirável e invejável, você é minha base. Ter você ao meu lado foi e sempre será fundamental para eu continuar perseverando, mesmo nos momentos mais desafiadores.

As minhas tias, Joanir e Anezia, agradeço por seu incentivo e apoio ao longo dos anos que mesmo não entendendo o sentido de tantos estudos, como dito no início do mestrado, me transmitem estímulo e são essência para minha jornada.

A Tiago Zanquêta de Souza, meu orientador, minha profunda e singela gratidão pela orientação sábia, assertiva, pelos *insights* valiosos e pela paciência ao longo de todo o processo. Além de total apoio, confiança e por acreditar em mim, sua dedicação, comprometimento e seus direcionamentos quando acabava o fôlego para leituras e escritas foram essenciais para o meu crescimento acadêmico e pessoal, sou grata por tudo que fez por mim.

Aos meus colegas de pesquisa, integrantes do grupo denominado “batedô do mestrado” Carmeliana, Darleni, Cleber, Girarde, Jailson, Vanessa e Wesley, bem como às companheiras da Educação Física que contribuíram com parceria e ideias, Karina e Adriana, e, especialmente, às aliadas e amigas com quem compartilhamos nossas orientações de mestrado, Aline, Júnia e Suely, “as Zanquetetes” cujo apoio e solidariedade foram fundamentais para os momentos difíceis, expresso meus sinceros agradecimentos a todos e todas pelas valiosas colaborações e pela troca de ideias enriquecedoras. Suas contribuições foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos membros da banca de qualificação e defesa Adriana Marques Aidar, Valéria Oliveira de Vasconcelos e Ricardo Baratella, com contribuições enfáticas, que mesmo com a

rigoriedade do mestrado, contribuíram com palavras de ânimo, encorajamento e, simultaneamente delicadeza, as quais foram recebidas prontamente e transmitidas por meio de expressões singelas.

Aos participantes das entrevistas, com tanta beleza, leveza e autenticidade contribuíram para o enriquecimento da pesquisa, agradeço pelo tempo dedicado e pelo interesse que foi demonstrado, suas experiências são valiosas.

Aos professores que, com paixão pelo ensino, compartilharam conhecimentos ao longo da jornada do mestrado que continuaram a ser uma fonte de inspiração em minha trajetória, vocês são modelos de excelência para a educação.

À Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, pelo financiamento via projeto de Formação Continuada Trilhas de Futuro – Educadores.

Por fim, expressei minha gratidão a Deus, cuja condução dos caminhos e graça foram a força motriz para minhas conquistas. Sua bondade e misericórdia sustentaram-me em cada passo desta jornada, além de colocar pessoas tão especiais no meu caminho que serão lembrados e levados para a vida, por isso, sou eternamente grata.

Trabalho desenvolvido com o apoio da SEE/MG, no âmbito do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, Trilhas de Futuro - Educadores, nos termos da Resolução SEE N° 4.707, de 17 de fevereiro de 2022.

Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem [e mulher] quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais.

(Freire, 2022, p.112)

RESUMO

O presente relatório de pesquisa está vinculado à linha Práticas Docentes para a Educação Básica; ao projeto de pesquisa intitulado “Educação na diversidade para a cidadania: um estudo de processos educativos e formativos escolares e não escolares”, ao Grupo de Pesquisa Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas (FORDAPP) e à Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Escolas de Educação Básica – RECEPE. Conta com apoio financeiro da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, por meio do projeto Trilhas de Futuro Educadores. Tem como objetivo geral conhecer e analisar o processo de ingresso do professor surdo para a docência com alunos ouvintes em escolas de Educação Básica e públicas. O método é o fenomenológico, de abordagem qualitativa, envolvendo o sujeito-pesquisador e as vivências adquiridas em seu percurso com a exploração de documentos de forma subjetiva. A pesquisa baseou-se na técnica de análise documental como principal método de coleta de dados possibilitando reconstruções do passado e da contemporaneidade. Foram analisados os documentos Lei nº 7.109 de 1977, Convenção 159 de 1983, Lei nº 8.213 de 1991, Portaria nº 1.793 de 1994, Lei nº 11.867 de 1995, Lei nº 9.394 de 1996, Decreto nº 3.298 de 1999, Lei nº 10.098 de 2000, Decreto nº 42.257 de 2002, Decreto nº 5.626 de 2005, Resolução SEE nº 2903 de 2016, Base Nacional Comum Curricular de 2017, Decreto nº 9.508 de 2018, Edital SEPLAG-SEE nº 3 de 2023, a fim de compreender as políticas públicas e diretrizes que envolvem o ingresso e a permanência do professor/a surdo/a, na educação básica. A pesquisa de campo ocorreu por meio de entrevistas não estruturadas que foram analisadas nas categorias invisibilidade e negacionismo das diferenças decorrentes do colonialismo e colonialidade, e resistência propositiva popular, com foco na efetivação da inclusão. Fica evidente que as políticas públicas são voltadas à inclusão de alunos, porém quando se trata de profissionais surdos, para o ensino de ouvintes nas diversas áreas do conhecimento, há uma enorme lacuna, que abarca desde as legislações até as especificações no edital do último concurso. A invisibilidade da pessoa surda, no sistema e nos órgãos governamentais, é evidente, por não reconhecerem sua potencialidade. A presença desses na educação se faz com resistência propositiva. Ademais, a inclusão não existe para as classes populares e isso torna-se ainda mais evidente mediante análises dos documentos e relatos nas entrevistas. Para a pessoa surda estar presente na escola, com garantias e nela permanecer, deve haver mudanças desde a educação básica até as políticas públicas para o ingresso neste setor. E como um segundo produto, tem-se o marco de referência para a elaboração de políticas públicas de inclusão de professores/as surdos/as na educação básica, em Minas Gerais.

Palavras-chave: Professor da Educação Básica. Surdo. Ingresso.

ABSTRACT

This research report is linked to the line of work "Teaching Practices for Basic Education" and the research project titled "Education in Diversity for Citizenship: A Study of Educational and Training Processes in School and Non-School Contexts." It is also associated with the Research Group on Teacher Education, Right to Learn, and Pedagogical Practices (FORDAPP) and the Cooperative Network for Teaching, Research, and Extension in Basic Education Schools – RECEPE. The research is financially supported by the State Department of Education of Minas Gerais through the "Trilhas de Futuro Educadores" project. The primary objective is to understand and analyze the process of hiring deaf teachers to teach hearing students in public Basic Education schools. The methodology employed is phenomenological, with a qualitative approach involving the researcher-subject and the experiences acquired during the exploration of documents in a subjective manner. The research relied on the technique of document analysis as the main method of data collection, enabling reconstructions of both the past and contemporary times. The analyzed documents include Law No. 7.109 of 1977, Convention 159 of 1983, Law No. 8.213 of 1991, Ordinance No. 1.793 of 1994, Law No. 11.867 of 1995, Law No. 9.394 of 1996, Decree No. 3.298 of 1999, Law No. 10.098 of 2000, Decree No. 42.257 of 2002, Decree No. 5.626 of 2005, SEE Resolution No. 2903 of 2016, National Common Core Curriculum of 2017, Decree No. 9.508 of 2018, and SEPLAG-SEE Notice No. 3 of 2023, in order to understand the public policies and guidelines involving the hiring and retention of deaf teachers in Basic Education. The field research was conducted through unstructured interviews, which were analyzed in the categories of invisibility and negation of differences resulting from colonialism and coloniality, and popular propositional resistance, with a focus on the realization of inclusion. It is evident that public policies are aimed at the inclusion of students; however, when it comes to deaf professionals teaching hearing students in various fields of knowledge, there is a significant gap, ranging from legislation to the specifications in the latest examined notice. The invisibility of the deaf individual in the system and governmental bodies is evident, as they fail to recognize their potential. Their presence in education is marked by propositional resistance. Furthermore, inclusion does not exist for the lower classes, and this becomes even more apparent through document analysis and interview reports. For a deaf person to be present in school, with guarantees and the ability to remain there, changes must occur from Basic Education to public policies for entry into this sector. Additionally, a second outcome is the development of a reference framework for the formulation of public policies aimed at the inclusion of deaf teachers in Basic Education in Minas Gerais.

Keywords: Basic Education Teacher. Deaf. Hiring.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Levantamento bibliográfico.	22
Quadro 2	Fichamento da pesquisa.	23
Quadro 3	Corpus documental da pesquisa.	71
Quadro 4	Análise documental.	75
Quadro 5	Experiências dos participantes.	95
Quadro 6	Organização das indagações e respostas.	96
Quadro 7	Temas-chave das entrevistas.	97
Quadro 8	Categorização dos temas.	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
CM	Configuração de mãos
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
NEEs	Necessidades Educacionais Especiais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PcD	Pessoa com deficiência
PEB	Pessoa Surda
PS	Professor de Educação Básica
SEE	Secretária de Estado de Educação
SEPLAG	Secretária de Estado de Planejamento e Gestão
Uniube	Universidade de Uberaba
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

AS JOGADAS DA VIDA, MEMÓRIAS EMOLDURADAS COM O DOM DE SER PROFESSORA	15
Entre jogos e brincadeiras - Uma infância feliz.....	15
O lançamento do dardo - Ensino Médio e as transformações que causam.....	17
Correndo atrás da felicidade: crescendo e tecendo novos caminhos	17
Corrida com barreiras – a busca por novos conhecimentos com a Pós-Graduação.....	19
O TREINAMENTO COM WARM UP - INTRODUÇÃO.....	22
A arte das lutas com suas técnicas e táticas – O Estado do Conhecimento.....	25
Sistemas táticos - Organização do relatório de pesquisa	34
1. NARRAÇÃO DE ALTO NÍVEL: EXCLUSÃO, SEGREGAÇÃO, INTEGRAÇÃO E A TÃO SONHADA INCLUSÃO	36
1.1 Vencer os jogos com a concretização da inclusão na educação	42
1.2 Jogando a bolinha de gude - Culturas e a educação Inclusiva.....	43
1.3 Do soltar pipa ao futebol de campo - Inclusão e surdez	45
2 – FORMAÇÃO DOS TIMES DE ALTA PERFORMANCE: PROFESSORES EM CAMPO	51
2.1 Dentro de campo, a necessidade de alinhar o treinamento com a prática.....	54
2.2 Regras obrigatórias e necessárias – Políticas Públicas de formação do professor	56
2.3 Táticas de jogo - o currículo direciona ou cria barreiras	57
2.3.1 Formação da equipe: Libras para professores	59
2.4 O time de Freire x Educação tradicional.....	60
3. FUNDAMENTOS TÉCNICOS E TÁTICOS DA EQUIPE – A METODOLOGIA....	63
3.1 A amplitude dos movimentos: métodos de análise.....	72
3.1.1 Movimentação das peças: análise documental.....	73
4 – ESTATÍSTICAS DOS TIMES: ANÁLISE DE DADOS DOCUMENTAIS.....	76
5. REGISTRO DE PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA DOS ATLETAS - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	97
5.1 Experiências individuais da equipe.....	97
5.2 Registro de participação individual e coletiva dos atletas - Análise dos dados.....	101
5.2.1 Invisibilidade e negacionismo das diferenças decorrentes do colonialismo e colonialidade	102
5.2.2 Resistência propositiva popular com foco na efetivação da inclusão	116
7. NA VIDA, O JOGO CONTINUA APÓS O XEQUE-MATE - CONSIDERAÇÕES	121

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
APÊNDICE I - ROTEIRO PARA ENTREVISTA: PROFESSORES SURDOS	134
APÊNDICE II - ROTEIRO PARA ENTREVISTA: ESPECIALISTAS, COORDENADOR E DIRETOR ESCOLAR	136
ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	138

AS JOGADAS DA VIDA, MEMÓRIAS EMOLDURADAS COM O DOM DE SER PROFESSORA

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de *apreender*. Por isso, somos os únicos em quem *aprender* é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a *lição dada*. Aprender para nós é *construir*, reconstruir, *constatar para mudar*, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.

Freire (2021, p. 68)

Entre jogos e brincadeiras - Uma infância feliz

Falar sobre si é difícil, é detalhar a vida, uma trajetória percorrida com tantas dificuldades e lutas que permanecem conosco e, de acordo com Larrosa (2002, p.21), “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, pensando assim, não devemos deixar de lembrar dos bons e velhos tempos, das brincadeiras de criança na rua, quando minha mãe saía para trabalhar e eu ficava aos cuidados de minha avó, pessoa essa que me educou, que me fez desde muito cedo entender um pouco da vida difícil que tínhamos.

A posição da mãe ou do pai é a de quem, sem nenhum prejuízo ou rebaixamento de sua autoridade, humildemente, aceita o papel de enorme importância de assessor ou assessora do filho ou da filha. Assessor que, embora batendo-se pelo acerto de sua visão das coisas, jamais tenta impor sua vontade ou se abespina porque seu ponto de vista não foi aceito. (Freire, 2021, p. 104).

Corroboro com a ideia de Paulo Freire e acrescento aqui que não somente os pais têm esse papel na vida de uma criança ou adolescente, mas todos os familiares próximos, os responsáveis, que são exemplos para o futuro da nossa nação.

Quando minha mãe se dirigia ao trabalho, eu saía correndo para brincar na rua e passava todo o dia entretida em atividades lúdicas, não sei como, mas eu sabia os horários certinhos de quando ela iria chegar e corria para casa. As brincadeiras eram maravilhosas, como exemplo, cito aqui as que eu mais gostava, que eram: roubar bandeirinha, queimada (que até os adultos que ali moravam participavam conosco), e como havia crianças, muitas mesmo, lembro-me que a rua ficava lotada e dividia-se em várias brincadeiras, por grupos, futebolzinho com gols de sandália, soltar pipa com folhas de cadernos e rabiola de sacolas rasgadas, bolinhas de gude e várias outras.

Minha mãe não gostava que eu ficasse na rua, mas naquele momento da minha vida, no auge da infância, creio eu, que já estava iniciando meu futuro acadêmico, pois as brincadeiras eu vivencio até hoje, acho engraçado quando alguns alunos falam que a tia Nayhara ainda é criança, amo e procuro participar sempre com eles das atividades propostas, englobando toda a história de minha trajetória como professora de Educação Física. Naquela época, brincar na porta de casa, na rua, ainda era seguro, a minha casa não tinha muros, era somente uma cerca de arame que eu mesma passava por ela várias vezes no dia, para brincar e para pegar manga na casa dos vizinhos (risos).

Frequentava desde muito pequena a igreja, sempre acompanhando minha vovó nas missas. Aproximadamente, nos meus 11 anos de idade, observava a intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) fazendo a ponte comunicativa entre o mundo ouvinte e o mundo surdo, vislumbrada.

É uma língua linda e muito gostosa de ver, fazer, vivenciar e aprender. Na adolescência, surgiu a oportunidade de fazer um curso de LIBRAS na APAE, que atualmente é referência na cidade e região com os atendimentos especializados às pessoas com deficiência da cidade de Arinos, localizada no Noroeste de Minas Gerais. Cidade pequena em que nasci e passei a minha infância, lá fiz amizades com a intérprete e alguns surdos, tive ótimas experiências e aprendizados.

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS é estruturada da mesma forma que a nossa língua materna, com ela, o surdo consegue expressar seus pensamentos, demonstrar seus desejos, sentimentos, preocupações com naturalidade e rapidez, e foi reconhecida como língua e estruturas próprias, de acordo com a Lei 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Brasil, 2002, art. 1º),

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

A Língua Brasileira de Sinais não é somente comunicar-se com mímicas ou com as letras do alfabeto, as quais são denominadas de datilologia, realizadas por configurações de mãos - CM. São utilizados cinco parâmetros formativos da Libras, além da CM, o ponto de articulação, o movimento, a orientação ou direcionalidade do movimento e a expressão facial e/ou corporal. A Libras exige que sejam demonstrados os sentimentos no contexto dos diálogos.

O lançamento do dardo - Ensino Médio e as transformações que causam

Cursando o ensino médio, ingressei no time de vôlei da cidade de Arinos-MG, antes eu frequentava a quadra e assistia aos treinos, até que me chamaram para treinar também, foi uma felicidade que não cabia no peito.

Chegava da escola, descansava um pouco e partia para a quadra, imaginem uma quadra que não era coberta, às 15 horas, uma canícula e nós armando a rede para iniciarmos os treinos, várias vezes, minha mãe ou minha avó apareciam para me buscar, pois estava muito tarde e eu não tinha chegado em casa, isso às 22 horas, elas não se preocupavam muito porque sempre sabiam onde eu estaria. Com os treinamentos, minhas amigas e eu, compartilhávamos a mesma turma na escola e os mesmos anseios em quadra, começamos a participar de vários jogos escolares e intermunicipais.

Os estudos, sempre caminhando muito bem, pois era uma regra em casa, para participar dos treinamentos de vôlei as notas deveriam sempre ser as melhores, se a média caísse, os treinos também cairiam. Valorizo imensamente essa regra, pois se não fosse assim, logo teria deixado os estudos de lado.

Durante o ensino médio, meus pensamentos mudaram, com mais vaidade, buscava estar sempre arrumada, para isso, precisava trabalhar. Advinda de uma família humilde, além dos estudos e dos treinos de vôlei, trabalhei também como doméstica, não tenho boas lembranças deste emprego, mas como experiência me beneficiou, eu precisaria estudar e lutar muito para crescer na vida e, assim, buscar um emprego melhor. Não desmereço quem trabalha nesta ou em qualquer área, pelo contrário, cada trabalho é digno e essencial, mas almejava um crescimento profissional para ajudar minha família.

Correndo atrás da felicidade: crescendo e tecendo novos caminhos

Terminando o ensino médio, aquela dúvida, agora, o que fazer? Tento uma faculdade ou procuro um emprego? O que pulsou mais forte neste momento foi a busca pelo emprego, para tentar suprir as necessidades de casa. Consegui um emprego na Prefeitura Municipal de Arinos-MG, como auxiliar administrativa.

Considerando a minha atuação prévia na área administrativa, optei por cursar o técnico em Administração no Instituto Federal do Norte de Minas – *Campus Arinos* - IFNMG, com

duração de três anos, como forma de aprimorar minhas habilidades e conhecimentos. Terminando este, fiz o curso de Libras pelo programa bolsa formação/PRONATEC também no IFNMG, a Língua Brasileira de Sinais sempre teve um espaço na minha vida.

A Prefeitura realizou o concurso público para preencher diversos cargos, dentre os quais eu concorri, fui aprovada para o mesmo cargo em que atuava, e foi nesse momento que minha família – refiro-me à minha família ampliada, incluindo minhas primas e amigos mais próximos – começaram a intervir, uma vez que em minha casa, contando os meus onze tios e minha mãe não há nenhum membro com formação superior. A maioria dos membros de minha família concluiu apenas o ensino fundamental e poucos o ensino médio. Percebi, a necessidade de ingressar em uma faculdade.

Trabalhava comigo na Prefeitura uma pessoa surda, que eu já conhecia desde pequena quando fiz o curso de Libras pela APAE, nesta ocasião, ele já estava casado e com uma pessoa surda, que logo nos tornamos amigas também.

Na minha cidade não tinha faculdade, cursos de nível superior. Para estudar, deveríamos viajar para a cidade mais próxima que se localizava aproximadamente a 150 km, no caso, sair do emprego às 16 horas, viajar até a faculdade que se localizava na cidade de Unaí-MG e retornaria chegando em casa, às 02 horas da manhã. Estudar e trabalhar nessas circunstâncias era fatigante, além de ter um alto custo, eu não consegui terminar, deveria procurar outra forma para continuar os estudos.

Estava com muitas dúvidas ainda, sobre qual curso eu faria, Administração por trabalhar na área ou Educação Física porque amava, amo esportes. Houve então a intervenção da minha avó novamente, me disse que se eu fizesse Educação Física eu não iria trabalhar, eu iria viver de forma tranquila, pois faria o que gosto. E de acordo com Paulo Freire (2021, p. 104),

[...] faz parte do aprendizado da decisão a assunção das conseqüências do ato de decidir. Não há decisão a que não se sigam efeitos esperados, pouco esperados ou inesperados. Por isso é que a decisão é um processo responsável. Uma das tarefas pedagógicas dos pais é deixar óbvio aos filhos que sua participação no processo de tomada de decisão deles não é uma intromissão mas um dever, até, desde que não pretendam assumir a missão de decidir por eles. A participação dos pais se deve dar sobretudo na análise, com os filhos, das conseqüências possíveis da decisão a ser tomada.

Foi esse o papel da minha família, minha avó estudou somente até a 3º série dos anos iniciais, mas tinha conselhos e experiências de vida, uma sabedoria empírica, e na sua simplicidade sempre nos ensinava muito, conselhos que até hoje, quando vamos desenvolver alguns projetos, pensamos no que ela diria ou faria, foi assim, que decidi pela Licenciatura em Educação Física.

Surgiu a oportunidade de estudar na Faculdade Cidade de João Pinheiro, na época, estudávamos com um calendário especial, no período de janeiro e julho, das 6 horas da manhã até as 22 horas, nos demais dias eram realizados trabalhos, que eram enviados aos professores para as devidas correções, em um modelo semipresencial.

Na Faculdade de Educação Física licenciatura, cursei uma disciplina de LIBRAS, foi tudo muito rápido e os colegas que tinham dificuldade em aprender não tiveram a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos na Língua de Sinais, aprendendo a fazer somente o nome com o alfabeto da língua, utilizando a datilologia, que era um dos requisitos para passar na disciplina.

A meu ver, a Língua Brasileira de Sinais é muito mais que isso, difícil na verdade é sim, tanto para os ouvintes quanto para os surdos, mais se faz necessária, é inclusiva e oferece a oportunidade de conhecer uma nova cultura, um novo mundo.

Continuei trabalhando na área administrativa até prestar o concurso para Secretaria de Estado da Educação, para professora da Educação Básica, na disciplina de Educação Física, após ser nomeada no concurso de 2011, entrei em exercício e comecei a trabalhar na área em 2017. Neste mesmo ano, prestei novamente o concurso e exerço a função em dois cargos efetivos no Estado de Minas Gerais, atualmente na cidade de Uberaba- Minas Gerais.

Corrida com barreiras – a busca por novos conhecimentos com a Pós-Graduação

Inicialmente, trabalhando como professora, cursei a pós-graduação em Educação Física Escolar aprimorando os conhecimentos para com os alunos dos anos iniciais, fundamental e médio, com o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC “Atletismo escolar e suas contribuições para pessoas surdas”. Logo, cursei a pós-graduação em nível de especialização em Educação inclusiva, com Ênfase em Deficiência Auditiva pela Universidade Católica Dom Bosco, com o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC “O esporte como transformação social para surdos”. Busquei sempre novos caminhos, novas metodologias de ensino e aprendizagem.

Ao tomar posse no Estado em 2017, em exercício na Escola Estadual Vigário Torres, fui morar na cidade de Unaí-MG, no 6º ano regular, lecionava para uma aluna surda, porém ela não tinha muito conhecimento sobre a Libras, como sua primeira língua, estava começando a aprender e o processo para o aprendizado na escola regular carece muito dessa ponte de comunicação, que é a base para a continuidade no processo de ensino-aprendizagem da pessoa surda.

O Decreto Federal 7.611 dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado (Brasil, 2011, art. 27 e 28) tem como objetivo a inclusão, a permanência dos alunos com deficiência na escola, a formação profissional e continuada dos professores para atendimento a estes com a diminuição das barreiras e inclusive com o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos. Acrescento, ainda, que esta seja para todos e todas os/as discentes, nesse sentido, faz-se necessário o letramento em Libras das crianças surdas como sua primeira língua e o português como segunda língua, ainda de acordo com a Lei 13.005, que aprova o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014, meta 4.7), facilitando a comunicação e inclusão do aluno surdo na comunidade escolar, ofertando igualdade de oportunidades no ensino.

Retornando para minha cidade de origem, Arinos-MG, surgiu a oportunidade de trabalhar na área de Intérprete de LIBRAS, em que dois dos meus amigos surdos estavam cursando o magistério na Escola Estadual Major Saint'Clair Fernandes Valadares e precisavam de uma pessoa para contribuir com a acessibilidade linguística. Me convidaram para participar do processo de designação e fui contemplada. Foram momentos difíceis no início, porque eu havia ficado muito tempo sem um contato aprofundado com a LIBRAS e, quando isso acontece, nos esquecemos de muitos detalhes, mas aos poucos tudo foi se encaixando.

Outra experiência foi a de trabalhar como tutora na Universidade Norte do Paraná-UNOPAR, polo Arinos-MG, no curso de Licenciatura em Educação Física. Lecionava aulas práticas presenciais, tínhamos uma aluna surda que vivenciava a LIBRAS, sabia se comunicar bem e era muito atenta a tudo. Durante as aulas práticas, notava que os alunos se aproximavam cada vez mais da cultura surda, observavam atentamente a língua de sinais, pois ao mesmo tempo que efetuava a interpretação eu falava e demonstrava. Os alunos buscavam aprender as palavras mais utilizadas do nosso cotidiano, por exemplo, ir ao banheiro e demais sinais, para que pudessem conversar e se comunicar com a aluna surda. Forma de comunicação que transpunha barreiras e vai além, com a cultura corporal de movimentos proposta pela Educação Física.

Com essas experiências, eu tenho como sentimento que há uma necessidade muito grande de buscarmos um olhar mais profundo para essa área, fazendo com que o professor de Educação Física seja um colaborador para transpor as barreiras comunicacionais existentes, tanto para o aluno surdo quanto para uma profissional que está ingressando no mercado de trabalho.

Minha proposta de pesquisa está diretamente ligada à minha história de vida, eu consegui chegar até aqui com muita luta, nas minhas experiências profissionais ainda não

trabalhei com professores surdos ou com deficiência, gostaria que meus amigos, que são pessoas que fazem parte desta comunidade, tenham oportunidades de alcançar os seus objetivos, ir além da educação básica até a faculdade e ingressar no emprego público.

Sabemos que o professor de Educação Física tem uma proximidade maior com os alunos e alunas, por experiências próprias, talvez pelo espaço em que trabalhamos, ou pelas metodologias que são utilizadas, mas precisamos entender, como processa-se a inclusão ou admissão do licenciado surdo para trabalhar com discentes ouvintes?

Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não *aprendo* nem *ensino*. Exercer a minha curiosidade de forma correta é um direito que tenho como gente e a que corresponde o dever de lutar por ele, o direito à curiosidade. (Freire, 2021, p.83).

À vista disso, iniciamos o processo de pesquisa no Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica, pela Universidade de Uberaba- Uniube - *Campus* Uberlândia, sob orientação do professor Doutor Tiago Zanquêta de Souza, apoiado financeiramente pelo programa Trilhas do Futuro para Educadores. Sempre tive o sonho de fazer uma pós-graduação *stricto sensu*, mas por tantas exigências, eu considerava impossível, com o Trilhas, senti que as portas da vida acadêmica estariam se abrindo e que era minha a oportunidade. O Trilhas do Futuro é um programa do Governo do Estado de Minas Gerais para profissionais com cargos efetivos estáveis da Educação Básica com parceria com as Universidades. Tem por objetivos conceder cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* para nós, servidores, e está se transformando em um dos maiores programas de formação, capacitação e desenvolvimento profissional, uma oportunidade única para que coloquemos nossos anseios em prática, na luta por uma educação justa e inclusiva para todos e todas. Pensar nos professores/as, em suas necessidades e no ambiente institucional para que este seja acolhedor e lutar para que a inclusão seja concretizada, quebrando barreiras que ainda perduram, são questões que fazem parte de nossos anseios.

O TREINAMENTO COM WARM UP - INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a inclusão se configura como um dos princípios essenciais no âmbito educacional, visando proporcionar oportunidades equitativas de aprendizagem para todos e todas. Um olhar, contra-hegemônico, que prima pelas diferenças nos permite pensar em como seria a inclusão das classes populares. Enquanto sociedade, devemos compreender que temos o direito de sermos diferentes, na medida em que o outro sempre é o outro, independentemente de sua condição física, motora, cognitivo-intelectual. Estamos falando, por isso mesmo, de alteridade.

A discussão sobre a inclusão, portanto, se faz necessária porque existe a exclusão. O colonialismo e a colonialidade vigentes dão conta de sedimentar as práticas assentadas numa visão de mundo que se pretende hegemônica e que considera existir um padrão ideal de homem e mulher, qual seja: branco, heterossexual, machista, patriarcal, cristão, proprietário de terra, que fale inglês, sem deficiências. Sobre o colonialismo e a colonialidade, caracterizam Souza e Novais (2021, p.534-535),

Trata-se de uma forma desterritorializada, desenraizada e atual da relação de dependência e subalternidade. Em resumo, enquanto o colonialismo tem intensas ligações histórico-geográficas, a colonialidade atua como uma matriz subjacente do poder colonial que seguiu e continua existindo após as independências políticas de nossos países e que hoje se perpetuam pelas diversas maneiras de dominação do Norte sobre o Sul.

Segundo Freire (2022, p.58), todos os outros sujeitos são “proibidos de ser”, ou seja, têm sua existência negada, invisibilizada, excluída. E são esses mesmos sujeitos, aqueles que constituem, numerosamente, o grupo da inclusão.

No entanto, ao tomarmos os estudos culturais como referencial para problematização de um outro mundo possível, a partir da alteridade, não seria coerente falarmos de inclusão. Mas, entendemos que, por meio deste referencial teórico, a discussão sobre inclusão se faz como *resistência propositiva*, de modo a buscarmos a superação da condição de opressão que atravessa e estrutura a realidade vigente.

Em Souza e Novais (2023, p. 532-533), vamos encontrar o seguinte esclarecimento, alteridade é ver, sentir e cuidar do/a outro/a, saber que o “outro é o outro absoluto, pois sua essência consiste na sua própria alteridade e dignidade, o que é capaz de distinguir um ser de outro ser. A dignidade é parte integrante da vida, cujo respeito e valor são inalienáveis tanto à terra quanto à pessoa humana”. E Dussel (2002) descreve ainda que o outro é um sujeito

autônomo, livre e distinto, não somente diferente, e seu reconhecimento é baseado graças à razão gerada no exercício da ética, (re)conhecer o ser humano a partir da vida nos faz discernir que a dignidade do ser e o cuidado se entrelaçam a distinções. Além disso, Souza e Novais (2023, p. 8) afirmam que, “A ética da alteridade-cuidado, como a entendemos, implica reconhecer que o sujeito se torna ético” ao conviver com as diferenças, cresce e aprende, “de modo a transitar da diferença para a distinção”, que consiste ainda em aquilo tudo que o outro tem de outro, pois o “respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (Freire, 2021, p.58).

É justamente essa aproximação respeitosa, responsável, amorosa e cuidadosa, por isso mesmo ética, que orienta a presente pesquisa, valores com os quais nos comprometemos. Trata-se ainda de reconhecer a dignidade do sujeito autônomo, como outro, no sentido e na busca pelo cuidado, na condição de outro, na sua distinção, com a educação popular em direção à conscientização, autonomia e transformação social, com valorização das experiências de vida, particulares de cada ser, de cada comunidade, de cada cultura, para promover a inclusão e garantir o pleno direito à educação e à cidadania de todos e todas (Souza e Novais, 2023). “Assim, no campo da Educação Popular, o conceito de autonomia e justiça social está intimamente implicado ao que nomeamos como ética da alteridade-cuidado” (Souza, Novais e Vasconcelos, 2023, p.17).

Um compromisso genuíno com a alteridade e a diversidade é fundamental para reconhecer que a surdez não é uma deficiência, mas sim uma forma diferente de experienciar o mundo. A surdez é um elemento identitário da comunidade surda, que não se caracteriza como deficiência, mas está localizada politicamente dentro deste discurso (Skliar, 2015). Nesse sentido, compreendemos que a inclusão deve acontecer e se dar no sentido de que todas as pessoas sejam acolhidas, respeitadas e valorizadas por suas potencialidades, habilidades e diferenças, como é o desejo de Bahan (1989, p.32) “I put myself in a position of things I can do, instead of what I can't do. That moves the focal point off my inability and focuses on my ability” em nossa tradução, “Eu me coloco na posição das coisas que posso fazer, em vez do que não posso fazer. Isso afasta o ponto focal da minha incapacidade e foca na minha capacidade”.

Nesse contexto, a presença de professores/as surdos/as nas escolas de educação básica representa desafios e oportunidades singulares. Compreender como ocorrem o ingresso e a permanência desses profissionais no contexto educacional é de extrema importância para a efetivação de políticas públicas inclusivas.

Baseando-se na necessidade de compreender e investigar o ingresso do/a professor/ar surdo/a na Educação Básica, uma vez que existem diversos aspectos que sustentam interesse por essa temática, uma delas é a busca por uma educação mais inclusiva e igualitária, o que tem sido uma preocupação constante na legislação educacional e nas práticas pedagógicas, ao nosso ver deve ser equitativa, baseada na alteridade. Nesse sentido, contribuir para a melhoria e efetivação das políticas públicas inclusivas. Além disso, a presença do docente surdo/a na Educação Básica pode representar uma ruptura de estereótipos e preconceitos, desafiando visões limitadas acerca das capacidades e habilidades dos indivíduos surdos.

Tem-se por objeto de estudo o ingresso e a permanência de professores/as surdos/as para trabalhar com alunos e alunas ouvintes em escolas de Educação Básica e públicas.

A questão de pesquisa tem sua origem ao olharmos a nossa realidade com inquietações e tentarmos transformá-la, assumindo os desafios que nos são dados no dia a dia, principalmente nos contextos escolares, quando nos deparamos com questões como a inclusão/exclusão e buscamos compreender esse processo para que sejam realmente presentes, participativas e incluídas. Portanto, tem-se a questão central: como é o processo de ingresso do/a profissional surdo/a para a docência com alunos e alunas ouvintes?

E existem as seguintes questões complementares:

- ✓ Quais as políticas públicas de inclusão para a pessoa surda egressa do ensino superior para ingresso no mercado de trabalho, especificamente na escola pública?
- ✓ O/A professor/a surdo/a tem direito à intérprete de Libras, no momento das aulas?
- ✓ O governo disponibiliza formação para alunos/as, professores/as e demais funcionários nas escolas, para efetivar a inclusão do professor/a surdo/a?

O objetivo geral é o de conhecer e analisar o processo de ingresso do/a professor/a surdo/a para a docência com alunos e alunas ouvintes em escolas de educação básica e públicas.

E, como objetivos específicos, têm-se:

- ✓ Identificar as políticas públicas de inclusão para a pessoa surda egressa do ensino superior no ingresso do mercado de trabalho, especificamente na escola pública;
- ✓ Verificar se o/a professor/a surdo/a tem direito ao intérprete de Libras, tanto para interpretação de Português para Libras quanto de Libras para Português, no momento das aulas;
- ✓ Verificar se o governo disponibiliza formação para alunos/as, professores/as e demais funcionários nas escolas, para efetivar a inclusão do/a professor/a surdo/a.

- ✓ Elaborar um marco de referência, para a elaboração de políticas públicas de inclusão para professores/as surdos/as na educação básica de Minas Gerais.

No emprego público, especificamente na docência, é inabitual encontrarmos professores/as surdos/as, e quando se trata de lecionar para alunos/as ouvintes, isso parece ser impraticável, em virtude da falta de políticas públicas relacionadas a este contexto, ou pelo modelo de ensino na educação básica com pouca estrutura, o que dificulta a aprendizagem e, conseqüentemente, torna o acesso ao ensino superior mais complexo.

São diversos aspectos dentro de um contexto político, econômico, social e cultural que permeiam o processo de inclusão do/a docente surdo/a no meio educacional, que devem ser investigados para que se compreenda a complexidade da atual realidade da inclusão do/a docente surdo/a na escola pública. Com a presente pesquisa, buscamos aprofundar os conhecimentos sobre esses processos e futuramente contribuir com o ingresso dessas pessoas nas instituições públicas de ensino, sejam anos iniciais, fundamentais ou no ensino médio.

A arte das lutas com suas técnicas e táticas – O Estado do Conhecimento

O levantamento de dados teóricos, estado do conhecimento, deve ser elaborado com pesquisas em bases de dados científicos, confiáveis, para que a pesquisadora alcance o domínio necessário de conhecimento sobre a temática específica na área pretendida, buscando identificar as referências que poderão contribuir com a pesquisa, que envolve os professores/as surdos/as que estejam ingressando na educação básica e que a pesquisadora adquira conhecimentos prévios e tenha como se basear e argumentar a partir dos dados já existentes. De acordo com Morosini e Fernandes (2014, p.155), as etapas que devem ser seguidas para elaboração do estado do conhecimento consistem em: “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”.

O estado do conhecimento foi realizado por meio do levantamento de dados, a partir de buscas exclusivamente nos bancos digitais de teses, dissertações e artigos, que tiveram como propósito identificar estudos com similaridade à temática proposta. Foi feito o mapeamento em algumas plataformas, como no Banco Digital de Teses e Dissertações - BDTD e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES.

Definidos os critérios de busca na pesquisa com dados dos últimos dez anos (2013 a 2023), visto que o estado do conhecimento deve ser o mais atualizado, completo e apropriado possível, houve a necessidade de prolongar o período das pesquisas devido à pandemia e

quarentena do COVID-19 (2020 a 2022), período em que houve poucas publicações na área da Educação, Educação Física e Inclusão que seria inicialmente o tema proposto, e, de acordo com Brito (2021, p.13): “ao vislumbrar a pesquisa bibliográfica como uma ferramenta de interpretação da realidade, deve-se levar também em consideração a forma como o conhecimento se propaga na atualidade”.

Quanto à organização e à sistematização, encontram-se no Portal de periódicos da CAPES 36 artigos e no Banco Digital de Teses e Dissertações- BDTD, cerca de 110 teses e dissertações, com um total de 146 trabalhos. Os selecionados possuem maior relevância para a pesquisa. Foram utilizados os seguintes descritores, pesquisados nas diferentes bases:

- 1) Professor. Surdo. Educação Física.
- 2) Ingresso. Professor Surdo. Educação Física.

Foram selecionadas quatro dissertações de Mestrado e três artigos elegidos pela familiaridade dos títulos e aprofundamento em seus resumos. Para melhor estruturação da pesquisa, foi elaborado o quadro 1, referente ao estado do conhecimento:

Quadro 1 – Levantamento bibliográfico.

Crítérios de seleção	Base de Dados	Descritores utilizados	Nº de Trabalhos recuperados	Nº de trabalhos selecionados
Trabalhos selecionados por títulos e resumos.	BDTD	1) Professor. Surdo. Educação Física.	110	4
		2) Ingresso. Professor Surdo. Educação Física.	10	-
Trabalhos selecionados por títulos e resumos.	Portal de periódicos da CAPES	1) Professor. Surdo. Educação Física.	36	3
		2) Ingresso. Professor Surdo. Educação Física.	0	-

Fonte: A autora, de acordo com Brito; Oliveira; Silva (2021, p.13)

Durante a realização da pesquisa, pôde-se observar que muitos trabalhos se repetiram, até mesmo com a alteração dos descritores. Além disso, muitos trabalhos com descritores parecidos eram apresentados pelas plataformas, no Banco Digital de Teses e Dissertações foram encontrados e separados por temas para melhor exposição no presente trabalho, sendo: 15 dissertações relacionadas a professores de Física, ensino de Física e surdo, 18 dissertações com temas relacionados a aluno surdo, inclusão na Educação Física e nas demais disciplinas; relacionados à intérprete, formação de professores, escola de surdos, professor de apoio, sala de recurso e professor surdo de Libras. Dessa maneira, foram encontradas 31 dissertações e 46

fora da área pretendida. No Portal de Periódicos da CAPES, 09 artigos no contexto de professor de física, ensino de física e surdo, 08 artigos com temas relacionados a aluno surdo, inclusão na educação física e nas demais disciplinas; relacionados ao intérprete, formação de professores, escola de surdos, professor de apoio, sala de recurso e professor surdo de Libras, foram encontrados 07 artigos e 12 fora da área pretendida, resultando em um número muito maior e desproporcional ao que realmente foi produzido na área para a atual pesquisa, que é o ingresso de professores/as surdos/as de Educação Física em escolas de educação básica.

Logo após a compilação de todo material a ser consultado, realizou-se o fichamento, que, de acordo com Brito; Oliveira; Silva (2021, p.9) “é a fase em que o pesquisador, visando uma adequada organização, transcreve os principais dados e informações do material selecionado. Passa-se então à fase de análise e interpretação”. Nesta fase, foi realizada a leitura dos artigos e dissertações de mestrado que foram selecionados.

A análise e interpretação é a fase de revisão da literatura, uma leitura focada, analítica e crítica do material bibliográfico selecionado. Para Brito, (2021, p.9) “é o momento em que o pesquisador identifica os elementos essenciais da pesquisa, realiza sua classificação, generalização, análise crítica e interpretação” das publicações selecionadas, revisão literária, embasando a pesquisa.

Ao realizar o levantamento bibliográfico para a estruturação do estado do conhecimento, foram encontradas 07 produções teóricas com análises na área da Educação que podem contribuir com a pesquisa, que envolvem a inclusão da pessoa surda e a Educação Física inclusiva.

Para a etapa do fichamento da pesquisa, foi elaborado o quadro 2:

Quadro 2: fichamento da pesquisa.

Título	Link	Autor	Natureza	Data
1. Alunos surdos e educação física: tecendo relações de distanciamentos e aproximações.	https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/38097/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Raphael_Alves_Coelho.pdf	Coelho, Raphael Alves	Dissertação de Mestrado	11 dez. 2022
2. Corpos que falam: os olhares dos docentes e dos alunos surdos acerca da inclusão nas aulas de educação física do ensino médio do IFRN.	https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/29178/1/Corposquefalam_Tabosa_2019.pdf	Tabosa, Marcilene França da Silva	Dissertação de Mestrado	11 dez. 2022

3. Tenho um aluno surdo: aprendi o que fazer!	https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190435/MACHADO%20J%20a9ssica%20Lais%20Novais%202017%20%28disserta%20a7%20a3o%29%20UNB.pdf?sequence=1&isAllowed=y	Machado, Jéssica Lais Novais	Dissertação de Mestrado	11 dez. 2022
4. A inclusão no ensino superior: um estudante surdo no programa de pós-graduação em educação.	https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6067/1/Davieli%20Chagas%20Breda.pdf	Breda, Davieli Chagas	Dissertação de Mestrado	30 dez. 2022
5. Representações de alunos surdos sobre a inclusão nas aulas de educação física.	https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/7989/pdf	Alves, et al.	Artigo.	11 dez. 2022
6. Ser futuro professor surdo-mudo de educação física: escolhas compreensões e perspectivas.	https://revistas.ufg.br/rir/article/view/49405	Krug, et al.	Artigo.	11 dez. 2022
7. Percepção de Docentes sobre o Ingresso de um Estudante Surdo em um Campus Universitário.	https://www.scielo.br/j/rbee/a/H8qSLjdWLzVvbbss8rdj7fN/?format=pdf&lang=pt	Capelli, et al.	Artigo	30 dez. 2022

Fonte: A autora, de acordo com Brito; Oliveira; Silva (2021, p.13)

Ao iniciar o levantamento bibliográfico que compôs o estado do conhecimento, percebe-se que há um número considerável de estudos no Banco Digital de Teses e Dissertações, sendo 12 relacionados, esses discutem a inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física e, com esse mesmo tema, os artigos no Portal de Periódicos da CAPES equivalem-se a 11, envolvem também o ensino médio e os trabalhos realizados dos professores da disciplina, todavia, as pesquisas sobre o/a professor/a surdo/a de Educação Física e o processo pelo qual ele percorre para exercer sua função na área da Educação Básica ainda não existe e deixa uma carência em produção de trabalhos científicos e acadêmicos. Sendo assim, nota-se a necessidade de estudos que proponham um diálogo mais aprofundado na área, o que justifica o presente trabalho, a fim de avançar acrescentando frente às discussões já existentes.

Nesse sentido, foram realizadas consultas nas principais fontes de produção de dissertação, teses e artigos em base de dados nacionais e os produtos selecionados compõem o Estado do conhecimento (Morosini; Nascimento; Nez, 2021).

A dissertação de mestrado de Raphael Alves Coelho, realizada em 2020, com o título: *Alunas (os) surdas (os) e educação física: tecendo relações de distanciamentos e aproximações*, analisa um grupo de discentes surdos e as relações que compõem as práticas corporais tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, relacionando-os com os demais alunos, não deficientes, possibilitando aproximações entre os pares.

A pesquisa tem a intenção de identificar ações, essas que podem favorecer docentes no trabalho especificamente com a inclusão de alunos/as surdos/as, a construir saberes e metodologias pedagógicas para a educação por meio da ação. Este trabalho contribui com a presente pesquisa, porque é importante conhecer um pouco do processo escolar e das práticas corporais realizadas pelas pessoas surdas, fato que faz parte da construção histórica deste grupo e pode influenciar em escolhas futuras, como o ingresso na faculdade de Educação Física.

Discute, ainda, a vivência do/a surdo/a em ambientes majoritariamente ouvintes. A pesquisa se caracterizou como método de pesquisa cartográfico, que não se faz com regras predefinidas, buscando construir conhecimento por meio da observação e interação com os sujeitos envolvidos, um método de construção coletivo de conhecimento, a fim de aprender sobre as experiências dos/as surdos/as nas aulas de Educação Física, e foi construída por meio da pesquisa-intervenção, ou seja, com o pesquisador participando das aulas e interagindo com os/as alunos/as.

Os resultados apontaram para uma boa relação das pessoas surdas para com os ouvintes, nas aulas de Educação Física e principalmente nos momentos de lazer fora da escola, momentos em que eles aprendiam por observação e imitação pela falta do intérprete, que os acompanhavam somente durante as aulas. A aprendizagem prática por meio de imitações de gestos é importante, porém tornam-se insuficientes para a amplitude de conhecimentos e significados que as vivências podem construir, ampliando a necessidade de metodologias pedagógicas diferenciadas nas aulas práticas de Educação Física. Verificou-se também que há necessidade de capacitação dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, de acordo com Coelho (2020, p.66), podem ser observadas lacunas no processo formativo da comunidade escolar, necessitando de maior sensibilidade na interação e comunicação, o que facilitaria muito as práticas nas aulas de Educação Física, destacando também a importância de materiais e metodologias adaptadas, que levem em consideração a importância do ensino da cultura corporal de movimentos, não somente para a pessoa surda, mas para todos os alunos e alunas.

A dissertação de mestrado de Marcilene França da Silva Tabosa, realizada em 2019, com o título: *Corpos que falam: os olhares dos docentes e dos surdos acerca da inclusão nas aulas de educação física do ensino médio do IFRN* discute sobre as opiniões que os alunos

surdos e professores possuem em relação à inclusão nas aulas de Educação Física, no ensino médio, no Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Como método de pesquisa, a autora utiliza-se da qualitativa e como procedimento metodológico o estudo de caso, por se caracterizar como específico e único.

A escolha pelo ensino médio para a pesquisa se dá pelo fato de considerarem o período escolar de suma importância para os/as alunos/as e com pouco reconhecimento relacionado ao conteúdo Educação Física. Tabosa (2019) chegou à conclusão que professores/as lecionam baseados no Projeto Político Pedagógico da instituição e sempre buscam incluir alunos/as com deficiência/diferença nas atividades propostas. As aulas de Educação Física foram bem planejadas, com práticas organizadas de acordo com a necessidade dos discentes, aulas expositivas com slides, conteúdos ilustrativos e demonstrações, adaptando-se ao novo contexto da instituição.

Em sua dissertação, realizada em 2017, Jessica Lais Novais Machado busca identificar quais seriam as ações que favorecem a inclusão de surdos/as no ambiente escolar, com o título: *Tenho um aluno surdo: aprendi o que fazer*. Utilizando o método de pesquisa qualitativa, coletando dados no ambiente familiar dos entrevistados e com contato direto com a pesquisadora. Não se pode deixar de evidenciar na pesquisa de Machado (2017) que a inclusão escolar vem proporcionando aos alunos/as com deficiência oportunidades de experienciar novas relações, ou seja, estarem realmente inseridos na vida escolar, em um contexto real, que pode proporcionar o desenvolvimento de habilidades, preparando-os para enfrentar os obstáculos que terão na realidade vivida.

Machado (2017) discute ainda a formação pedagógica inadequada, na qual o docente não tem preparação ou conteúdos suficientes para aplicar aos discentes, e a Libras, ofertada no curso de graduação, deveria ser homogênea para que todos/as tivessem a base para interagir com os alunos/as surdos/as, apesar da cultura da Libras sofrer variações em cada região, devido a sua cultura. A pesquisa reforça que é necessário implementar formação continuada aos docentes nas áreas de educação inclusiva e/ou em Libras para que haja mediações e intervenções no contexto escolar, assegurando a aprendizagem, além do trabalho em equipe do/a professor/a com o/a intérprete, em uma proposta de codocência e, ainda, que seja realizada uma sensibilização junto aos docentes e discentes com relação ao respeito e preservação do local em que acontece a interpretação, por ser utilizado o meio visuoespacial.

Machado (2017) elaborou como material didático um guia, uma ferramenta para os professores/as com orientações básicas e ações para melhoria nas aulas para inclusão e socialização dos alunos/as surdos/as, com adaptações metodológicas, posturais, união entre

professores/as e intérpretes, entre outros. Como resultado, foi observado que mesmo com a inclusão dos surdos/as, as aulas são pensadas exclusivamente para ouvintes, os professores/as não tiveram capacitação e mostram-se sem saber como lecionar para esse grupo de alunos/as. A educação inclusiva pode proporcionar socialização entre surdos e ouvintes, porém, no contexto educacional, ela deixa muito a desejar, carecendo de mudanças, apoio pessoal, financeiro e de formação específica.

Na dissertação de Daviele Chagas Breda, realizada em 2013, é investigada a inclusão do primeiro aluno surdo no ensino superior, especificamente no mestrado em educação, os processos de inclusão históricos e os marcos legais para que houvesse a inclusão nas universidades, com o título: *A inclusão no ensino superior: um estudante surdo no programa de pós-graduação em Educação*. A pesquisadora utiliza como método o estudo de caso, em pesquisa qualitativa, permitindo entender o processo visto pelas perspectivas de cada participante da pesquisa. Nesta situação que se caracterizava até então como única, o conhecimento científico ganhando asas para um mundo que ainda é pouco explorado e conquistado pelos/as estudantes surdos/as.

De acordo com Breda (2013), as universidades vêm tentando promover ações inclusivas, mas caminham a passos lentos, adaptando-se às necessidades que vêm surgindo, que deveria ser antecipado, preparado, para quando alunos/as com deficiência e/ou surdos/as chegassem a essas instituições de ensino às instalações físicas já estivessem preparadas, o corpo docente tivesse metodologias que já fossem colocadas em prática. O que se pode notar com as pesquisas de Breda (2013) é que o conhecimento sobre as necessidades que possuem esse grupo de pessoas somente é questionado, quando eles lutam para alcançar os seus direitos conquistando um espaço, logo após e aos poucos acontecem as adaptações, ainda há necessidade de políticas inclusivas de acompanhamento e continuação para a concretização e sucesso no processo educativo.

O artigo científico de Cassia Pereira Alves, et al., realizado em 2014, traz a discussão intitulada: *Representações de alunos surdos sobre a inclusão nas aulas de educação física*. Para tal, utilizou-se o método de pesquisa qualitativa, analítica e descritiva com entrevista semiestruturada e, em seu artigo, revela uma abordagem pedagógica da Educação Física, que vem sendo ao longo do tempo muito evidente nas escolas, nas mídias e no mundo esportivo com o esporte de competição, alto rendimento. Os professores/as na contemporaneidade, em sua maioria, buscam observar, identificar as lacunas e transformar esse modo de ver a Educação Física-EF, trazendo novos sentidos e significados para as aulas e para os discentes. Nas aulas de EF, são explanados os diferentes formatos de esporte participação, educacional e de alto

rendimento, existem muitas atividades que podem ser desenvolvidas na escola e fora dela que os discentes podem participar, como exemplo os Jogos Escolares de Minas Gerais, é importante conhecer os esportes e seus diferentes formatos, práticas e metodologias que são aplicadas.

De acordo com Alves et al. (2014), as condições socioeconômicas da pessoa surda podem influenciar diretamente no seu processo de inclusão, podendo ela ter acesso a atividades físico-esportivas que são mais voltadas ou até mesmo específicas para as necessidades da pessoa. No ambiente escolar, são necessárias ações que favoreçam as participações, interações e a aprendizagem dos/as discentes surdos/as junto aos demais. A comunicação entre surdos/as e ouvintes pode resultar em diminuição até mesmo do preconceito e contribuir com o aprendizado de ambos, evidenciando a importância da Libras, do intérprete e da capacitação permanente dos profissionais da rede de ensino, ainda de acordo com Alves, et al. (2014). Concluindo que o corpo docente deve ter um bom relacionamento com seus alunos/as para que conheçam suas necessidades e dificuldades, podendo elaborar ações pedagógicas diferenciadas.

No artigo de Hugo Norberto Krug et al., realizado em 2018, é discutida a inclusão da pessoa surda na faculdade de Educação Física com o título: *Ser futuro professor surdo-mudo de educação física: escolhas, compreensões e perspectivas*, a pesquisa se caracterizou como qualitativa descritiva realizada como estudo de caso por caracterizar-se como específico, seu instrumento foi semiestruturado com análise de conteúdo.

O futuro dos graduandos surdos/as e as escolhas futuras com perspectivas ao mercado de trabalho lecionando para surdos/as e ouvintes dependem de uma educação básica de qualidade, o que será alicerce para sua graduação, desse modo, a inclusão dos professores/as surdos/as abrange esforços de ambos os lados, uma vez que “o mesmo esforço que um aluno surdo faz para entender as estratégias de ensino dos ouvintes, deverá ser necessário para os ouvintes entenderem o professor surdo e isso será a outra metade da inclusão” de acordo com Krug, et al. (2018, p.2).

As experiências das práticas esportivas na educação básica mostram-se evidentes no percurso escolar do surdo/a, na pesquisa de Krug et al. (2018), e essa é uma forte influência para a escolha da licenciatura em Educação Física, a justificativa para a escolha dessa área ocorreu porque a escola é um mercado promissor para o futuro do/a surdo/a que cursa a graduação. A investigação evidencia as diferentes abordagens pedagógicas da Educação Física e a inclusão nas aulas, pois o esporte pode contribuir para a abertura de espaços e ações que englobam todos os alunos e alunas, também contribui com experiências que podem ser únicas, acompanhá-los por toda a vida, chegando à conclusão que as escolhas profissionais futuras do surdo envolvido na pesquisa não se diferem das escolhas das pessoas sem deficiência. Os

autores citam as abordagens pedagógicas da Educação Física que podem influenciar na formação e métodos de trabalho dos estudantes da área, porém, conhecendo as abordagens e os diferentes métodos mudam-se os significados e as visões para trabalhos futuros, por meio de uma educação transformadora, que reflete na sociedade.

O artigo de Jane de Carlos Santana Capelli et al. foi elaborado em 2020, com título: *As percepções de docentes sobre o ingresso de um estudante surdo em um campus universitário*, especificamente no curso de Medicina. Foram utilizados meios de pesquisa qualitativa e abordagem etnográfica, buscando entender a cultura que envolve os estudantes ditos normais e o que mudou com a chegada de um graduando surdo no programa. A falta de preparo para receber alunos/as surdos/as fica mais uma vez evidente, sendo a pessoa inserida na graduação pela Lei de Cotas, mas não há capacitação necessária dos envolvidos na universidade, não disponibilizando as condições mínimas para o acesso e permanência do referido estudante surdo na graduação.

Na supracitada faculdade em que foi realizada a pesquisa, acontecem discussões sobre a inclusão e atividades interdisciplinares a quem demonstrasse interesse de participar, formando assim alguns núcleos de atendimento ao estudante com deficiência. De acordo com Capelli et al. (2020), uma vez que o ingresso do estudante surdo não é de responsabilidade somente das universidades, esta deve buscar apoio junto ao Governo Federal para que tenham um planejamento para garantir o acesso e principalmente a permanência deste nos cursos, promovendo mudanças que devem abranger todo o meio educacional, com formação e capacitação docente, sensibilização da comunidade escolar sobre as diferentes deficiências e as necessidades de cada estudante.

É importante que os docentes revejam suas metodologias de ensino, mas também é necessário que o discente surdo entenda que deve buscar adaptação nas suas formas de estudos para o novo meio em que está inserido, o que exige muito de todos e todas que ingressaram no ensino superior. Na pesquisa, foi evidenciado que o aluno surdo carregava uma formação com um nível inferior comparado aos demais alunos, sabemos que na graduação o volume de conteúdo é mais amplo, por este motivo, faz-se necessário organizar uma rotina de estudos, principalmente para quem já carrega uma lacuna do ensino fundamental e médio.

Conclui-se que os docentes, como parte integrante da universidade, não se sentiam preparados para receber alunos/as surdos/as. Mesmo com dificuldades, buscaram estratégias para adaptar as aulas e atividades avaliativas, o que contribuiu para o ensino/aprendizagem de todos, não somente para a Pessoa Surda - PS, e que estes também devem organizar uma rotina de estudos para além da universidade, buscando adaptar-se à graduação.

Neste ponto da pesquisa, observou-se a necessidade de ampliação do campo para todas as áreas do conhecimento, não se circunscrevendo à Educação Física. Essa ampliação permitiu uma compreensão mais abrangente e integrada dos fenômenos estudados, enriquecendo tanto a metodologia quanto as aplicações práticas dos resultados obtidos. Além disso, essa abordagem diversificada contribuiu para o desenvolvimento de soluções inovadoras e eficazes para este desafio acadêmico.

Sistemas táticos - Organização do relatório de pesquisa

O presente relatório de pesquisa busca a reflexão acerca da inclusão, equidade e valorização docente na educação. Mudar o mundo a partir dela não é nossa pretensão, todavia transformar a vida dos indivíduos que anseiam por políticas afirmativas. Abrir as portas da Educação Básica para professores/as surdos/as é apenas o início de tantas oportunidades que precisam ser alcançadas para que a inclusão aconteça e se concretize. Diante do exposto, dividimos o trabalho em capítulos para elucidar as temáticas que fundamentam a presente investigação.

No âmbito de cada capítulo, os títulos foram concebidos como elementos conectores à Educação Física-EF, vinculados à área de formação da pesquisadora, abrangendo os tópicos indispensáveis que tratam o presente relatório. O objetivo foi o de elucidar as práticas corporais de movimento relacionadas aos conteúdos e direcionadas ao campo de estudo, e legitimar ainda mais a EF, seja em contextos educacionais realizados em instituições de ensino de Educação, de participação envolvendo formas de lazer, ou de rendimento com os esportes mais praticados e/ou presenciados.

No capítulo 1, foi narrado o contexto histórico das PcD, que atravessou estágios, desde a completa exclusão pela qual as PcD passaram, até mesmo por seus familiares e depois a segregação, em que eram atendidas em instituições específicas, porém isoladas da sociedade. Posteriormente, perpassaram pela integração, frequentaram escolas regulares com as mesmas oportunidades das demais, carecendo de muito esforço para adaptar-se ao mundo que foi introduzido.

Em seguida, pretendemos elucidar a cultura popular e a cultura das instituições de ensino em diálogo, para fortalecer o vínculo entre esse time, a cultura e a identidade surda construída no decurso do tempo.

No capítulo 2, realizamos uma sucinta análise sobre a formação docente sob a criticidade de Freire, por uma educação humanitária e equitativa. A lacuna que existe entre a

formação inicial dos professores/as e o ingresso no emprego público, adentrando na questão das designações. As dificuldades que são encontradas nesse percurso que envolvem três pilares silenciosos. São abordadas as obrigações dos professores/as, vida profissional e pessoal que envolvem a dificuldade por formação continuada, a luta por valorização da profissão docente, e a formação em Libras nas graduações, considerado um passo largo para a quebra de barreiras e paradigmas em relação à educação das pessoas surdas.

O capítulo 3 aborda a metodologia, o caminho percorrido na pesquisa com o método fenomenológico de Edmund Husserl na construção da investigação, com abordagem qualitativa e finalidade exploratória, o que possibilitou explorar um campo ainda não descoberto. Com a técnica de análise documental, a fim de identificar e/ou verificar a existência de políticas públicas para o ingresso e a permanência de professores/as surdos/as nas escolas de educação básica e públicas de Minas Gerais, lecionando para alunos e alunas ouvintes. E, para abrilhantar a presente investigação, foi realizada a pesquisa de campo com profissionais da educação surdos/as e ouvintes que estão diretamente ligados a estes. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas (roteiros disponíveis nos apêndices II e III), gravadas em vídeo/áudio para captar a leitura/visualização da Língua Brasileira de Sinais e os sentimentos que são transmitidos.

No capítulo 4, foi feita a construção do inventário baseado em Cellard (2012), construímos o Quadro 4 com as dimensões para análise definidos em autoria, natureza, o contexto, a autenticidade, a confiabilidade dos documentos, a natureza e a lógica interna para análise documental.

No capítulo 5, foi realizado o registro de participação individual e coletiva, as entrevistas foram realizadas com professores/as surdos/as das diversas áreas do conhecimento e ouvintes diretamente ligados a este e ao ensino/educação, enriquecendo ainda mais a presente investigação. Foram abordadas as experiências dos/as participantes, exemplificação de como foram organizadas inicialmente as questões e respostas para aprofundamento das análises, com a seleção dos temas de maior relevância. Com base nisso, construímos o quadro 8 com a categorização dos temas, sendo a invisibilidade e negacionismo das diferenças decorrentes do colonialismo e colonialidade e a resistência propositiva popular com foco na efetivação da inclusão entrelaçando os temas antes selecionados, em conformidade com os discursos dos entrevistados e aprofundamento com embasamento teórico, com autores que possibilitaram intensificação ao longo da presente investigação.

No capítulo 6, abordamos o tema sob ótica dos pesquisadores, com aproximações e reflexões compreendidas no percorrer de toda a pesquisa.

1. NARRAÇÃO DE ALTO NÍVEL: EXCLUSÃO, SEGREGAÇÃO, INTEGRAÇÃO E A TÃO SONHADA INCLUSÃO

A narração de jogos transmitidos pelas mídias cativa cada vez mais torcedores/as, seja pela explicação das técnicas implicadas nas competições, seja por contemplar os/as narradores/as como parte do jogo, o que leva mais emoção aos torcedores, similarmente, enfatizamos o calcorrear das Pessoas Surdas e das Pessoas com Deficiência - PcD, com suas batalhas e sucessos, com transmissão de sentimentos e reconhecimento de suas identidades.

As pessoas carregam consigo histórias, sejam elas culturais, sociais, educacionais, que se destacam pelas suas relações de interesses e conflitos. Para que se entenda a luta pela inclusão dos/as surdos/as e das pessoas com deficiência na sociedade, deve-se conhecer e refletir um pouco sobre sua trajetória, períodos de exclusão e de aceitação que esse grupo distinto passou ao longo do tempo.

Na Antiguidade, as pessoas com deficiência eram tratadas sob dois aspectos que merecem destaque: por um lado, havia a busca por exterminá-los, por serem considerados uma barreira para a sobrevivência, cogitava-se que não conseguiriam trabalhar por, nesta época, o trabalho ter uma exigência corporal intensa. Também havia a necessidade de se coletar as frutas, raízes, outros vegetais, caçar e pescar como garantia de sobrevivência e, neste aspecto, as PcD iriam prejudicar suas comunidades. Por outro lado, outros grupos procuravam sustentá-los e protegê-los, com intuito de proximidades, afinidade, e simpatia dos deuses (Dilli, 2010, p. 17). Acreditava-se que a deficiência era uma doença contagiosa, podendo ser espalhada para outras pessoas, por contato ou até mesmo pelo simples fato de vê-las e as pessoas surdas eram consideradas loucas. Referindo-se à educação, os deficientes não podiam frequentar escolas, muitas vezes por ser consideradas aberrações da natureza, incapazes, impuros, desprovidos de inteligência, não havendo nenhuma forma de socialização das pessoas sem deficiência, com as PcDs (Dilli, 2010, p. 17).

Dilli (2010, p. 17) menciona ainda que o Estado laico, a igreja, não aceitava a presença das pessoas com deficiência nos templos sagrados, pois acreditava-se que essas pessoas teriam recebido um castigo divino por algum pecado cometido em outras vidas ou que seriam amaldiçoados por Deus por pecados cometidos por seus pais, logo não seriam imagem e semelhança de Deus. A Lei das XII tábuas autorizava que os pais matassem seus filhos chamando-os de “disforme” esta lei dizia-se ser escrita como “resultado da luta por igualdade”

demonstrando uma falta de conhecimento enorme quando se trata de igualdade e equidade, mas estava dentro dos conceitos da época.

Com as diversidades dos povos, a sociedade atravessou várias fases e enxergou de formas diferentes as deficiências, em razão das condições atípicas, por uma crença ou uma cultura que sucedia a história de cada um deles. As práticas sociais sofreram mudanças, inicialmente praticando a completa exclusão social das pessoas com deficiência. Em seguida, desenvolveu-se o atendimento segregado, realizado dentro das instituições específicas para atendimento, de acordo com Mantoan (2006, p.26) “falta às escolas especiais e às instituições para pessoas com deficiência a compreensão do papel formador da escola comum, que jamais será exercido em um meio educacional segregado”, mesmo que a escola não tenha conseguido alcançar o ensino de qualidade para todos/as, estando ainda voltado ao modelo tradicional, “não tem demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e do acolhimento às diferenças nem de promover aprendizagens necessárias à vida em sociedade” (Mantoan, 2006, p.33), é nesse caminho que queremos chegar, sabemos que o aprender a caminhar é lento e difícil, mas já estamos engatinhando na direção para alcançar a inclusão.

No período da segregação, as pessoas com deficiência passam a vivenciar experiências em instituições que são construídas especialmente para atendê-las, por um lado, alcançamos uma evolução na história com grande relevância para a época, em que esse grupo de pessoas passa a ser tratado e protegido. Antes desse período, as famílias que eram constituídas por Pessoas Surdas - PS acabavam por escondê-los por medo do julgamento da sociedade, vergonha, por falta de conhecimento ou até mesmo pela dificuldade na comunicação entre ouvintes e surdos/as, além da discriminação desde os primórdios da civilização. Por outro lado, as PcD se tornam invisíveis, passam a ser esquecidas, separadas das demais, parando de circular entre os não deficientes, “não havia nenhuma preocupação com a educação ou qualquer outra forma de socialização das pessoas com deficiência” (Dilli, 2010, p.16).

Após a Segunda Guerra Mundial, em âmbito internacional e com a Organização das Nações Unidas - ONU, há uma preocupação com os milhares de soldados e civis que ficaram feridos com limitações físicas, auditivas e outras desencadeadas nas batalhas, sendo vítimas de um processo doloroso, eles passam a ter a necessidade de cuidados específicos, reabilitações e acessibilidades. Aqui, inicia-se o processo de integração social, que contribuiu para que a sociedade viesse a romper ou pelo menos diminuir as formas de preconceitos com as PcD.

De acordo com Dilli (2010, p. 20), em meados de 1960, surgem então as primeiras organizações voltadas para a integração da PcD criadas pelos seus familiares, como a

Associação de Pais e Amigos do Excepcionais - APAE, que tem o intuito de educar e prestar atendimento especialmente a esse público,

Essas associações nasceram com a missão de educar, e lutar por seus direitos na perspectiva da inclusão social.

Essa mobilização teve que contar com o apoio de vários profissionais que, acreditando na luta dessas famílias, empreenderam estudos e pesquisas, buscaram informações em entidades congêneres no exterior, trocando experiências com pessoas de outras nacionalidades que também sofriam com descaso e poucas políticas públicas que trouxessem benefícios para seus assistidos. (Federação Nacional das APAEs, 2019, s/p.).

No modelo de integração, a criança é incluída na escola regular de ensino, porém com as mesmas oportunidades das não deficientes. Houve um grande avanço na época, com tratamentos voltados para a PcD, buscavam diminuição das limitações e assim aumentar as oportunidades sociais, pensando em diferentes formas de inseri-los na sociedade, com participação ativa na educação, nos esportes, no trabalho e nas diversas formas de lazer e recreação. Ainda não havia inclusão para essas pessoas, que precisavam se esforçar para adaptar-se à sociedade e à cultura impostas a elas.

As pessoas surdas eram “ outrora vistos como pessoas de segunda classe, discriminados e segregados sob todas as formas sórdidas, as pessoas surdas sobreviveram com sua língua, sua cultura e identidade”, com muita luta e garra para que fossem reconhecidos e respeitados (Mori; Sander, 2015, p. 2).

Com a Lei nº 4.024, de 1961, são fixadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, no “art.88. [...] a educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (Brasil, 1961), lei que posteriormente foi revogada passando para a Lei 9.394 de 1996 atual LDB.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em seu Capítulo II, vem em direção aos direitos sociais, relata a “proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência” e, em seu Capítulo VII, refere-se à Administração Pública, na qual a “lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão”, esse é um ponto de suma importância para nossa pesquisa, buscar entender também como efetua-se a admissão do/a profissional surdo/a no meio educacional para trabalhar com alunos/as ouvintes, em escolas de educação básica e públicas de Minas Gerais.

Na Carta Magna, de 1988, também são encontrados mais dois pontos que relatam a busca pela efetivação da inclusão, educação e proteção às pessoas com deficiência, como dever do Estado, da família e da sociedade, no

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

[...] III – **atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;**

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, **o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.**

[...] II – **Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.** (Brasil, 1988, grifo nosso).

Para tal propósito, o governo defende que alunos/as deficientes sejam inseridos **preferencialmente no sistema regular de ensino**, e busca organizar o sistema educacional para que ele seja igualitário a todos, em cada nível: anos iniciais, fundamental e ensino médio, garantindo acesso à vida acadêmica, sem exceções. E, manifesta a discriminação, demonstrando importar-se e estar atento às necessidades dos deficientes. Porém, como este modelo de ensino igualitário não atende às necessidades individuais desse público, faz-se necessária a equidade como forma justa a todas às pessoas. Quando se trata da educação, das escolas especiais e das pessoas surdas, pode-se observar diferentes paradigmas, para Carlos Skliar (2015, p.11)

Pode se dizer que a educação dos surdos parece se encontrar hoje diante de uma encruzilhada. Por um lado, manter-se ou não dentro dos paradigmas da educação especial reproduzindo o fracasso da ideologia dominante – movimento de tensão e ruptura entre educação especial e a educação de surdos. Por um lado, aprofundar as práticas e os estudos num novo campo conceitual, os Estudos Surdos, quebrando assim a sua dependência representacional com a educação especial, e se aproximando dos discursos, discussões e práticas próprias de outras linhas de pesquisa e estudo em educação.

Porém, corroboramos com Maria Tereza Égler Mantoan, em relação à importância das instituições especiais estarem em sincronia com as instituições regulares, que possuem como princípio a inclusão “sem a intenção de negar a validade e a importância de experiências desenvolvidas em escolas específicas ou em determinadas salas de aula” (Mantoan, 2006, p.33) e “considerando os novos rumos da Educação Especial para o século XXI, ou seja, a perspectiva de inclusão, não podemos mais pensar em Educação Especial desvinculada da educação geral”.

Ao serem visualizadas as necessidades das PcD, novas leis foram regulamentadas, como a Lei nº 7.853, de 1989, que dispunha sobre as PcD, ela reafirma a oferta de vagas em escolas públicas de ensino e define como crime a não aceitação desse público por motivos das

necessidades que eles viessem a portar. O decreto nº 3.298, de 1999, evidencia que a Educação Especial será ofertada em escolas públicas e privadas quando necessário ao bem-estar ou as suas necessidades, demonstrando a indispensabilidade de vinculação das escolas especiais com as escolas regulares, uma vez que “o modelo tradicional, não tem demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e do acolhimento às diferenças”.

Com os direitos resguardados de acesso às escolas regulares de ensino, surge então o paradigma dos profissionais da educação que recebem este público, com a obrigatoriedade de atendimento, a falta de preparo e qualificação que ainda se fazem atuais.

Essa situação nova para os profissionais da educação passou a ser um desafio e um problema ao mesmo tempo. Um desafio, no sentido de buscar os meios para educar a todos indistintamente, no mesmo espaço-tempo. Um problema, no sentido da desinformação, da falta de estrutura das escolas, do despreparo profissional, em função de não ter estudado o assunto na graduação e, de repente, se verem às voltas com o ensino de crianças que apresentam características tão peculiares. (Chicon, 2008, p.25-26).

De acordo com Mantoan (2003, p. 12), uma crise de paradigmas vem “cercada de muita incerteza, de insegurança, mas também de muita liberdade e de ousadia para buscar outras alternativas, outras formas de interpretação e de conhecimento que nos sustente e nos norteie para realizar a mudança”, no contexto educacional em geral, a educação inclusiva passa por um período burocrático, curricular e social difíceis, com a visão de englobar todos os alunos e alunas, ao visualizar toda a amplitude de diferenças, sejam elas étnicas, culturais, sociais, de gênero, religiosas, da PcD, enfim, a inclusão torna-se “imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos” (Mantoan 2003, p. 12), nossos valores e sentimentos.

Em 1994, aconteceu a Conferência Mundial que visava à melhoria nos contextos educacionais das PcD, resultando na Declaração de Salamanca, seu princípio básico era a inclusão, pautando-se no reconhecimento das necessidades de programas com ações voltadas para o reconhecimento das diferenças, o que resultou na promoção da aprendizagem, valorização da diversidade (Chicon, 2008, p.26; Brasil, 1994). A Declaração de Salamanca enaltece que a criança deve frequentar a escola de seu bairro, a mesma em que estaria estudando se não fosse portadora de uma deficiência, o que deixa ainda mais claro que o processo de inclusão na rede pública de ensino regular deve acontecer de forma integral e carece de muitas modificações (Brasil, 1994).

A Lei 9.394, de 1996, estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional - LDB, possui a inclusão como seu princípio fundamental, preconizando que independentemente de

suas diferenças ou necessidades, os discentes precisam estar matriculados e presentes nas escolas regulares de ensino, sendo esta a lei que orienta o sistema educacional no Brasil.

A homologação no Brasil da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº. 9.394, de 24 de dezembro de 1996, fortemente influenciada pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e pelas recomendações da Declaração de Salamanca (1994), desencadeou amplo processo de mudanças no sistema educacional, nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Uma dessas mudanças foi a implantação da política de inclusão das pessoas com NEEs na rede regular de ensino, modificando a sistemática de atendimento adotada até então, que segregava essas pessoas em instituições especializadas e em classes especiais. (Chicon, 2008, p. 26).

A educação inclusiva é baseada na educação para todos e todas, não se limitando apenas à deficiência, abrange toda a diversidade, como diferenças étnicas, culturas, socioeconômicas, de gênero, origem, mais ou menos hábeis e demais, devendo ser ofertada de forma equitativa, com garantia de acesso, participação e aprendizagem. A LDB reconhece a importância de experiências inclusivas na sociedade como um todo, assegurando que recebam tratamento especial amparados pelos poderes públicos, com equidade de condições nos processos educativos em escolas regulares, sem qualquer tipo de discriminação (Brasil, 1996), posteriormente surgiram outros documentos que fazem complementações a esta, relacionados também à inclusão e à equidade, como o Plano Nacional de Educação.

Para tentar alcançar um pouco da diversidade que permeia a sala de aula, intentamos trazer a cultura surda para a educação básica com uma educação bilíngue para todos e todas,

[...] pensar a educação de surdos não buscando uma essência impossível de quem são os surdos ou do que é a surdez, mas uma atenção e uma abertura a sentir e estar presente no educativo, voltado, muito mais, para aquilo que fazemos juntos, o que traz consigo o desafio de enxergar o outro, de estar com ele, de ouvir sua língua, receber seus gestos, estar, pensar e talvez sentir juntos. E estar, pensar e sentir juntos significa não abdicar de nossa singularidade, nossa língua, nossa cultura...tampouco esperar que o outro abdique da sua, porque nenhuma educação pode desejar ou implicar na negação da língua do outro. (Skliar, 2017, p.18).

A metodologia da Educação Inclusiva deve combinar uma abordagem de educação regular com a educação especial, com o envolvimento da pessoa surda e da PcD no meio em que terá suas reais vivências, ao conviver e reconhecer o diferente e as dificuldades que terá para adaptar-se ao meio, poderá ter um melhor envolvimento e entendimento sobre a socialização em cenário abrangente. Esse campo de experiência é extremamente importante para os docentes surdos e para todos alunos/as nas escolas de educação básica, por oportunizar a convivência com o novo, com a heterogeneidade, com uma nova maneira de comunicar-se.

1.1 Vencer os jogos com a concretização da inclusão na educação

Podemos observar na Educação Física - EF e na inclusão uma proximidade quando se trata de educação e dos entendimentos corporais, a EF na escola, com concreta atuação dos professores/as, com envolvimento nos métodos, formas de organização e aproximação com alunos/as, pode contribuir para o engajamento por meio da cultura corporal de movimentos. Objetos e objetivos vinculam a inclusão e a EF com suas práticas corporais e proximidades no ambiente em que são realizadas,

[...] entendemos que incluir na Educação Física não é simplesmente adaptar essa disciplina escolar para que uma pessoa com NEEs possa participar da aula, mas é adotar uma perspectiva educacional cujos objetivos, conteúdos e métodos valorizem a diversidade humana e que esteja comprometida com a construção de uma sociedade inclusiva. (Chicon, 2008, p.28)

Nessa mesma lógica, Mendes e Fernandes (2023, p.107) destacam que o termo inclusão

[...] vem do latim *includere* que significa compreender, abranger, conter em si, envolver, pertencer juntamente com os outros. A inclusão escolar assume significados dentro de contextos históricos, no qual irá efetivar-se. Atualmente, essa política educacional vincula-se ao combate da exclusão social, demarcada no Brasil por expressiva desigualdade.

A sociedade dos sonhos, que reconheça e valorize a diversidade que hoje (2024), de acordo com Cardoso (2014), é formada por qualquer um que tenha acesso à internet e curiosidade sobre o mundo em que vive e pode constatar a grandeza de diversidades e desigualdades sociais entre nações, povos e grupos humanos, o que não era explícito em tempos remotos, antes mesmo da globalização dos meios de comunicação e desde

a segunda metade do século XX, a tela da televisão vem mostrando uma grande pluralidade de pensamentos e expressões humanas. Fomos descobrindo as características de novas culturas, religiões, costumes alimentares, formas de relacionamento amoroso e novos tipos de grupos familiares. Das grandes cidades do mundo nos vem imagens de convivência e confronto entre etnias diversas e desfilam diante de nossos olhos arregalados diferentes identidades corporais, resistindo ao esforço de padronização da beleza. (Cardoso, 2014, p.2)

Com a evolução nos meios de comunicação e de conhecimentos enriquecidos por ampliar o mundo que víamos, vivíamos, verifica-se a necessidade de estarmos preparados para a convivência na e para a diversidade, para o diálogo não apenas com os mais próximos, mas também com quem pensa e age de maneira diferente de nós, por isso a educação está sempre acompanhada de valores que se quer estimular nas novas gerações, para realmente incluir as pessoas (Cardoso, 2014, p.2-3).

Em Mantoan (2003, sp.), vamos encontrar o seguinte esclarecimento, “inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, ou seja, a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar experiências com pessoas diferentes de nós. Conforme mencionado por Candau (2011, p.243) “o termo diferença está em geral referido às características físicas, sensoriais, cognitivas e emocionais que particularizam e definem cada indivíduo”, além da diversidade de ritmos, de estilos cognitivos, modos de ensinar e aprender, traços de personalidade são considerados componentes dos processos de aprendizagem e fazem parte da construção de estratégias pedagógicas que devem ser levadas em consideração.

Mantoan (2003, p.12) afirma que as “diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos”. Na visão de Cardoso (2014, p.12) quando “derrubados os modelos absolutos, fundados nos parâmetros éticos metafísicos, abriu-se o caminho para uma convivência humana menos preconceituosa, com aceitação das diversidades humanas e com possibilidade de inclusão de todos/as no projeto de felicidade”. Pelo ponto de vista de Silva (2014, p.8-9) “identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas”, a “identidade é, assim, marcada pela diferença”, com uma tensão existente na perspectiva essencialista sobre identidade, que foca na diferença, assim como nas características que são partilhadas, no caso da pessoa surda, destaca-se a forma de se comunicar, que deve ser amplamente divulgada, difundida.

A educação deve acolher todas as pessoas, sem exceção. É na educação que a construção do ser humano ocorre, junto com a família, a escola vincula-se às crianças, torna-se lar, os professores ensinam, partilham. Compartilham vivências e experiências do mundo externo entre docentes e discente num laço que envolve muitas vezes profunda interação. A educação deve abraçar a inclusão para acompanhar as mudanças e fazer com que sejam efetivas na teoria e na prática, uma educação para todos e todas, que respeite e aceite as diferenças desde a mais tenra idade até abarcar os profissionais que ingressam nessas instituições para lecionar e garantir que permaneçam como prerrogativa.

1.2 Jogando a bolinha de gude - Culturas e a educação Inclusiva

A cultura da educação inclusiva refere-se aos valores e práticas que permeiam o ambiente educacional e que influenciam a forma como os estudantes e professores/as

relacionam e interagem entre si, promovendo a participação de todos e todas, o que independe das habilidades e/ou diferenças individuais. A partir disso, Carlos Rodrigues Brandão (2009, p.728) evidencia “que não apenas hoje, mas provavelmente desde sempre, diferentes modos de ser e viver, de pensar e criar culturas experimentaram ao longo da história de seus grupos humanos, de uma família a um povo, trocas, intercâmbios, mesclas, acordos e conflitos de e entre fronteiras”, que se entrelaçam como raízes em sua diversidade, que é e que pertencem a escola. Considerando a singularidade de cada indivíduo que integra um determinado ambiente, pode-se tomar como exemplo duas turmas de 6º (sexto) ano em uma mesma instituição de ensino. Ambas as turmas são orientadas por um professor específico que planeja suas aulas para ambas. No entanto, devido às singularidades de cada aluno presente e o conhecimento que trazem de suas experiências pessoais, que são refletidas dentro do ambiente escolar, observa-se o “reconhecimento da existência e da pluralidade de culturas populares” (Brandão 2009, p.727). Essas culturas estão presentes e são praticadas no ambiente escolar, envoltos da comunicação e da democratização que são integrantes da cultura popular ao fazer a ligação entre a cultura surda, a cultura dos povos e a cultura das instituições de ensino, a

Cultura popular é todo processo de democratização da cultura que visa neutralizar o distanciamento, o desnível “anormal” e antinatural entre duas “culturas” através da abertura a todos os homens – independente de raça, credo, cor, classe, profissão, origem etc. – de todos os canais de comunicação. (Maciel in Fávero, 1983, p.144)

Adentrando a escola, instituição que possui características específicas, verificamos uma cultura escolar moldada pelas tradições, normas e valores, fortemente marcada por padrões, estabelecida histórica e socialmente, os quais se baseiam, nas palavras de Candau (2011, p.241) “no comum, no uniforme, no homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal”, entretanto, em seu interior, constata-se a heterogeneidade que os educadores devem ser capazes de lidar, considerando as singularidades que derivam de experiências por convivência familiar e sociais dos alunos. Além disso, é crucial procurar estabelecer conexões afetivas para promover um ambiente propício e acolhedor para todos.

Para Brandão (2009, p.733), a “oposição imposta e consagrada entre modos sociais de participação na cultura é o que explica a existência e os modos de produção social de culturas populares” e “o povo é autor, ator e consumidor de sua própria experiência cultural”, mesmo observando, vivenciando, conhecendo e reconhecendo a cultura imposta pela sociedade capitalista, elitista que nos rodeia, consegue definir a sua própria e de formas distintas adentrar os muros unificados da escola, e ser moldado de acordo com as imposições, aceitando as normas preestabelecidas. Ao mesmo tempo que carrega consigo e reflete sua cultura é subordinado à

outra, a “cultura dominante”. Faz-se necessário, mesmo que “subordinado, embora, à prática ‘bancária’, o educando mantenha vivo em si o gosto da rebeldia que, aguçando sua curiosidade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de aventurar-se, de certa forma o ‘imuniza’ contra o poder apassivador do ‘bancarismo’” (Freire, 2021, p.27). A necessidade de expandir a mente dos representantes escolares e docentes para possibilitar que a cultura em sua pureza seja expressada livremente na sua própria condição de classe, assim como um horizonte social de emancipação social, é uma questão importante e complexa, para atingir esse objetivo, é necessário que haja uma mudança na mentalidade dos/as envolvidos/as no processo educacional (Brandão, 2009, p.733).

Considerando que os alunos já trazem consigo conhecimentos culturais que são relacionados à sua vida, à família e ao ambiente em que vivem, durante todo o desenvolvimento pessoal, os seres humanos internalizam modelos, crenças e valores, que corroboram para construção da cultura do grupo social a que estão vinculados (Souza e Oliveira, 2018, p.33). Esse conhecimento é transmitido como forma de educação não formal, adquirida por meios sociais. Esse choque cultural, entre o que o aluno já possui e aquilo que a escola lhe oferece como cultura, traz questionamentos sobre como a instituição de ensino deve acompanhar as alterações nas quais a sociedade perpassa e transformar-se pedagógica e culturalmente, abarcando a diversidade.

Na ocasião, uma gestão escolar democrática e corpo docente preparados para lidar com as diferenças culturais e individuais são os principais pilares para essa melhoria, com a participação ativa da comunidade escolar, o horizonte social voltado para a emancipação pode ser alcançado. É por meio de uma educação crítica, que busca formar cidadãos e cidadãs conscientes e autônomos, é que haverá transformações na sociedade em que vivemos.

1.3 Do soltar pipa ao futebol de campo - Inclusão e surdez

O meio educacional é voltado exclusivamente ao ouvintismo, sendo este um dos principais problemas evolucionais na educação da pessoa com surdez, o ouvintismo “Trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte. Além disso, é nesse olhar-se, e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte: percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais” (Skliar, 2015, p.15), é com muita luta e resistência pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais-Libras, que caminha em direção contrária às

perspectivas médicas, está tornando-se uma ferramenta transformadora na educação e na sociedade como meio de acessibilidade.

Na realidade, a surdez não é uma doença, é uma condição que pertence ou pode ser adquirida pelos seres humanos, como exemplo com o uso excessivo e inadequado de fones de ouvido, que fazem parte da moda atual entre jovens.

Na história da educação das pessoas surdas no Brasil, retornando ao passado para um breve aprofundamento,

“no Brasil, os anos de 1888 quando é assinada a Lei Áurea – da libertação dos escravos, e em 1889 quando é constituída a República no país, os surdos em sua educação passam a ser escravizados diante dos ditames do oralismo, sendo-lhes muitas vezes, atadas suas mãos para se comunicarem visualmente, obrigando a se manifestarem através da oralidade. Vemos dissonante estes dois lados, de um a liberdade, democracia e a evolução política e social do Brasil, de outro a escravidão, a ditadura e o retrocesso na educação de surdos. (Mori; Sander, 2015, p. 7)

Uma demonstração de como a luta das pessoas surdas por reconhecimento e libertação das amarras da opressão vem disfarçada em uma democracia ilusória e não abarca a todos.

Busca-se o ideário de novas práticas educacionais inclusivas contra uma cultura dominante, que existe há décadas e permeia a educação das pessoas surdas, há pretensões médicas que buscam a cura da surdez com uma sustentação na normalização impregnada nos discursos das pessoas não deficientes,

[...] numa versão que amplifica e exagera os mecanismos da pedagogia corretiva, instaurada nos princípios do século XX e vigente até nossos dias. [...] O que estão mudando são as concepções sobre o sujeito surdo, as descrições em torno da sua língua, as definições sobre as políticas educacionais, a análise das relações de saberes e poderes entre adultos surdos e adultos ouvintes. (Skliar, 2015, p.7).

Essas mudanças vêm ocorrendo com lentidão, com mais de 30 anos após a citação sobre a inclusão na Constituição Federal, que abriu as portas para que todos tivessem acesso e oportunidades de usufruir dos direitos na educação.

A partir da Constituição Brasileira de 1988, nosso país iniciou sua prática democrática em todos os âmbitos, níveis e situações da sociedade. A democracia ficou mais concreta e também na área da educação especial e nos movimentos surdos passou a ocorrer uma maior participação de todos, com o interesse e do apoio de todos a tornar a acessibilidade e a inclusão uma realidade. (Mori; Sander, 2015, p. 11)

Não compartilhamos dessa visão, pois se fôssemos seguir essa linha de pensamento, nossas crianças que hoje tornaram-se adultas, amparadas pelas políticas públicas vinculadas a este tema, deveriam ser ou estar inseridas na sociedade, nas escolas, como continuação, efetivação e concretização da inclusão. Porém, ao observar a sociedade, nos deparamos com

algumas afirmativas, as pessoas surdas não estão realmente incluídas em nossa sociedade, pois não temos a oportunidade de conviver com elas em nosso ambiente de trabalho, não encontramos representações/presença deste grupo de pessoas em farmácias, mercados, padarias, escolas enfim em todos os ambientes que são livres, populares e garantidos por lei como direito de todos e todas.

Em virtude disso, é necessário enfatizar a importância do reconhecimento da cultura surda e da Língua Brasileira de Sinais-Libras, que são pontos essenciais para a convivência. A cultura surda é construída no “desenvolvimento da vida, o ser humano vai, por meio de processos de socialização, internalizando modelos, crenças e valores, elaborando assim a cultura do grupo social a que pertence” (Souza e Oliveira 2018, p.33), o que destaca a importância da implantação da Libras no Currículo Referência de Minas Gerais, que tem a função de estabelecer as diretrizes para o trabalho docente, indicando afazeres que são apresentados como elementos essenciais para as atividades docentes. Para que todos os estudantes aprendam uma segunda língua, que é *brasileira*, que é do *nosso povo*, da *nostra gente*, da *nostra nação*. E não se limite a uma breve imposição de responsabilidade atribuída aos professores/as, é essencial considerar também a ausência de apoio para formação continuada, especialmente em contextos onde a Libras está ausente, na escola e nas práticas pedagógicas, ao citar a Libras, a

Base Nacional Curricular Comum e os currículos elaborados a partir dela têm papéis complementares para a garantia do **direito à aprendizagem**, assegurando, assim, que os estudantes desenvolvam competências, que se definem como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, com vistas ao pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. **Espera-se, portanto, que ao final da trajetória escolar todos os estudantes:**

[...]

- **Utilizem as diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita) [...]** (Minas Gerais, 2017, p. 9-10 grifo nosso)

A partir desse documento, é possível considerar que os professores/as são portadores de conhecimentos sobre a Libras e a cultura surda, com conhecimento aprofundado disponibilizado pelo Estado para posteriormente lecionar, tratando diretamente do que deve ser desempenhado, para que os alunos alcancem as competências desejadas, porém constitui-se como um sonho a ser alcançado. Aproximar-se das práticas pedagógicas e envolver a formação inicial e continuada de professores/as, que é o alicerce para constituição de futuros profissionais críticos, é essencial para atender a realidade vivida pelos envolvidos na inclusão.

1.4 As bandeiras que sinalizam as jogadas - Cultura e identidade surda

O ouvintismo é a forma mais presente de poder manifestada em sua maioria, difere nas representações de identidade e cultura e “desenvolveu não apenas uma, mas várias formas de colonização do currículo, por meio de uma trama de representações variadas” (Skliar, 2015, p. 17). A cultura surda, por sua vez, possui um conjunto de características que identificam e representam as pessoas com surdez, com envolvimento na comunicação, por meio da Língua Brasileira de Sinais – Libras, aspectos sociais, comportamentais e artísticos também são característicos, fazem parte da construção da especificidade da cultura surda, de acordo com Strobel (2008, p. 22) a

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

É possível reconhecer a potencialidade e a particularidade da construção da identidade surda e como influenciam futuramente, por exemplo, o ingresso no emprego público, “a partir de um olhar de cada cultura em sua própria lógica, em sua própria historicidade, em seus próprios processos e produções” (Skliar, 2015, p.29). A identidade surda é constituída também por meio de sua linguagem, adquirida em qualquer idade, em contato com outros surdos que têm a Libras como sua primeira língua. Essa interação possibilita experiências, diálogos, aprendizagem e compreensão que não são alcançáveis por meio da linguagem oral, a “aquisição de uma língua, e de todos os mecanismos afeitos a ela, faz com que se credite à língua de sinais a capacidade de ser a única capaz de oferecer uma identidade ao surdo” (Santana; Bergamo, 2005, p.567).

Da mesma forma que os surdos são membros de uma minoria linguística, são dotados de uma cultura própria, formando uma/sua comunidade, a “existência dessas comunidades se dá como resistência ao paradigma majoritário de produção da ciência e da existência” (Souza; Novais; Vasconcelos, 2023, p.3-4)

Os surdos formam uma comunidade linguística minoritária caracterizada por compartilhar uma Língua de Sinais e valores culturais, hábitos e modos de socialização próprios. A Língua de Sinais, constitui o elemento identificatório dos surdos, e o fato de constituir-se em comunidade significa que compartilham e conhecem os usos e normas de uso da mesma língua já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. (Skliar, 1997, p.143)

A construção da identidade surda é um processo multifacetado que engloba diversas dimensões, comportamentos, trocas de experiências e valores. Inclui o envolvimento em movimentos sociais que visam o reconhecimento da Libras como um direito, bem como sua integração na educação de qualidade e, por conseguinte, a promoção da inclusão social, corroborando com Santana e Bergamo (2005, p.568) “o fato é que não existe uma identidade exclusiva e única, como a identidade surda. Ela é construída por papéis sociais diferentes (pode-se ser surdo, rico, heterossexual, branco, professor, pai etc.) e também pela língua se constrói nossa subjetividade”.

Quanto à relação da cultura com a política, estas são indissociáveis e permeiam todos os processos (Souza e Oliveira, 2018). Re-construir a história das pessoas surdas, com fundamentos no processo educativo inclusivo, pode proporcionar experiências libertadoras e inovadoras, com a pretensão de prepará-los/as para o ingresso no mercado de trabalho, futuros profissionais qualificados, como é especificado no Currículo Referência de Minas Gerais (Minas Gerais, 2018). Além disso, a formação continuada de pessoas para a comunicação com a Libras é essencial para promover a inclusão das pessoas surdas na sociedade.

A cultura surda é um conjunto de características construídas como um produto da atividade humana, alicerce para construção de conhecimento e de sentimentos que vão desde o pertencimento na sociedade até a valorização de suas especificidades e “encontra sua plena realização na manifestação, ato típico mágico por meio do qual o grupo prático, negado reprimido, torna-se visível, manifesto, tanto para outros grupos como para si mesmo, atestando sua existência na qualidade de grupo conhecido e reconhecido” (Santana; Bergamo, 2005, p.574). A defesa e promoção da cultura surda estão intimamente ligadas às demandas por melhorias e pela garantia de direitos das pessoas surdas, utiliza-se da seguinte argumentação

No caso da surdez vemos que, longe de ser apenas um debate por direitos ou para tentar trazer melhorias ao surdo, a defesa da cultura surda acaba por atualizar os mecanismos de reprodução da própria desigualdade, e o termo ‘cultura’ passa a ser um dos instrumentos de legitimação dessa desigualdade e da tentativa de preservar uma suposta homogeneidade atribuída aos grupos de surdos. (Santana; Bergamo, 2005, p.574).

De acordo Souza e Oliveira (2018, p.35), a cultura é diversificada e vivida pelos indivíduos de forma plural, por meio da experiência, da transmissão de valores e dos modos de viver das pessoas” e como a comunicação que as pessoas surdas utilizam é muito característica de seu grupo, não poderíamos deixar de mencionar o grau de importância e significado que possui, sendo “um direito dos surdos e não uma concessão de alguns professores/as ou de

algumas escolas” e “todas as crianças surdas podem adquirir a língua de sinais, desde que participem das interações cotidianas com a comunidade surda, como acontece com qualquer criança na aquisição de uma língua natural” (Skliar, 2015, p.27).

Esse fato ressalta a importância de professores/as surdos/as nas escolas de educação básica e demonstra, mais uma vez, a necessidade de inclusão da Língua Brasileira de Sinais no Currículo Referência de Minas Gerais, para ampliar os conhecimentos e melhorar processo de ensino/aprendizagem, que irá influenciar futuramente no ingresso da pessoa surda nos empregos públicos.

Especificamente, sonha-se com professores/as surdos/as nas escolas de educação básica e públicas lecionando tanto para surdos quanto para ouvintes. Como seriam privilegiadas as crianças que, durante seu processo de crescimento, adquirissem o conhecimento de uma segunda língua, além de compreender a magnitude desse aprendizado para a comunidade. Souza e Oliveira (2018) corroboram que a educação regular pode ser inclusiva e se apresenta como uma ponte, que potencializa o conhecimento com a própria essência da vida, que não se desvincula da cultura .

2 – FORMAÇÃO DOS TIMES DE ALTA PERFORMANCE: PROFESSORES EM CAMPO

O objetivo de formar um time para os mais altos níveis de desempenho depende de diversos fatores, alguns deles são a capacitação da equipe em modelo eficiente, reconhecimento e valorização de características individuais e coletivas. Esses são os pontos-chave para a eficácia na aplicabilidade posterior, para o desenvolvimento e a prática da equipe. Nas atividades práticas da Educação Física, são times que abarcam as diversas modalidades existentes e, na presente pesquisa, evidencia-se como equipe de docentes.

A formação de professores/as tem sido uma preocupação desde o século XX, averiguada em textos de autores como Paulo Freire e António Nóvoa. Autores que se baseiam nos paradigmas contra-hegemônicos em direção à construção de uma criticidade transformadora dos modelos de formação dominantes, com novas formas de pensar a formação docente, irão nos *sulear*¹ nesta investigação. Daí a necessidade de reconhecer a importância e as contribuições que envolvem a formação dos indivíduos em sua integridade.

Estamos perante uma espécie de consenso discursivo, bastante redundante e palavroso, que se multiplica em referências ao desenvolvimento profissional dos professores, à articulação da formação inicial, indução e formação em serviço numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, à atenção aos primeiros anos de exercício profissional e à inserção dos jovens professores nas escolas, à ideia do professor reflexivo e de uma formação de professores baseada na investigação, às novas competências dos professores do século XXI, à importância das culturas colaborativas, do trabalho em equipa, do acompanhamento, da supervisão e da avaliação dos professores... e assim por diante. (Nóvoa, 2011, p. 2-3).

Mesmo com esses discursos relacionados à formação docente, ainda há muito com que se preocupar e questionar, por exemplo se os professores/as estão sendo preparados para, ao lecionar, ter em si a criticidade, a valorização social, inclusiva e equitativa que são enfatizados nos primeiros anos de docência,

os primeiros anos como professores iniciantes ou principiantes são os mais decisivos na vida profissional docente, pois marcam, de muitas maneiras, a nossa relação com os alunos, com os colegas e com a profissão. É o tempo mais importante na nossa constituição como professores, na construção da nossa identidade profissional. (Nóvoa, 2022, p. 92)

¹ *Sulear* é olhar pelo outro lado. O lado que prevalece, além da invisibilidade, da inexistência, da distinção entre as sociedades de classes e populares. Com foco na descolonialidade, na valorização dos saberes e nas especificidades dos povos. É direcionar, orientar. Um guia para esclarecimentos éticos, morais e até mesmo intelectuais.

Esse período entre a formação e a experiência inicial no emprego público como docente é a construção de um pilar para a permanência destes profissionais na área sendo “um processo progressivo de aquisição de uma dimensão profissional” (Nóvoa, 2022, p. 94), é nesse momento de contato com a realidade que o licenciado decide realmente permanecer na e com a profissão docente. É importante salientar o apoio dos colegas de profissão para explicações iniciais sobre o complexo processo tanto de designação, quanto de regras e procedimentos institucionais como planejamentos de aulas que podem ser solicitados semanalmente, quinzenalmente, mensalmente ou por bimestres, de acordo com a exigência de cada escola, livros de ponto, diários e demais solicitações. Fortalecendo o argumento Nóvoa (2022, p.94) “neste caso, devemos insistir na responsabilidade das direções das escolas e dos professores mais experientes quanto ao acolhimento e acompanhamento dos seus jovens colegas”, sejam eles surdos ou ouvintes.

Existem pilares silenciosos que marcam a iniciação de uma profissão que deveria ser extensamente valorada. É nesse período que os futuros professores/as desenvolvem habilidades e competências necessárias para atender às demandas da educação contemporânea. Essas habilidades incluem o domínio da sala de aula e a diversidade cultural dos discentes, uma vez que os professores/as são fundamentais para o desenvolvimento das crianças, que são o futuro do “mundo”. Esse momento de transição é crucial para garantir uma formação docente completa e de qualidade. De acordo com Nóvoa (2022, p.94-95), os pilares silenciosos que precisam ser superados são:

- o silêncio das instituições universitárias de formação de professores, que pouca atenção têm dedicado a este período, considerando que o seu trabalho fica concluído com a entrega do diploma de conclusão do curso de licenciatura;
- o silêncio das políticas educativas, que não têm conseguido definir os necessários processos de escolha dos candidatos ao magistério, de acesso à profissão e de acompanhamento dos jovens professores nas escolas;
- o silêncio da própria profissão docente, isto é, dos professores em exercício, mais experientes, e que deveriam assumir um maior compromisso com a formação dos seus jovens colegas.

O primeiro pilar deve ser tratado desde o acompanhamento por residência docente que trata “de integrar alguém dentro de uma profissão, a profissão docente, e não apenas dentro de um conhecimento ou de uma forma de atuar” (Nóvoa, 2022, p.95), com suporte desde organização de documentos para a designação até a construção de planejamentos, explicações com preenchimento de folha ponto e diários, que inicialmente parecem ser tarefas simples, porém complexas para quem está iniciando na profissão que requer conhecimentos científicos

e pedagógicos para atuar nas mais variadas fases da vida acadêmica desde a educação infantil até o ensino superior.

Ao mencionar a designação e envolver os concursos públicos, adentramos no segundo pilar, o silêncio das políticas educativas para o ingresso e permanência de profissionais na educação, sejam surdos ou ouvintes. O processo de designação que “além de surpreendente, um problema grave na gestão da educação em Minas Gerais, que impacta na qualidade da educação pública e clama por um redirecionamento da ação do estado no campo educacional” (Amorin; Salej; Barreiros, 2018, p.1). O processo de designação evita que o Estado tenha vínculo efetivo com os servidores que contratados por um certo/curto período não podem usufruir dos benefícios, mesmo que poucos, que os servidores efetivos possuem. A “hipótese então elencada para explicar a ‘superdesignação’ de professores em Minas Gerais é financeira” (Amorin; Salej; Barreiros, 2018, p.1), a “concepção estritamente materialista da existência. O dinheiro é a medida de todas as coisas. E o lucro, seu objetivo principal” (Freire, 2022, p.63). A Lei Estadual 18.185/2009 dispõe sobre “a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público”:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da administração direta do Poder Executivo, suas autarquias e fundações poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República, nas condições e nos prazos previstos nesta Lei.

Parágrafo Único. Para fins da contratação a que se refere o caput, entende-se como de excepcional interesse público a situação transitória que demande urgência na realização ou na manutenção de serviço público essencial ou aquela em que a transitoriedade e a excepcionalidade do evento não justifiquem a criação de quadro efetivo.

Art. 2º Consideram-se hipóteses de necessidade temporária de excepcional interesse público, para fins de contratação temporária nos termos desta Lei: [...]

V - número de servidores efetivos insuficiente para a continuidade dos serviços públicos essenciais, desde que não haja candidatos aprovados em concurso público aptos à nomeação, ficando a duração dos contratos limitada ao provimento dos cargos mediante concurso público subsequente; (Minas Gerais, 2009, s.p)

No entanto, esse “caráter excepcional”, ocorre todos os anos oficializado, com cronograma de inscrição prévia, critérios que definem os procedimentos para inscrição, classificação e contratação, que os professores/as participam com a incerteza e ao mesmo tempo com a esperança de trabalhar no próximo ano. As informações sobre professores/as efetivos e designados “trata-se de informação aparentemente simples, mas de difícil acesso, o que a torna

preciosa” (Amarin; Salej; Barreiros, 2018, p.1), sendo os cargos vagos no estado preenchidos de acordo com conveniência ou a previsão orçamentária disponível. As políticas públicas para professores/as se mostram cada vez mais escassas e necessárias, observadas durante o percurso da pesquisa.

O terceiro pilar é o silêncio da própria profissão docente, a falta de companheirismo e de união entre professores/as, que pode também ser atribuída ao processo de designação de vagas. No duelo por assegurar o próprio sustento e para acúmulo de horas a fim de garantir o emprego no próximo ano, ao observar os professores/as designados, estes evitam muitas vezes até de aderir atestados médico quando enfermos, com o temor de ser prejudicado em sua contagem de tempo no ano seguinte².

Pode-se notar a proximidade destes três pilares com o elo mais frágil, que são os futuros profissionais da educação, é necessário ir mais longe, “para atender aos desafios do desenvolvimento profissional docente” (Nóvoa, 2019, p.202). Com estes três elos estabilizados no percurso de formação, ingresso e permanência irão dispor de um reforço na profissionalidade docente, que se dá de forma progressiva e contínua. O aprendizado na prática também contribui para o desenvolvimento de competências e a construção da identidade profissional ao longo da carreira.

2.1 Dentro de campo, a necessidade de alinhar o treinamento com a prática

Para além da formação dos professores/as, o ingresso e a permanência destes evidenciam-se as dificuldades que são encontradas cotidianamente nas práticas pedagógicas, quantidade de alunos por turma, entre outras diversidades que compõem a estrutura das instituições de ensino. E ao mesmo tempo o professor tem por obrigação atender às exigências do contexto político pedagógico escolar, sem o merecido reconhecimento. A luta dos docentes por melhores condições de trabalho, por reconhecimento e valorização profissional são questões presentes e que impactam diretamente nos contextos escolares, adentrando os aspectos socioemocionais de cada docente, Freire corrobora com os professores/as,

Se há algo que os educandos brasileiros precisam saber, desde a mais tenra idade, é que a luta em favor do respeito aos educadores e à educação inclui que a briga por salários menos imorais é um dever irrecusável e não só um direito deles. A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte. O combate em favor da dignidade da

² Conhecimento adquirido sobre o assunto em vivências cotidianas, no chão da escola.

prática docente é tão parte dela mesma quanto dela faz parte o respeito que o professor deve ter à identidade do educando, à sua pessoa, a seu direito de ser. (Freire, 2021, p.65).

Em harmonia com o trabalho docente, chegam as cobranças por uma pedagogia da sedução, que envolva os alunos para que eles tenham interesse pelas aulas, por estarem presentes na escola. Enquanto o sistema proporciona liberdade para o aluno não ter responsabilidades para concluir o ano letivo com êxito, ele está protegido e concluirá as séries sem esforços. Desse modo, a ideia seria que os alunos estivessem incluídos, exercendo o papel de inclusão pelo poder público, porém não é o que acontece na prática, eles estão cada vez mais perdendo o interesse pelos estudos e os professores/as por transmitir conhecimento. Há necessidade de novos olhares imediatos para a educação, como um todo, onde estamos e onde queremos chegar com uma intencionalidade transformadora, contra-hegemônica.

A educação inclusiva deve estar inteiramente ligada à educação de qualidade, sendo indissociáveis, deve fazer valer o direito à aprendizagem, não somente de se fazer presente na escola, “no que diz respeito ao desenvolvimento profissional dos professores/as também não basta que nos exercitemos fora de água. É preciso dar passos concretos, apoiar iniciativas, construir redes, partilhar experiências, avaliar o que se fez e o que ficou por fazer, é preciso começar” (Nóvoa, 2011, p.12), para concretizar as políticas públicas, os órgãos responsáveis devem aprender a ver e ouvir os docentes.

Para quebrar os pilares silenciosos existentes entre a licenciatura, o ingresso e a permanência de professores/as surdos/as nas escolas de educação básica, para além destes, todos os docentes sejam pessoas com ou sem deficiência e de todas as áreas do conhecimento, o poder público e as universidades devem

celebrar um verdadeiro contrato de formação, desde logo, no interior da universidade e, depois, com a “cidade”, através de uma rede de escolas parceiras. Juntar universidades e escolas implica que umas e outras estejam dispostas a colaborar e a transformar-se, construindo processos de formação diretamente articulados com a pedagogia, a reflexão, a pesquisa, a escrita e a ação pública. (Nóvoa, 2019, p. 203)

As lutas por reconhecimento e valorização continuam, simplesmente pelo fato de acreditar no futuro, por um mundo melhor espelhado nos olhos de cada criança, jovens estudantes, mais uma vez, como dizia Freire (1979, p.84) “educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”, é com esse esperançar que os professores/as continuam na luta por valorização profissional e ensino de qualidade. Deve-se articular a formação inicial com diretiva atenção aos primeiros anos de exercício dos docentes, com a formação baseada na criticidade e investigação constante.

2.2 Regras obrigatórias e necessárias – Políticas Públicas de formação do professor

A formação docente orienta o processo educativo, ao buscar melhorias para a aprendizagem dos discentes. Assim como atletas seguem regras nas participações esportivas, os professores/as são carregados de obrigações, a “responsabilidade do professor, de que às vezes não damos conta, é sempre grande. A natureza mesma de sua prática, eminentemente formadora, sublinha a maneira como a realiza” (Freire, 2021, p.64). Eles devem seguir documentos que são norteadores para uma prática educativa que entre linhas são conservadoras, com prejuízos em sua autonomia.

Tais obrigações são explicitadas no Currículo Referência de Minas Gerais, elaborado com base na legislação com objetivo de valorizar o ensino, sendo organizado por habilidades, competências e ano de escolaridade com planos de curso que definem as atividades futuras a serem desenvolvidas na escola. O Plano Estadual de Educação de Minas Gerais – PEE disponibiliza objetivos e metas para o avanço em direção a uma educação de qualidade. O Plano Decenal de Educação de Minas Gerais está estruturado em temas, sendo: educação infantil; fundamental; ensino médio; superior; educação de jovens e adultos; educação especial; educação tecnológica e formação profissional; educação indígena, educação do campo e quilombolas; formação e valorização dos profissionais da educação e educação nos sistemas prisional e socioeducativo. Além deles, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC determina como deve ser realizado o processo ensino/aprendizagem em cada etapa da educação básica e tem como objetivo instituir um currículo para que seja universal, possibilitando algumas poucas aberturas para contextos regionais.

Esses documentos demonstram os reflexos das relações de poder existentes nas escolas e na sociedade em geral. Os documentos ditos como norteadores de práticas educativas parecem ter encerrado as discussões sobre as propostas dos professores/as que estão presentes cotidianamente na escola, vivenciando as mudanças ocorridas extramuros que os alunos com sua cultura trazem para o pátio, para as aulas, para a vida. Os professores/as devem ter a opção de elaborar suas propostas pedagógicas com foco nas especificidades locais e de seus alunos, reconhecendo o direito dos docentes e discentes a uma prática educativa que considere suas particularidades, além de reconhecê-los como sujeitos de direitos e produtores de cultura, ressignificando o olhar e a escuta para as perspectivas de inclusão de ambos.

Freire certifica que a educação é um ato político e tem potencialidades de transformar a realidade das pessoas que estão nela envolvidas, como “prática educativo-crítica”

acreditamos que como “experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo” (Freire, 2021, p.96), e para que essa intervenção aconteça, os professores/as são pontos-chave no complexo processo de ensino/aprendizagem, precisam estar comprometidos em sua prática, em seu “dever de dar aulas, de realizar sua tarefa docente. Para isso, ele precisa de condições favoráveis, higiênicas, espaciais, estéticas, sem as quais se move menos eficazmente no espaço pedagógico” (Freire, 2021, p.64-65) por outro lado, estes proporcionam aos professores/as desempenhar sua função com maior disposição, motivação. E com educação de qualidade, o aluno pode estar habilitado para o ingresso na graduação e no emprego público.

2.3 Táticas de jogo - o currículo direciona ou cria barreiras

Pensar em currículo parece ser simples, porém não podemos deixar de evidenciar sua complexidade e sentimos a necessidade de simplificação, nesse sentido, “afirmamos que o currículo é algo evidente e que está aí, não importa como o denominamos. É aquilo que o aluno estuda” (Sacristán, 1998, p. 16). Um currículo pessoal busca evidenciar o percurso e os êxitos profissionais, construindo a carreira. O currículo educacional “também tem o sentido de construir a carreira do estudante e, de maneira mais concreta, os conteúdos deste percurso, sobretudo sua organização, aquilo que o aluno deverá aprender e superar e em que ordem deverá fazê-lo” (Sacristán, 1998, p. 16). Dessa forma, o currículo tem potencialidade reguladora na organização do ensino, nos objetivos educacionais e na avaliação que busca igualdade, em meio a um mundo de diversidade que precisa ser legitimado,

Em sua origem, o currículo significa o território demarcado e regado de conhecimento correspondente aos conteúdos que professores e centros de educação deveriam cobrir; ou seja, o plano de estudos propostos e imposto pela escola aos professores (para que o ensinassem) e aos estudantes (para que o aprendessem). De tudo aquilo que sabemos e que, em tese, pode ser ensinado ou aprendido, o Currículo a ensinar é uma seleção organizadora dos conteúdos a aprender, os quais, por sua vez, regularão a prática didática que se desenvolve durante a escolaridade. (Sacristán, 1998, p. 17).

O currículo propõe questões unificadas caracterizando-se homogêneo, para que os discentes tenham acesso aos mesmos conteúdos, como se as pessoas fossem advindas de uma mesma classe social, econômica e afetiva, não abarcando a diversidade e a equidade, deixando as classes populares às margens da periferia da educação. A organização curricular visa à construção de conhecimentos ao englobar saberes que são considerados necessários para a formação dos discentes, tem como objetivos nortear as práticas pedagógicas docentes nas

instituições de ensino, o que mais preocupa em relação ao currículo é se ele respeita a diversidade, as culturas, as necessidades dos grupos sociais, a heterogeneidade, em reverência à construção de um mundo justo, democrático e mais humano, que ao

Comprometer-se com uma educação crítica e libertadora obriga a investigar em que medida os objetivos, os conteúdos, os materiais curriculares, as metodologias didáticas e os modelos de organização escolar respeitam as necessidades dos distintos grupos sociais que convivem em cada sociedade. Exige questionar se as interações pessoais nas salas de aula e na escola, assim como os modelos de participação estão condicionados por preconceitos e falsas expectativas [...] (Santomé, 2013, p.9).

Neste viés, a educação deve ser instrumento para amplitude de espaço, favorecimento de justiça sociais, que vislumbre as necessidades de todos os povos, suas especificidades devem ser destacadas, o currículo deve ser construído com intuito de preparação para a vida, precisa considerar a pluralidade cultural que é permeada de significações, que concebem ao referido práticas que se expressam em meio a conflitos e relações de poder envoltos nas instituições (Moreira, 2001, p.5). A preparação do currículo deve contemplar os ambientes e as culturas vivenciadas pelos pares “referir-se à justiça curricular implica considerar as necessidades do presente para em seguida analisar de forma crítica os conteúdos das distintas disciplinas e das propostas de ensino e aprendizagem com as quais se pretende educar as novas gerações e prepará-las para a vida” (Santomé, 2013, p.10).

A partir dessa ideia, é possível considerar que docentes deveriam compartilhar a liberdade de conteúdos que são observados nas raízes de localidades escolares, que tenham relação com o mundo, com o sistema que os rodeia, mas também que faça parte das realidades subjetivas em cada meio educacional, seja uma escola central com suas especificidades, uma escola de bairro ou de periferia, a educação, como eixo de ensino, é ponte de aproximação das realidades e da criticidade transformadora,

Ainda hoje, encontramos em nossas instituições escolares estudantes que se sentem estranhos a cada dia do ano letivo, desde o momento de entrada até a saída. Fora uma ou outra amizade construída à margem da escola, estes estudantes não encontram ninguém que os entenda, que fale de seus problemas, suas preocupações, suas necessidades, das coisas que acontecem no seu bairro, das razões pelas quais sua vida é do jeito que é e por que não é melhor. (Santomé, 2013, p.9).

O progresso escolar representa o desenvolvimento, as aprendizagens e socializações do ser humano, nesta circunstância, o currículo deve ter características heterogêneas, ter flexibilidade e apreender a pluralidade cultural. A educação popular não pode permanecer à mercê do conhecimento que é priorizado pelas classes elitistas e neoliberais, como enfatiza Freire (2022, p.41) na “distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a

lutar contra que os fez menos”, a lutar contra a dominação, contra a segregação de conhecimentos que são adquiridos pelas experiências, vivências e sentimentos, que são peculiares das classes populares. Surge a necessidade da inclusão da Língua Brasileira de Sinais no currículo para atender à acessibilidade linguística, para as pessoas surdas e também para ouvintes, objetivando a interação, comunicação, trocas de conhecimento, socialização. Manifestamos total apoio à incorporação de aulas de Libras no Currículo de Formação de todos os futuros educadores e na formação continuada para os que já estão presentes na educação, inclusive no currículo educacional de Minas Gerais, primordialmente na educação básica. Acreditamos que a ampliação do contato com a Língua de Sinais e a cultura surda, por um número maior de pessoas, promoverá maior compreensão acerca das necessidades comunicativas dessa comunidade, além de ampliar o campo de socialização. Desse modo, fazendo valer o direito à liberdade de locomoção e inclusão social: aonde a pessoa surda for, ela poderá se comunicar, se expressar. Adentramos mais uma vez na formação de professores/as que sejam reflexivos sobre as intenções implícitas do currículo, conforme explica Moreira:

Se a concepção de currículo corresponde às experiências pedagógicas em que docentes e estudantes constroem e reconstróem conhecimentos, se cabe aos docentes participação ativa no processo de planejar e desenvolver tais experiências, não ocorre desenvolvimento curricular se não ocorrer simultaneamente o desenvolvimento do professor e, com ele, o aperfeiçoamento das práticas escolares. (Moreira, 2001, p.2).

Nesse sentido, a acessibilidade linguística reflete as primícias para a concretização da inclusão desse grupo de pessoas e suas práticas na educação básica, com alteridade. Os conteúdos curriculares abordados com prioridade nas escolas devem “contemplar aspectos como a inclusão, a representação, o reconhecimento, as contribuições e as valorizações das pessoas, dos grupos e das culturas que estão presentes nas salas de aula e na sociedade mais ampla na qual a escola está inserida” (Santomé, 2013, p.11). Práticas pedagógicas ricas em culturas, comunicação e aprendizagem, além de reconhecerem a diversidade que permeia a educação e favorecerem a inclusão do professor surdo, favorecem seu ingresso e permanência nas escolas de educação básica, lecionando para alunos ouvintes.

2.3.1 Formação da equipe: Libras para professores

Inicialmente, a Lei nº 10.436 reconheceu a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação e expressão da comunidade surda, uma língua nova, a considerar que foi oficializada em 2002. Observadas as necessidades de assegurar o direito dos estudantes surdos

à educação foi, então, elaborado o Decreto 5.626, em 2005, regulamentando o anterior, esses documentos estabelecem ainda a obrigatoriedade da inserção da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores/as e nas licenciaturas, porém a

Legislação brasileira não traz orientações claras a respeito de como deve ocorrer o ensino da Libras como disciplina obrigatória. Basta uma busca rápida na internet para constatar que não há um padrão de normas estabelecidas. Entre as mais diversas Instituições de Ensino Superior do país, há variações que vão desde o nome da disciplina até a carga horária, os objetivos e as ementas. (Paiva; Faria; Chaveiro, 2018, p. 70).

É relevante que a Libras esteja presente nos currículos das licenciaturas e, mais ainda, que seja iniciada na educação básica, sendo aplicada em seus níveis de ensino com aprofundamento. De acordo com Paiva; Faria; Chaveiro (2018, p. 72) parece ser “evidente a impossibilidade de que alguém consiga dominar uma língua em tão curto espaço de tempo”, “ainda mais no caso de uma língua pertencente a uma modalidade diferente daquela usada pelo aprendiz. Aprender o básico de Libras na graduação não é suficiente para que os professores/as estejam preparados para desempenhar em sala, para lecionar a disciplina para surdos ou para ouvintes, ou para ser intérpretes, a Libras exige muitos conceitos e interpretações que precisam de aprofundamento, estudos e preparação para não incidir no risco de um ensino superficial e ineficaz.

É possível notar que consideramos relevante a introdução da Libras nas graduações por contribuir para desmistificar conceitos que são equivocados, considerados pelas pessoas não deficientes a respeito da surdez. Conceitos e paradigmas que precisam ser quebrados. Pode favorecer também a escolha futura por intérpretes e de formação continuada para professores/as, objetivando possibilidades em práticas pedagógicas, com o ensino da Libras para seus alunos e alunas, permitindo melhorias no processo educacional, com atenção e respeito ao comunicar-se com seus colegas de profissão surdos, com a difusão da língua de sinais no ambiente escolar (Paiva; Faria; Chaveiro, 2018, p. 74).

2.4 O time de Freire x Educação tradicional

Educação e democracia são evidentes para o desenvolvimento de capacidades que são construídas no ser para torná-los cidadãos e cidadãs críticos e autônomos, além de ser inseparáveis quando se refere à formação de professores/as no caminhar pela educação humanitária, inclusiva e equitativa. Nesse sentido, para que a educação inclusiva ocorra, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996) prevê professores com

especialização adequada para o atendimento especializado, capacitados para a integração dos educandos nas classes comuns. A formação acadêmica não garante uma entrega de profissionais prontos, capacitados, preparados para o complexo ambiente das salas de aula. Quando um recém-formado adentra a escola, se apresenta cheio de inseguranças para o frutuoso desafio de exercer a docência, por mais que esteja inteirado com os conteúdos, vai se deparar com toda a diversidade que permeia o ambiente escolar.

A graduação oferece uma base teórica crucial, oportunizando o alicerce para a “vida acadêmica futura”, pois, ser educador é uma jornada constante de busca por conhecimento, aprendizados obtidos nas vivências que acabam por se tornar uma faculdade sem o reconhecimento merecido. Os docentes são vistos como técnicos que devem colocar em prática os conhecimentos científicos e pedagógicos que foram adquiridos em sua formação. Esses conhecimentos oferecem aporte para as condutas em educação, é no complexo campo de atuação e desafios diários que o verdadeiro conhecimento humano acontece, desde socialização com alunos/as, demais professores/as e direção até regras de convívio e de disciplina que são específicos de cada instituição de ensino. É claro que alguns saberes são fundamentais para a prática educativo-crítica ou progressista e, por isso mesmo, devem ser conteúdos obrigatórios à organização programática da formação docente (Freire, 2021), com alinhamento para as metodologias utilizadas em sala de aula, capacitam efetivamente o ser professor, não podendo caminhar a teoria sem a prática,

A prática de velejar coloca a necessidade de saberes fundantes como o do domínio do barco, das partes que o compõem e da função de cada uma delas, como o conhecimento dos ventos e as velas, a posição das velas, o papel do motor e da combinação entre motor e velas. Na prática de velejar se confirmam, se modificam ou se ampliam esses saberes. (Freire, 2021, p.24).

Reconhecendo que a formação acontece tanto no ambiente acadêmico quanto na prática da sala de aula, ou na quadra no caso do professor de Educação Física, de acordo com Freire (2021, p.24), é na experiência de formação, que deve ser permanente, o professor é formador, os alunos são por ele formados e também o formam, o capacitam, consideramos o professor como um paciente que recebe os conhecimentos – conteúdos – acumulados pelo sujeito que sabe e que são a ele transferidos, é importante que desde o início do processo de formação fique claro que

embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar quem é formado forma-se e forma o ser formado. É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem *formar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. [...] Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (Freire, 2021, p.24).

De acordo com Freire (2021, p. 24-27), desde o início da formação, na graduação, os futuros docentes já devem ser preparados para a experiência de ser formador, de criar possibilidades para a construção e produção de conhecimentos de forma crítica, respeitando a rebeldia da curiosidade, do arriscar-se e aventurar-se que pertencem aos discente. Ampliar com essa curiosidade a visão de mundo para ludibriar o autoritarismo em direção a uma educação lúdica, prazerosa e inclusiva, permeada com a diversidade de formas do conhecimento, e de ser um educador problematizador democrático.

O ser professor democrático é, além de esperar-se na direção por um ensino de qualidade, capacitar-se para atender toda a diversidade que permeia a sala de aula, não pode ainda de acordo com Freire (2021, p. 28) “negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”, que exige que os docentes sejam “criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes” (Freire, 2021, p. 28), não desistindo das lutas por uma prática educacional emancipadora. Ideais que vão de encontro a perspectiva de Souza e Novais (2021, p.527) pela escola “pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade para todos e todas, articulada com um projeto de nação soberana e marcada pelo poder popular”. Neste viés, os profissionais da educação formados para a criticidade podem ser mediadores de transformações no âmbito educacional, considerando caminhos para resistir aos padrões e desconstruir conceitos que são impostos as classes populares.

Na amplitude da educação básica, as experiências e os novos olhares, os anseios por estar em um ambiente que acolhe, que edifica os saberes esperançosos por um futuro melhor e mais humano, baseando-se nas crianças e na construção de conhecimentos críticos por um mundo melhor, o time de professores/as treinados e equipados com seus livros, canetas, pinceis, bolas, etc. unidos pelo propósito da vitória, todos por um mundo melhor.

3. FUNDAMENTOS TÉCNICOS E TÁTICOS DA EQUIPE – A METODOLOGIA

Fundamentos técnicos consistem em executar movimentos individualmente com o objetivo de alcançar a realização destes de forma perfeita. No vôlei, por exemplo, o saque é o movimento que dá início a um *rally*³, o bloqueio é a primeira ação de defesa de uma equipe, podendo evitar o ataque adversário, entre tantos outros que se ampliam para todos os esportes e suas especificações. A tática pode ser definida como a organização da equipe, planejamentos defensivos e ofensivos, que podem se caracterizar ainda como individuais e coletivas. Seguindo tal lógica, são elementos fundamentais para o sucesso em qualquer modalidade esportiva que esteja voltada para o alto rendimento, todavia harmonizam com a metodologia aplicada.

As políticas públicas para a inclusão de professores/as surdos/as que permitem seu ingresso e permanência em escolas públicas de educação básica carecem de melhor identificação ou, em último caso, de verificação da existência de tais políticas. Desse modo, a metodologia institui o percurso estabelecido para responder às inquietações que justificam a presente pesquisa, ao assumir as concepções da realidade e a necessidade de conhecimentos fenomenológicos efetua o próprio movimento de trabalhar os sentidos e significados em diferentes modos, que vão se construindo e se mostrando como desafios, quando colocados em interrogação (Bicudo, 2011, p.41), e “para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico construído a respeito dele” (Lüdke e André, 2018, p.2).

Para tanto, trabalharemos com o método fenomenológico, de Edmund Husserl com os olhares analíticos de Maria Ap. Viggiani Bicudo. Com “a fenomenologia como alternativa de abordagem das ciências humanas em pesquisa como oposição ao positivismo. A fenomenologia põe em evidência que os seres humanos não são objetos, tem uma natureza própria e suas atitudes não podem ser vistas como simples reações” (Martins; Boemer; Ferraz, 1990, p.140), reconhecendo as especificidades dos seres humanos, seus sentimentos, ações e reações que Husserl defende como “a construção de uma ciência para as experiências vividas; do vivido enquanto tal, e esse projeto não consiste em erguer uma ciência exata, pois estas já têm seu modelo na matemática. A fenomenologia irá preocupar-se com a essência através do fenômeno” (Martins; Boemer; Ferraz, 1990, p.141). Este fenômeno é relacionado às proximidades com a

³ No vôlei, o rally é o tempo em que a bola permanece no ar, sem que ambas as equipes cometam uma falta, uma infração ou a bola toque o chão, permanecendo em jogo.

construção da relação professor-aluno, e a influência deste quesito no processo de ensino/aprendizagem, pois ao mesmo tempo que o docente ensina, ele também aprende, além de conhecer o próximo e tornar o ambiente acolhedor para ambos.

Envolver o sujeito-pesquisador e as vivências adquiridas em seu percurso é de fundamental importância porquanto, “compreendo que a fenomenologia é sempre fenomenologia da percepção, pois seu princípio é o presente, a vivência do agora a qual engendra toda produção de nossas concepções de mundo” (Bicudo, 2020, p. 47), tal método condiciona o caminho possível para a realização desta pesquisa, o ser professor surdo. Reunir “o pensamento e a ação de uma pessoa, ou de um grupo, no esforço de elaborar conhecimentos sobre aspectos da realidade que deverão servir para a composição de soluções propostas aos seus problemas” (Lüdke e André, 2018, p. 2).

A pesquisa desenvolvida em abordagem fenomenológica não parte propriamente de uma hipótese, uma vez que defende uma atitude de flexibilidade diante daquilo que se pretende compreender. Tal atitude, conforme Souza (2015, p. 50) “tem como fundamento permitir ao pesquisador o reconhecimento da compreensão prévia da questão estudada”, que “poderá ou não ser igual àquela que se mostra no final do processo de pesquisar”.

Pesquisar sobre os processos de inclusão é complexo e quando se trata de inclusão de professores/as, é ainda mais desafiador por uma “relativa invisibilidade”,

olhares viraram-se para outros problemas e preocupações: nos anos 70, foi o tempo da racionalização do ensino, da pedagogia por objectivos, do esforço para prever, planificar, controlar; depois, nos anos 80, assistimos a grandes reformas educativas, centradas na estrutura dos sistemas escolares e, muito particularmente, na engenharia do currículo; nos anos 90, dedicou-se uma atenção especial às organizações escolares, ao seu funcionamento, administração e gestão. [...] Os professores reaparecem, neste início do século XXI, como elementos insubstituíveis não só na promoção da aprendizagem, mas também no desenvolvimento de processos de integração que respondam aos desafios da diversidade[...] (Nóvoa, 2011, p. 1-2).

Inicialmente, constata-se a falta de políticas de inclusão para o professor surdo nas escolas educação básica, alvo de investigação nesta pesquisa. Os olhares são voltados para os alunos e para suas dificuldades de aprendizagem. Os resultados de ensino/aprendizagem são relacionados aos professores/as na visão de heróis, quando sucesso, e de vilões, quando fracasso, da mesma maneira que o profissional de Educação Física, se a equipe perde, o treinador é o responsável. Neste viés, pretende-se trazer os olhares dos órgãos responsáveis, gestão escolar e dos próprios docentes a respeito das políticas públicas de inclusão para os profissionais que são parceiros de profissão. Dessa maneira, buscando propostas de inclusão

para o ingresso e a permanência destes na área educacional com objetivos de “ regresso dos professores ao centro das nossas preocupações e das nossas políticas” (Nóvoa, 2011, p.2).

A pesquisa fenomenológica nos instiga a pensar no outro como se fosse para si próprio, querer o melhor para si refletindo-se no outro, buscando trazê-lo para a sua realidade como um meio de transformar a vida de ambos. Assim, a compreensão do fenômeno pretendido se dá quando, “o sujeito se dirige de modo intencional ao que está solicitando sua atenção, o fenomenal a ele se mostra como fenômeno” conforme Bicudo (2020, p. 34). A capacidade de colocar-se no lugar do outro, a exemplo no lugar do surdo, condiciona o cuidado necessário para que ele seja e esteja inserido sem preconceitos no ambiente escolar, que é planejado especificamente para ouvintes, podendo ambos reaprender a olhar o mundo.

Com a proposta de investigar as políticas públicas e dificuldades inseridas na complexidade das estruturas e nos processos escolares, enfatizam Souza e Oliveira (2018, p.31) com “didáticas e técnicas de ensino e aprendizagem, se convive com interações entre pessoas; entre categorias dos sentidos e dos significados culturalmente atribuídos pelos seres humanos a eles mesmos; sobre o que significam diante uns dos outros, contra os outros, com os outros”, esses processos caminham em direção à construção, participação e defesa da educação popular.

A contribuição da produção científica para esta pesquisa visa repercussões sociais no ambiente escolar, em que se espera a concretização das múltiplas abordagens para a inclusão, a verificação dos dados realizada por meio de análise, interpretação de informações relevantes que poderão ser adquiridas pelas experiências da pesquisadora no chão da escola, que é definido por Lüdke e André (2018, p. 5),

Os fatos, os dados não se revelam gratuita e diretamente aos olhos do pesquisador. Nem este os enfrenta desarmado de todos os seus princípios e pressuposições. Ao contrário, é a partir da interrogação que ele faz aos dados, baseada em tudo o que ele conhece do assunto - portanto, em toda a teoria disponível a respeito -, que se vai construir o conhecimento sobre o fato pesquisado.

É necessário buscar o sujeito, o professor surdo, com proporções de abertura e amplitude da presente pesquisa, envolvendo as experiências dos entrevistados, que são o ponto de partida e o ponto de chegada da pesquisa, com nuances e riquezas que proclamam a totalidade da vida e os aspectos de real relevância nas práticas educacionais (Bicudo, 2011, p.42-43).

A relevância social presente na pesquisa envolve não somente as instituições de ensino que possuem a educação básica como foco, mas todo processo de ensino, desde os anos iniciais, fundamental, ensino médio, graduações até o ingresso e a permanência dos profissionais surdos

nestas instituições, com ampliação para toda a sociedade pois “fenômeno é, então tudo o que se mostra, se manifesta, se desvela ao sujeito que o interroga” (Martins; Boemer; Ferraz, 1990, p.141) e fazem parte da construção do percurso curricular profissional dos docentes. Enfatizando ainda Lüdke e André (2018, p. 3) “é igualmente importante lembrar que, como atividade humana e social, a pesquisa traz consigo, inevitavelmente, a carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam” a pesquisadora, considerando o momento histórico e a visão de mundo que serão fundamentos para a compreensão e explicação de pressupostos que orientam as etapas da pesquisa (Lüdke; André, 2018, p. 3).

Arelada ao método fenomenológico, esta pesquisa assume a abordagem qualitativa, que “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (Lüdke; André, 2018, p.11) e conforme Bogdan e Biklen (1994), é rica em seus descritores relacionados a pessoas, conversas, locais e tem por objetivo investigar fenômenos em toda sua completude e complexidade. É útil para auxiliar na compreensão do processo em que “as pessoas constroem significados e descrever em que consistem estes mesmos significados” (Bogdan; Biklen, 1994, p.35), contribuindo com o progresso da qualidade de vida das pessoas envolvidas, estando os pesquisadores mais engajados com o processo, com maior ênfase no percurso que a cada passo dado torna-se mais esplêndido do que em resultados propriamente ditos.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, que se desenrolam a partir de um esquema básico, com liberdade para no percurso o entrevistador possa fazer alterações e outras perguntas de acordo com as respostas e necessidade de novos esclarecimentos. Com o intuito de alcançar as pessoas surdas com experiência na área educacional, afim de obter dados qualitativos, de acordo com Lüdke; André (2018, p.39) “a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”, e

a justificativa para que o pesquisador mantenha um contato estreito e direto com a situação onde os fenômenos ocorrem naturalmente é a de que estes são muito influenciados pelo seu contexto. Sendo assim, as circunstâncias particulares em que um determinado objeto se insere são essenciais para que se possa entendê-lo. (Lüdke; André, 2018, p.13).

As entrevistas são como “um movimento que enlaça, também, a procura pelos/as sujeitos significativos que possam dizer de experiências vividas em seu cotidiano, concernentes ao interrogado” (Bicudo, 2011, p.42), foram realizadas por meio de vídeo e áudio, possibilitando a leitura/visualização da Língua Brasileira de Sinais – Libras que para Lüdke e André (2018, p.39)

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista benfeita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais.

Utilizando esse formato de coleta de dados, a pesquisa se torna mais rica e significativa. A comunicação visual permite ao entrevistado expressar-se por meio de sua cultura, oportunizando a expressão de pensamentos, de emoções e faciais que fazem parte da linguagem corporal e da comunicação da pessoa surda.

A presente pesquisa empregou uma forma de entrevista de abordagem não estruturada, contendo algumas perguntas-base como ponto de partida, permitindo liberdade de adaptação pela entrevistadora de acordo com o caminhar da entrevista, com compromisso ético e respeito aos entrevistados, acordando-nos Lüdke e André (2018, p.40)

Parece-nos claro que o tipo de entrevista mais adequado para o trabalho de pesquisa que se faz atualmente em educação aproxima-se mais dos esquemas mais livres, menos estruturados. As informações que se quer obter, e os informantes que se quer contatar, em geral professores, diretores, orientadores, alunos e pais, são mais convenientemente abordáveis através de um instrumento mais flexível.

As entrevistas foram realizadas em local específico em que os/as professores/as lecionam. Foram inicialmente realizadas com 03 professores/as surdos/as, 01 ouvinte CODA⁴, 01 especialista e 01 diretor da escola vinculados ao processo de inclusão e ensino aprendizagem de e para pessoas surdas. O convite para participação foi realizado de forma individual, entregue pessoalmente, assim como a carta de apresentação da pesquisadora, de modo a esclarecer aos participantes da pesquisa, que antes de realizar a entrevista, seria apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE para a sua anuência. Ao participante, foi garantido o direito de não participação, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também retirar-se da pesquisa a qualquer momento. O participante da pesquisa teve acesso às perguntas somente após conceder seu consentimento. A pesquisadora fez a transcrição dos relatos, que estão armazenados em dispositivo próprio.

Os sujeitos participantes deste estudo são professores/as surdos/as com licenciatura nas áreas de conhecimento destinadas à Educação Básica e à Libras, coordenadores e gestão escolar, mediante aceite do TCLE. Os sujeitos foram selecionados por sua relação com o tema de pesquisa, efetiva participação no processo de inclusão dos docentes surdos e pela

⁴ CODA representa pessoa ouvinte filho de pai ou pais surdos, constituem uma comunidade que mescla as culturas ouvinte e surda.

responsabilidade evidenciada, uma vez que são os protagonistas e participantes ativos no processo educacional.

Foram excluídos dessa investigação todos os sujeitos – alunos/as, professores/as regentes de turmas ouvintes, especialistas e diretores em educação básica que não atuam diretamente com pessoas surdas e aqueles que não concordaram em participar da pesquisa e/ou não aceitaram os termos do TCLE, à necessidade de explicação dessas escolhas para que seja difundida de forma subjetiva a pesquisa. A investigação teve autorização de realização pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Uberaba, por meio do CAAE: 72823623.0.0000.5145, conforme anexo I.

São previstos os seguintes riscos: barreiras ou ruídos de comunicação que podem indicar um desafio na compreensão da entrevista. Para que isso não aconteça, em parceria com a instituição que contempla a presença de profissionais surdos/as e a Uniube, tivemos a presença de um intérprete de Libras no momento das entrevistas. Em relação à perda de confidencialidade e à quebra de sigilo dos dados, as seguintes medidas serão tomadas, tais como: o uso de pseudônimos quando da escrita e publicação do trabalho e não divulgação da realização da pesquisa em seu desenvolvimento. De acordo com Lüdke e André (2018, p. 59), para garantir a ética durante o processo uma das medidas “geralmente tomada para manter o anonimato dos respondentes é o uso de nomes fictícios no relato, além, evidentemente, do cuidado para não revelar informações que possam identificá-los”.

Nesse sentido, os participantes das entrevistas foram identificados com os nomes dos *jogos e brincadeiras populares*, pelas quais foram valorizadas a Educação Física e as culturas populares que são originadas das experiências, vivências e miscigenação dos povos.

A escola foi nomeada de *Quarteto Fantástico*, para representar os quatro esportes que são mais prestigiados no Brasil: o futebol, o vôlei, o handebol e o basquete. Esses esportes são muitas vezes considerados práticas excludentes, versados como esporte de alto rendimento, porém o professor de Educação Física, ao ministrar os conteúdos, deve abordar os esportes de participação, de rendimento e escolar. Nessa amplitude, ele deve esclarecer as diferenças e oportunizar a participação com conhecimento e criticidade de todos/as nas práticas esportivas escolares. Não podendo excluir também os discentes que tem mais habilidades, a educação é para todos, como descrito por Tubino (2011, p.20) a “prática esportiva, quando práxis, contribui para o conhecimento humano, oferecendo condições para o surgimento de novos fatos esportivos, sociais e culturais”.

A instituição foi identificada por *Capoeira*, por ser um dos conteúdos que é trabalhado na Educação Física, na perspectiva da Cultura Popular Brasileira, que combina artes marciais,

música e dança, com raízes nas tradições africanas trazidas pelos escravos para o Brasil. A capoeira desenvolveu-se principalmente na região Nordeste do Brasil e é caracterizada por movimentos ágeis, acrobáticos e frequentemente realizados ao som de instrumentos musicais como o berimbau, o pandeiro e o atabaque. A capoeira não é apenas uma luta, mas também uma forma de expressão cultural e de resistência. Ela foi proibida durante muitos anos no Brasil, mas hoje é reconhecida como Patrimônio Cultural.

O agendamento das entrevistas foi realizado respeitando a disponibilidade dos participantes, de forma a gerar o mínimo de transtornos e impacto em sua rotina individual e de trabalho. Os convites foram feitos individualmente, em contato diretamente com o participante e/ou com a especialista da instituição lócus de investigação. Além disso, as entrevistas gravadas foram armazenadas em dispositivo próprio, eliminando-as das nuvens de armazenamento remoto, essas precauções são requeridas

por qualquer tipo de entrevista. Em primeiro lugar, um respeito muito grande pelo entrevistado. Esse respeito envolve desde um local e horário marcados e cumpridos de acordo com sua conveniência até a perfeita garantia do sigilo e anonimato em relação ao informante, se for o caso. Igualmente respeitado deve ser o universo próprio de quem fornece as informações, as opiniões, as impressões, enfim, o material em que a pesquisa está interessada. (Lüdke; André, 2018, p.40).

Com as entrevistas, a presente pesquisa pode obter os seguintes benefícios: trazer uma perspectiva valiosa sobre a inclusão e as políticas públicas, com experiências pessoais e profissionais que podem ajudar a identificar os desafios específicos que são enfrentados pelos professores/as surdos/as, contribuindo para formulação de políticas públicas inclusivas. Com a efetiva participação do professor surdo na entrevista, tem-se a oportunidade de enriquecer os dados coletados, que poderão permitir uma compreensão mais abrangente dos desafios e posteriormente soluções para a inclusão dos profissionais surdos nas escolas do estado.

E, nesse viés, para que a inclusão do professor surdo seja efetiva, deve haver espaço libertário, com valorização e reconhecimento das diferenças e diversidade desde a base educacional que é o onde tudo começa.

Estar atento às novas atitudes dentro do espaço escolar solicita dos educadores uma visão crítica, política, social, cultural e um questionamento amplo sobre as práticas e as narrativas por meio de suas ações. As lutas por identidade no espaço escolar implicam uma atenção especial para o conceito de diferença, um aprofundamento nas discussões referentes a diversidade cultural [...], uma posição crítica frente aos poderes da linguagem social e dos discursos hegemônicos. (Skliar, 2015, p.42)

A abordagem qualitativa faz parte da metodologia necessária para a concretização da pesquisa, essa abordagem conta ainda com a finalidade exploratória, que possibilita explorar

um campo que ainda não foi descoberto, em pesquisa inédita, que poderá englobar as experiências dos/as pesquisadores/as atreladas aos resultados observados nas entrevistas, com possíveis alterações ou complementações de acordo com a execução, essa fase se coloca como fundamental para uma definição precisa do objeto de estudo e definição de conceitos (Lüdke; André, 2018, p.25).

Adota-se ainda a pesquisa documental a fim de analisar as políticas públicas de inclusão dos professores/as surdos/as existentes ou a necessidade de elaboração de novas que atendam especificamente às necessidades desse grupo minoritário de pessoas que anseia atenção, por meio da técnica de análise documental, conforme preconiza Lüdke e André (2018). Ao relacionarmos os contextos no interior do sistema educacional, com a falta do professor surdo de Educação Física, isso impossibilitaria uma pesquisa de campo, com isso foi imperativo expandir o campo de pesquisa para abranger todas as áreas do conhecimento, e não se limitar exclusivamente à Educação Física. Essa expansão permitiu uma compreensão mais ampla e integrada dos fenômenos investigados.

De acordo com Lüdke e André (2018, p.45-46), tomamos o documento como “uma fonte não reativa, permitindo a obtenção de dados quando o acesso ao sujeito é impraticável”, justificando-se pela ausência destes profissionais no contexto específico da educação básica lecionando para ouvintes. Contudo, encontramos professores/as surdos/as de diversas áreas do conhecimento e decidimos ampliar o escopo da investigação. A pesquisa de campo com entrevista semiestruturada e a “análise documental pode constituir-se numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (Lüdke; André, 2018, p.44-45). A técnica proporciona benefícios, por ser os documentos fontes estáveis e ricas que persistem ao longo do tempo, podem ser consultados sempre que necessário, servindo de base para diferentes estudos, proporcionando maior estabilidade na obtenção dos dados (Op. Cit, p.45),

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. [...] Seu uso requer apenas investimento de tempo e atenção por parte do pesquisador para selecionar e analisar os mais relevantes.

Com estes documentos, houve a possibilidade de responder às questões investigadas no presente trabalho, Lüdke e André (2018, p.63) consideram os documentos como “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Estes documentos “incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas,

memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares” (Lüdke; André, 2018, p.45).

Uma das potencialidades da análise documental é a possibilidade de serem realizados alguns tipos de reconstrução da realidade e do passado, tornando-se uma fonte preciosa para todo pesquisador. Como afirma Cellard (2012, p. 295), o documento muito frequentemente “permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente”. Uma vez que nos permite acrescentar às questões sociais os fatores do tempo e “graças ao documento, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como o de sua gênese até os nossos dias” (Cellard, 2012, p. 295).

Lüdke e André (2018, p. 47) apontam que, ao utilizar a análise de documentos a sua falta de objetividade e sua validade são questionáveis, porém essas objeções são geralmente levantadas por todos/as aqueles /as que defendem uma perspectiva “objetivista”, que não vem ao caso na presente pesquisa, que pretende buscar a influência da subjetividade presente no meio científico. Com relação à escolha da pesquisadora, esta pode ser arbitrária fazendo “inferência sobre os valores, os sentimentos, as intenções e a ideologia das fontes ou dos autores dos documentos. Essas escolhas arbitrárias devem ser consideradas como um dado a mais na análise” documental. Em uma abordagem qualitativa exploratória, os documentos, que são fontes repletas de informações sobre o universo de proximidades ao tema, não devem ser ignorados, devem ser bem explorados para complementar as informações obtidas por outras técnicas evidenciadas aqui, como a entrevista semiestruturada (Lüdke; André, 2018, p. 46-47).

Realizadas análises nos documentos de grande relevância, relacionados ao tema em questão, que de acordo com Lüdke e André (2018, p. 62) os documentos ricos e estáveis são uma parte essencial, que persistem ao longo dos tempos e oportunizam consultas e pesquisas quando necessário, não podendo desconsiderar que o “propósito da análise documental de fazer inferência sobre os valores, os sentimentos, as intenções e a ideologia”(Op. Cit, p.47) dos documentos oferece maior estabilidade aos resultados obtidos na pesquisa qualitativa. Esta foi caracterizada pela busca de políticas públicas que buscam favorecer o ingresso dos/as professores/as surdos/as nas escolas de educação básica, documentos que integram leis, decretos, pareceres, currículos e edital do último concurso do Estado de Minas.

Conforme Lüdke e André (2018), essa seleção dos documentos define o corpus documental, que se sustenta pela caracterização dos tipos de documentos que foram utilizados,

com apresentação da justificativa por sua escolha, de modo a subsidiar a análise propriamente dita dos dados e a autenticidade ou credibilidade dos documentos.

Para analisar os documentos, foi indispensável considerar os aspectos, os pontos relevantes que abordam a pesquisa, para proporcionar uma compreensão mais ampla, conforme Lüdke e André (2018) pontuam em relação ao roteiro para a pesquisa com a definição dos temas ou categorias de análises; releitura dos documentos com foco no aspecto analítico; redação final da análise, com compromisso ético mantido ao longo do processo.

3.1 A amplitude dos movimentos: métodos de análise

Após o percurso traçado para o desenvolvimento da pesquisa, faz-se necessário evidenciar os métodos de análise procedimentais que foram utilizados. De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p.205), a

análise dos dados é o processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objectivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou.

Assim, os dados foram organizados com divisões padronizadas por aspectos importantes do que deve ser transmitido. “Apesar da análise ser complicada, constitui, igualmente, um processo que pode ser dividido em várias fases. Se for encarada como uma série de decisões e tarefas, em vez de ser vista como um imenso esforço de interpretação, a análise dos dados surge como algo mais agradável” (Bogdan; Biklen, 1994, p.245). Nesse sentido, fez-se necessário organizar, elaborar etapas a fim de que a análise das entrevistas fosse realizada de maneira mais leve e prática.

Ainda de acordo com Bogdan e Biklen (1994, p.205), o pesquisador iniciante deve organizar etapas para que não corra o risco de terminar a coleta de dados com informações abundantes e muitas vezes irrelevantes. A tentativa de analisar a coleta de dados, ao “realizar a análise concomitantemente, mostra-se necessário ter a capacidade de se aperceber de aspectos conceptuais e substantivos que vão surgindo - algo que não é provável estar tão desenvolvido num investigador inexperiente”, buscamos adequar as descobertas enquanto se está em campo, no momento das entrevistas de forma semiestruturadas indagando sobre os dados já obtidos tanto na presente pesquisa, entrevista ou nas demais fases que fazem parte do mesmo progresso do estudo. São etapas que os pesquisadores devem seguir, para ter um “sul”, uma direção, uma

orientação, ao utilizar estratégias de análise no campo de investigação, para quando os dados tiverem sido recolhidos deixando-a mais formal.

Essa organização foi realizada de maneira categorizada, de forma que as apresentações dos dados fossem claras e coerentes, com a possibilidade de rever as ideias iniciais dos pesquisadores, pensamentos formulados, repensá-las, reavaliá-las, e introduzir novas ideias que surgiram no processo (Lüdke; André, 2018). Essa categorização é o início da análise, o refinamento das contribuições recebidas nas entrevistas, momento em que se pôde ultrapassar as descrições com o intuito de adicionar algo relevante para a pesquisa de forma ética, para isso os pesquisadores tiveram

[...] que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações. É preciso dar o "salto", como se diz vulgarmente, acrescentar algo ao já conhecido. Esse acréscimo pode significar desde um conjunto de proposições bem concatenadas e relacionadas que configuram uma nova perspectiva teórica até o simples levantamento de novas questões e questionamentos que precisarão ser mais sistematicamente explorados em estudos futuros (Lüdke; André, 2018, p. 58).

Na análise dos documentos para uma compreensão mais ampla, vislumbrando as entrevistas e os modos de expressão das experiências vividas que podem direcionar diferentes destaques (Bicudo, 2011, p.43) vinculados às etapas já citadas, seguiremos um roteiro conforme Lüdke e André (2018) preconizam, com releitura dos documentos com foco no aspecto analítico e para finalizar redação da análise, durante todos os processos o compromisso ético tanto relacionado a pesquisa quanto com os envolvidos nas entrevistas, será mantido.

Ao analisar os dados e alinhar as informações alcançadas, temos a pretensão de obter as respostas para a investigação aqui pretendida, proporcionando abertura nas escolas de educação básica para que os docentes surdos desfrutem de oportunidades equitativas, minimizando os efeitos da exclusão que estão implícitos nesses ambientes.

3.1.1 Movimentação das peças: análise documental

A análise documental deve ser equiparada à análise aprofundada de um jogo de xadrez, que deve ser realizada com um olhar sistêmico pela sua complexidade, com a finalidade de identificar padrões, desde táticas defensivas e ofensivas na organização do jogo até as transições das peças. A complexidade em explicar porque as peças brancas sempre têm prioridade ao iniciar o jogo, popularmente dito que o jogo das peças pretas seria mais forte e em consequência

teriam maior vantagem, porém necessita de aprofundamento para que sejam esclarecidos quaisquer vínculos preconceituosos. Joga-se com a pretensão por conquistar o rei adversário. Sendo essa análise realizada com criticidade que, de acordo com Freire (2021), é necessária aos professores/as em direção a uma educação popular e equitativa para todos, sendo um exemplo de como realizaremos as análises da presente investigação.

A análise documental é parte importante da metodologia desta pesquisa, com este método, pretendia-se argumentar os dados obtidos a fim de investigar a perspectiva da inclusão para o ingresso dos docentes surdos no emprego público, examinamos as legislações pertinentes, normas, pareceres, memorandos, cartilha e edital do último concurso do estado, para obter as informações de maior relevância sobre o tema em evidência. A análise documental é uma técnica valiosa para examinar os dados qualitativos, seja como complementação de outras técnicas ou no revelar de novos temas, ambas situações da atual pesquisa (Lüdke; André, 2018, p.45).

As escolhas foram realizadas de acordo com Cellard (2012), direcionadas aos questionamentos iniciais atrelados ao problema de investigação, com pistas documentais que se apresentaram como um leque oferecidas aos pesquisadores. De acordo com o autor, “o pesquisador que trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade do material. Em primeiro lugar, ele deve localizar os textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade” (Cellard, 2012, p.296), posto isso, os documentos selecionados para a análise são, conforme o quadro 3:

Quadro 3 – Corpus documental da pesquisa.

<i>Documento</i>	<i>Teor</i>	<i>Ano</i>
<i>Lei nº 7.109</i>	Contém o Estatuto do pessoal do magistério público do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.	1977
<i>Convenção 159</i>	Organização Internacional do Trabalho, respeitante à readaptação profissional e ao emprego de deficientes.	1983
<i>Portaria nº 1.793</i>	Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências.	1994

Lei nº 11.867	Reserva percentual de cargos ou empregos públicos, no âmbito da Administração Pública do Estado, para pessoas portadoras de deficiência.	1995
Lei nº 9.384	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	1996
Decreto nº 3.298	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as Normas de proteção, e dá outras providências.	1999
Lei nº 10.098	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	2000
Decreto nº 42.257	Estabelece normas para a definição de cotas de cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência nos concursos públicos da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.	2002
Decreto nº 5.626	Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.	2005
Resolução SEE nº 2903,	Cartilha do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez de Minas Gerais	2016
Base Nacional Comum Curricular	Documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.	2017
Decreto nº 9.508	Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.	2018
Edital SEPLAG-SEE nº 3 de 2023	Concurso público para provimento de cargos das carreiras de professor de educação básica, especialista em educação básica, analista educacional, analista de educação básica, técnico da educação e assistente técnico de educação básica do quadro de pessoal da secretaria de estado de educação de Minas Gerais.	2023

Fonte: A autora (2023).

4 – ESTATÍSTICAS DOS TIMES: ANÁLISE DE DADOS DOCUMENTAIS

As práticas esportivas estão bem longe de tornar-se uma ciência exata e as estatísticas transformam-se em peças-chave para o conhecimento aprofundado, na especificidade de cada modalidade esportiva, seja para os profissionais dos clubes e até mesmo para os torcedores apaixonados pelos seus times, que pretendem por meio da análise aprofundada, que se inicia com o desempenho individual dos atletas e contempla toda a equipe, garantir o sucesso na modalidade pretendida. Com esse intuito, iniciamos a análise documental.

Para Cellard (2012, p.298), ao iniciar a construção do inventário para uma análise de documentos, devemos questionar se estes estão realmente relacionados aos objetivos da pesquisa em direção aos questionamentos feitos nela mesma,

Existe, de fato, uma multiplicidade de fontes documentais, cuja variedade não se compara à informação que elas contêm. Isso porque a pesquisa documental exige, desde o início, um esforço firme e inventivo, quanto ao reconhecimento dos depósitos de arquivos ou das fontes potenciais de informação (Cellard, 2012, p.298).

Dito isto, foram verificados os documentos, legislações e edital do último concurso da Secretária de Estado de Educação – SEE de Minas Gerais, referentes aos temas: Reserva de vagas no emprego público e em concursos, Língua Brasileira de Sinais – Libras, inclusão das Pessoas com Deficiência – PcD, formação docente e demais relacionados à temática dessa investigação. No quadro do Corpus Documental, foram elencados os documentos em ordem cronológica que, de acordo com Cellard (2012, p.295), o documento nos

permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão social. [...] pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como o de sua gênese até os nossos dias.

Cellard (2012, p.303) pontua que após a análise preliminar, é importante seguir alguns passos para alcançar os elementos da problemática, o “pesquisador poderá, assim, fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial. Como em todo procedimento que levou o pesquisador até a análise, a abordagem permanece tanto indutiva quanto dedutiva”. Especifica ainda que, para construir o corpus satisfatório da análise documental, é imprescindível seguir 5 (cinco) dimensões que compreendem a autoria, sua natureza, o estudo do contexto no qual o texto em questão foi produzido, a autenticidade e a

confiabilidade do documento, a natureza e sua lógica interna (Cellard, 2012, p.296), neste sentido, elaboramos o quadro 4 para análise dos documentos:

Quadro 4: Análise documental

Documento em análise	Autoria	Natureza	Contexto	Autenticidade e confiabilidade	Conceito chave e/ou lógica interna
Lei nº 7.109 de 1977	O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e o Presidente da República sancionou.	Documento estatutário do pessoal do magistério público de Estado de Minas Gerais.	Estabelece pela primeira vez o piso nacional para os professores da educação básica. O regime militar se encontrava em processo de dissolução; a ditadura militar passava por um período delicado o que levou o governo da época comprometer o país à uma redemocratização por meio de algumas ações, como por exemplo o que foi chamado de “pacote de abril”.	Documento encontrado no site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais	Regular as atividades do magistério, ensino e educação.
Convenção 159 de 1983	Conselho de Administração do Escritório Internacional do Trabalho. Em 1991 pelo Presidente da República, com base no art. 84, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, atualizada pelo Presidente em exercício com o Decreto 10.088/19.	O documento tem como objetivo a igualdade, participação plena e a criação de um programa de ação mundial voltado às pessoas deficientes.	Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou em 1981 o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Esse documento foi o grande marco histórico político para as PcD ingressarem no mercado de trabalho. Período de fortes manifestações populares sob o movimento no Brasil pelas eleições diretas presidenciais.	O documento foi elaborado na Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. No Brasil: Aprovado em 1990, promulgado pelo decreto nº 129 de 91.	Participação plena com igualdade e emprego para as pessoas com deficiência.
Lei nº 8.213 de 1991 (Incluída)	Lei criada pelo Congresso Nacional.	O documento institui os planos de benefícios para a Previdência Social e dá outras providências.	Tem início, o programa Salto para o Futuro, em fase experimental, com o Jornal da Educação, edição do professor. Este foi produzido pela Fundação Roquette Pinto para atender às diretrizes políticas do Governo Federal, no fomento aos programas de educação a distância.	Lei sancionada pelo Presidente da República em exercício e encontrada no site do Planalto.	Planos de benefícios da previdência social, percentual de vagas para PcD ofertadas em empresas.

Portaria nº 1.793 de 1994	O documento foi elaborado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.	Recomenda a incorporação de disciplinas e conteúdos ético-político-educacionais nos cursos superiores. Expansão de estudos adicionais nos cursos de graduação e especialização nas áreas da Educação Especial.	Ocorre a Conferência Mundial de Educação Especial, é proclamada a Declaração de Salamanca, tendo como objetivo a educação inclusiva. No Brasil criou-se a Política Nacional de Educação Especial, que fundamenta e orienta o processo global da educação de PcDs.	A Portaria ministerial foi elaborada por Comissão Especial, instituído pelo Decreto de 08 de dezembro de 1994.	Recomenda a inclusão de conteúdos nos cursos superiores, a princípio para normalização e integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais.
Lei nº 11.867 de 1995	Documento autenticado por representantes do povo, entre eles advogados, senador e presidente da Fundação João Pinheiro.	A Lei é construída no Palácio da Liberdade. A administração pública deve reservar vagas em cargos públicos para PcD's com aprovação em concurso, conceitua as PcD's.	No Brasil, o ano foi marcado pela iniciativa de melhoria do ensino fundamental e reforma do ensino médio. Acontece o início da operação comercial de Internet e a criação do Mercosul.	Uma vez que a Lei foi criada por representantes do povo e regulamentada torna-se autêntica e confiável.	A definição do percentual de vagas reservadas as PcD nos cargos e empregos públicos, caracterização e comprovação da deficiência.
Lei nº 9.394 de 1996	A LDB define todos os princípios, diretrizes, estrutura e organiza todo o sistema educacional brasileiro, abrangendo todas as esferas. A mais recente de 1996 com alteração dada em 2017 pela Lei nº 13.415.	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A Lei define e organiza o sistema de ensino brasileiro, com definições desde o formato de ensino até financiamentos da Educação.	Com a Constituição de 1988, houve a redemocratização das discussões que resultou na LDB de 1996, baseada no princípio do direito universal à educação. Passando a vigorar também o Plano Nacional de Educação-PNE. A versão de 1971 criada em pleno regime militar, teve a obrigatoriedade da disciplina Educação Física nas instituições de ensino.	Foram estudadas diversas formas de atender a educação, e com isso à uma preocupação governamental sobre o tema. Os Presidentes da República estão diretamente vinculados às LDB's anteriores e nas	Os conceitos estão definidos na Lei como títulos, sendo: Princípios e fins da Educação; Direito e dever de educar; Níveis e modalidades da Educação; Profissionais da Educação.

			atualizações por seus pares em exercício.		
Decreto nº 3.298 de 1999	O presidente da República no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, incisos IV e VI da Constituição Federal.	O decreto tem o objetivo principal assegurar plena integração e os direitos individuais e sociais das PcD nos contextos socioeconômicos e culturais.	O Brasil sofreu uma das maiores crises de moeda, o Banco Central então optou por utilizar o real. O bug do milênio, o medo populacional da transição dos anos 1999/2000, o fim do mundo.	Por ser um decreto presidencial, encontrado em site confiável, no Portal da Legislação, planalto.	O decreto conceitua deficiência e incapacidade. Define a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência na sociedade.
Lei nº 10.098 de 2000	Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República.	Tem por objetivo estabelecer normais e critérios de acessibilidade da PcD.	O primeiro brasileiro operário na presidência. Na educação, continua a evolução nos sistemas educacionais com a qualidade da aprendizagem.	Por fazer parte da legislação brasileira	Promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência.
Decreto nº 42.257 de 2002	A Lei foi criada pelo Presidente da República e especificada pelo Governador do Estado de Minas Gerais	Tem o objetivo de reservar a vaga para PcD nos editais para emprego público em cada categoria oferecida.	O período de 1995 a 2002 foi marcado pela reforma do Ensino Médio e melhorias no ensino fundamental no Brasil. Aprovação do Fundo de desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério-Fudef. A seleção Brasileira é pentacampeã na Copa do Mundo de futebol e primeiro título do Mundial de Vôlei Masculino.	Documento foi construído com base na Constituição Federal de 1988, artigo 37, inciso VIII.	O decreto tem os editais como ponto chave. As definições baseadas na Lei 11.867 que responsabiliza a administração pública pelas vagas no emprego público.
Decreto nº 5.626 de 2005	Tem sua autoria o Presidente da República.	A Lei tem como objetivo incluir a Língua Brasileira de Sinais – Libras como disciplina obrigatória nos cursos superiores, a formação de professores de/em	Em 2005 foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-Ideb, essa prova passa a ser censitária, aplicada em todas as escolas do país. A população brasileira vota não no referendo pela proibição do comércio de armas de fogo no país.	O documento foi encontrado no site do planalto, cuja autenticidade e confiabilidade são resguardadas.	A Libras como disciplina obrigatória na formação de professores.

	Libras e o Português como segunda língua para surdos.				
Resolução SEE nº 2903 de 2016	Documento redigido pela Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais.	O documento dispõe sobre a organização e funcionamento dos Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez.	O ano foi marcado pela reforma do ensino médio e ocupações em escolas e universidades públicas. Além de trocas de ministros da educação.	É um documento da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, localizado no acervo de notícias da educação.	Curso de Libras para profissionais da educação, português como segunda língua para surdos, apoio às famílias na aprendizagem da Libras. Proficiência para tradutores e interpretes.
Base Nacional Comum Curricular de 2017	O Ministério da Educação concedeu ao Conselho Nacional de Educação – CNE o documento para apreciação da proposta da BNCC, para a produção de um parecer para um projeto de resolução que, ao ser homologado pelo Ministro da Educação, se concretizou em norma nacional.	A BNCC, estrutura os direitos de aprendizagens essenciais que todos os estudantes precisam desenvolver, explicitando as competências básicas que os alunos devem desenvolver na Educação Básica e em cada etapa de escolaridade.	O principal acontecimento na época foi a aprovação da BNCC. Com os 160 anos da fundação, o Instituto Nacional de Educação de Surdos-Ins lançou aplicativo do Jornal Primeira Mão, com curso de Libras e português. Ocorreu algumas alterações na LDB, fomentada pela Lei nº 13.415 na qual criou-se a problemática proposta de inovações na carga horária do currículo: Ensino Médio inovador.	A BNCC é um documento normativo de natureza pedagógica. De acordo com a minuta de parecer e Projeto de Resolução a BNCC tem a competência de assegurar a participação da sociedade em geral no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação por uma educação de qualidade.	A BNCC traz conceitos e princípios pedagógicos, as palavras chave são conhecimento e desenvolvimento pleno, com atitudes e valores para o exercício da cidadania, habilidades cognitivas e socioemocionais, preparação para a vida e o mundo do trabalho.
Decreto nº 9.508	Em exercício no cargo do Presidente da República o	Lei que reserva às pessoas com deficiência um percentual de cargos	O Brasil participa da Copa Mundial de Futebol. Ocorre articulações sobre a qualidade do Ensino Público pelos	O documento tem origem na Lei nº 13.146 de 2015 que	A Lei instituí um percentual de vagas que são oferecidas as PcD

<i>de 2018</i>	Presidente do Supremo Tribunal Federal	e empregos públicos que podem ser ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.	futuros gestores, ano eleitoral. Foi criado pelo “Todos pela Educação”, o programa <u>Educação Já!</u> , com propostas de políticas públicas para a educação básica. A crise financeira causou muita violência em São Paulo, o presidente precisou decretar Intervenção Militar.	instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoas com Deficiência, sendo o Estatuto da PcD.	no emprego público, e a previsão de adaptação de provas escritas e práticas.
<i>Edital SEPLAG-SEE n° 3 de 2023</i>	Edital elaborado em consonância pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, pela Secretaria de Estado de Educação – SEE e Fundação Getúlio Vargas – FGV.	Edital de concurso proposto para composição e/ou complementação do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Minas Gerais. Para provimento de cargos como o de professor de educação básica.	Após um ano conturbado, com lutas em defesa da democracia, eleições presidenciais, inicia-se o ano 2023. O atual governo de Minas propõe o Regime de Recuperação Fiscal com congelamento de concursos públicos após 2024. Com o número elevado de cargos vagos no Estado o governo se vê obrigado a realizar Concurso Público. O Edital visa o preenchimento de vagas nas carreiras instituídas pela Lei Estadual nº 15.293/2004, sendo 13.121 vagas para os cargos da carreira de Professor de Educação Básica – PEB, e formação de cadastro de reserva, observado o prazo de validade do Concurso Público.	O documento é autenticado e resguardado pela Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão	Cargos e vagas para preenchimento do quadro de pessoal do Estado de Minas, professores, especialistas, educação básica.

Fonte: A autora (2023), com base nas cinco dimensões minuciadas por Cellard (2012).

Ao abordar as políticas educacionais e inclusivas, foi observada a necessidade de esclarecer que a educação é um direito fundamental de todos e todas, é dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania com pleno desenvolvimento das potencialidades, essas políticas morais ou intelectuais qualificam para o mercado de trabalho, de acordo com os artigos 1º e 205 da Constituição Federal - CF (Brasil, 1988). A inclusão é um dos princípios estabelecidos na CF que objetiva o bem de todos pela cidadania e dignidade da pessoa humana, sem preconceitos de origem, raça, sexo, idade, cor ou quaisquer formas de discriminação (Brasil, 1988). Em consonância com a CF, a Lei nº 8.112, de 1990, em seu art. 5º, parágrafo 2º, assegura o direito de inscrição às pessoas portadoras de deficiência em concursos públicos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras e reserva até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concursos (terminologia utilizada no período em questão).

Na construção do corpus documental, iniciado com Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas, com a *Lei nº 7.109 de 1977*, com objetivo de incentivar a profissionalização dos professores e professoras com condições que protejam e valorizem os esforços incansáveis por uma educação de qualidade pelos pares, assegurando remuneração condizente com a profissão e com a de outros profissionais de idêntico nível de formação e a promoção na carreira docente. Antes mesmo da CF, a valorização docente já era uma preocupação em nível nacional, na atualidade (2023/24) com piso defasado, pretensões de congelamento de salários e Regime de Recuperação Fiscal, sendo transferidas as responsabilidades do governo para o povo trabalhador, de acordo com Freire (2021, p.65) a “luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática de ética” justificando o exposto.

Ainda mais, no Estatuto do Magistério

Art. 2º - O exercício do magistério, inspirado no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, tem em vista a promoção dos seguintes valores:

I - amor à liberdade; [...]

III - reconhecimento do significado social e econômico da educação para o desenvolvimento do cidadão e do País; [...]

IX - mentalidade comunitária para que a escola seja o agente de integração e progresso do ambiente social; (Brasil, 1977, n.p)

Valores que devem ser cumpridos pelos docentes e principalmente pelo Poder Público, ao tratar do reconhecimento dos significados sociais e econômicos da educação. Concentre-se as legislações e os órgãos do Poder Público em possibilitar aos professores/as/ surdos/as, às PcD's, oportunidades para o ingresso no emprego público notadamente nas escolas de educação básica de Minas Gerais, dirigindo sua atenção também aos profissionais, não somente aos alunos como bem visto nas práxis, eximindo a orfandade pedagógica pela verdadeira inclusão e educação social que contemple os docentes surdos (Skliar, 1997). A nossa resposta a não inclusão, o não lugar destes é a luta política, consciente, crítica e organizada a favor dos professores/as surdos/as e amplia-se a toda a classe (Freire, 2021).

Na Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida em 1981, foi constatada a necessidade de elaboração de algumas medidas para que houvesse a participação plena e com igualdade na vida social, neste mesmo ano, foi declarado o ano Internacional das Pessoas com Deficiência-PcD,

Depois de haver decidido que esses progressos tornaram oportuna a conveniência de adotar novas normas internacionais sobre o assunto, que levem em consideração, em particular, a necessidade de assegurar, tanto nas zonas rurais como nas urbanas, a igualdade de oportunidade e tratamento a todas as categorias de pessoas deficientes no que se refere a emprego e integração na comunidade; (Organização Internacional do Trabalho-OIT, 1983, in Convenção 159, art. II, alínea D.)

Confirmadas essas necessidades, a *Convenção 159* em 1983, instituiu em direção à defesa das PcDs, destacamos que “todo o País-Membro deverá considerar que a **finalidade da reabilitação profissional é a de permitir que a pessoa deficiente obtenha e conserve um emprego e progrida no mesmo, e que se promova, assim a integração ou a reintegração dessa pessoa na sociedade**” (OIT, 1983, parte I, art. 1º, alínea 2, grifo nosso), com a cristalina finalidade, que sejam criadas e sempre existam medidas adequadas para promover oportunidades de emprego para as PcD, incluindo as pessoas surdas, no mercado de trabalho.

Com isso, acredita-se que as adequações sejam construídas ao longo do tempo. Neste sentido, no quadro do Corpus Documental, foram elencados documentos em ordem cronológica, doravante do Estatuto dos profissionais do Magistério, para averiguar quais atitudes foram tomadas a respeito, principalmente relacionadas ao ingresso e a permanência dos docentes surdos no mercado de trabalho, sobretudo nas escolas de educação básica do estado mineiro.

A legislação em análise no momento, *Lei nº 8.213 de 1991*, dispõe sobre Planos de Benefícios da Previdência Social e outras providências, no art. 93 estabelece que dentro do total de vagas ofertadas em empresas um percentual seja destinado a PcD's,

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.	5%.

Transferindo uma obrigação às empresas em que a cota incidirá sobre o número de empregados de forma progressiva, que de acordo com o que postula Souza e Novais (2022, p.177) “a combinação entre o público e o privado pode levar a formatos que ameaçam pilares fundamentais de uma democracia, como justiça, representação e participação”. Essa obrigação não deveria acontecer nesse formato, no entanto, mostra-se necessária. Essas contratações deveriam ocorrer de forma natural, inclusiva e equitativa, o que demonstra que a sociedade ainda tem muito que aprender para que a inclusão realmente sobrevenha. A legislação demonstra que há uma preocupação do Estado para que a inclusão seja efetivada na sociedade em geral.

Logo, com ações que promovem o ingresso e a permanência de alunos deficientes no ensino superior, tem-se a criação da *Portaria nº 1.793 de 1994*, que destaca a inclusão de conteúdos relacionados à deficiência com a necessidade de complementar os currículos de formação docente, preparando os não deficientes com esclarecimentos sobre o tema, e inicia-se a preparação, ao nosso ver, dos futuros profissionais deficientes para o mercado de trabalho, além de especializações para a formação continuada de docentes com a educação inclusiva. De acordo com a Portaria 1.793/94:

Art. 2º. Recomendar a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos—Ético—Políticos—Educação da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais nos cursos do grupo de Ciência da Saúde(Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional), no Curso de Serviço Social e nos demais cursos superiores, de acordo com as suas especificidades. (Brasil, 1994).

A partir destes, podemos refletir conjuntamente com Mantoan (2006), que no plano político, estamos avançando na questão da inclusão, na defesa da igualdade e equidade de direitos, com destaque no direito por e pela educação, embasados no pressuposto contra-hegemônico em direção ao ensino de qualidade, por um currículo inovador, multicultural e que valorize a diversidade. A proposta de inclusão foi elaborada politicamente, contudo, sua efetiva implementação, conquista e disseminação ainda necessitam de muitas abordagens para que sejam concretizadas principalmente quando se refere ao ingresso de professores/as surdos/as

nas instituições de ensino de educação básica, com liberdade de expressão e livre escolha para trabalhar em quaisquer áreas de conhecimento, não somente com a Libras.

Assim, a Portaria 1.793/94 é uma das políticas de ação afirmativa para que futuramente o graduado PcD possa ingressar no mercado de trabalho. Encontramos em Mendes e Fernandes (2023, p.106) o seguinte esclarecimento

Importante destacar que as características principais de qualquer política pública são pautadas na universalização e na democratização. A universalização evoca o atendimento de toda a diversidade humana sem distinções, enquanto a democratização capacita a toda população universalizada anteriormente a controlar as políticas de forma direta e transparente, necessitando mecanismos de participação popular.

Para tanto, precisa-se de uma educação básica de qualidade, para propiciar alcançar o ensino superior que pode advir nos conceitos de Candau (2011, p.246-247) de um “multiculturalismo aberto e interativo, que acentua a interculturalidade, por considerá-la a mais adequada para a construção de sociedades, democráticas e inclusivas, que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade”.

Diante do exposto, todos podem ser incluídos nas instituições de ensino, com respeito às necessidades e promoção de políticas públicas inclusivas desde a educação básica, com currículos que valorizem as diferentes culturas e línguas da nossa sociedade, às relações entre os diferentes atores, bem como estratégias metodológicas de ensino que englobe a todos e todas (Candau, 2011).

Seguramente caracterizam Souza e Novais (2022, p.175), que

As políticas públicas foram forjadas na primeira metade do século XX quando, no período entre guerras e em decorrência da derrocada neoliberal, houve uma demanda crescente pela atuação do Estado para regular a vida social e a economia. Com o tempo, essa função foi se concretizando por duas formas: pela criação de leis para direcionar as iniciativas econômicas e pela participação direta do Estado sobre a economia, com a criação de empresas estatais. Começaram a surgir as políticas governamentais, posteriormente compreendidas como políticas públicas.

Logo após essas considerações, o governo passou a voltar sua atenção a solução e/ou melhoria de problemas sociais, para atender às premências do público. Compreende-se como público, na opinião de Souza e Novais (2022, p.177) “como tudo aquilo que se relaciona a um valor que é compartilhado socialmente. Assim, o espaço público se transforma em um território recheado de tensões e precisa ser construído cotidianamente”. Fazem parte dessas tensões a multiculturalidade, a diversidade dos povos e o acompanhamento destes às mudanças de paradigmas, para romper visões essencialistas das culturas e das identidades culturais com

políticas públicas com ações afirmativas que articulem equidade e identidade da população (Candau, 2011). Ações afirmativas de equidade e inclusão educacionais na opinião de Mendes e Fernandes (2023, p.108)

[...] nada mais é que formas de políticas públicas que objetivam transcender as ações do Estado na promoção do bem estar e da cidadania para garantir igualdade de oportunidades e tratamento entre as pessoas e a mobilização dos setores culturais, com intenção de ampliar as ações de inclusão social.

Com ações que têm a pretensão de reduzir ou extinguir as desigualdades existentes entre os mais variados grupos sociais, com maior ou menor capacidade de realizações educacionais, nesse viés, faz-se necessária a construção de políticas afirmativas, exemplo de tais ações são as cotas como mecanismos de ingresso e permanência para o ensino superior, essas políticas devem ser ampliadas para o mercado de trabalho, especificamente para as escolas de educação básica, que são o foco da presente investigação.

Na ocasião, a legislação que se refere diretamente ao ingresso no mercado de trabalho pela administração direta e indireta no Estado de Minas Gerais, a *Lei Estadual 11.867 de 1995* determina um percentual de cargos ou empregos públicos no âmbito da Administração Públicas do Estado, o *Decreto 42.257 de 2002* estabelece normas para definição de cotas para os cargos e empregos públicos, reservadas as PcD em concursos públicos, e o *Decreto 9.508 de 2018* reserva percentual de vagas para PcD's em concursos e processos seletivos. Legislações baseadas na Constituição Federal, art. 37, inciso "VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão" (Brasil, 1988, n.p).

A *Lei Estadual 11.867* impõe a obrigatoriedade de reserva de vagas com "10% (dez por cento) dos cargos ou empregos públicos, em todos os níveis, para pessoas portadoras de deficiência", especifica que a investidura nos cargos dependem de "aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação específica para as pessoas portadoras de deficiência e observados os prazos de validade do concurso e a compatibilidade da deficiência com o exercício da atividade" (Brasil, 1995).

Essa incompatibilidade que a Lei 11.867, ao mesmo tempo expõe a obrigatoriedade, transmite aos editais a exigência de especificação e/ou habilitação necessária para o exercício no emprego, deixa uma lacuna em como efetivar a PcD. Essa especificação de "formação não se resume à aquisição de conhecimentos considerados úteis e necessários ao exercício de uma profissão, mas atua diretamente no que se refere a um disciplinamento do sujeito para uma melhor adequação às necessidades do mundo do trabalho" (Skliar; Klein, 2015, p.79), são necessárias para, por exemplo, definir as qualidades, especificidades ou potencialidades que

professores/as surdos/as devem ter para o ingresso no emprego público especificamente nas instituições de ensino da educação básica. Como a exigência para o professor sem deficiência, que é o diploma de graduação na área pretendida, essas especificidades deveriam ser abordadas junto a lei para cristalizar o processo de ingresso para os docentes surdos nas escolas de educação básica e públicas de Minas Gerais.

Seguindo a cronologia do quadro de análise documental, a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional- LDB, *Lei nº 9.394 de 1996*, foi concebida com o intuito de garantir acesso à educação de qualidade e gratuita para toda a população com diretrizes para formação e valorização dos profissionais. Também conhecida como Carta Magna da Educação Brasileira, tem como um de seus princípios o “respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva” (Brasil, 1996, art. 3º, inciso XIV). No art. 59, a lei afirma que os sistemas de ensino têm o dever de assegurar aos educandos, currículos, métodos, técnicas, terminalidade específica para os que não puderem atingir o nível exigido para o ensino ou aceleração para os superdotados, professores capacitados e com especialização adequada para cada nível, e acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais (Brasil, 1996).

A Lei deixa uma vacuidade com relação aos professores/as com deficiência, enfatiza sempre as necessidades e atendimento aos discentes. Quando se refere à educação bilíngue, deixa mais uma vez uma lacuna, pois com a presença de professores/as surdos/as nas escolas de educação básica, ao fazer uso de sua primeira língua, há necessidade de intérpretes de Libras, porém, essa oportunidade não contempla os professores/as, de acordo com a LDB “§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, **para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos**” (Brasil, 1996, art. 60 grifo nosso), ressaltamos ainda que “admite formação em nível médio, contrariando a orientação geral para o magistério, a qual tem estimulado ou exigido a formação no ensino superior” (Prieto, 2006, p.56).

Vale ressaltar que a LDB demonstra um esforço em atender os alunos surdos, cita que deve haver programas integrados de ensino e pesquisa que proporcionem a recuperação de memórias históricas que reafirmem as identidades, especificidades e a valorização da língua e cultura (Brasil, 1996, art.78).

Logo em seguida, o *Decreto nº 3.298, de 1999*, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, com intuito de assegurar o pleno exercício dos direitos básicos individuais e sociais, especificados no

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, **ao trabalho**, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, **propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico**. (Brasil, 1999, n.p, grifo nosso)

As disposições que o decreto 3.298/99 prioriza são as responsabilidades delegadas aos órgãos e às entidades do Poder Público de assegurar os direitos básicos a PcD que abrange as pessoas surdas. Neste viés, destacamos o pleno direito à educação e o trabalho, no caso do professor surdo, destacamos o direito ao intérprete de Libras no momento das aulas e reuniões escolares, disponibilizado pela Secretária de Estado de Educação. A presença do intérprete proporcionará o alcance de tais objetivos, bem como o crescimento profissional, pessoal, social e econômico para os/as docentes surdos/as.

A *Lei 10.098 de 2000* estabelece critérios básicos para promoção de acessibilidade das PcD, fortalece nosso argumento sobre inevitabilidade da presença do intérprete de Libras nas instituições escolares que terão a presença de professores/as surdos/as no

art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

II - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

[...]

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

[...]

IX - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), [...]. (Brasil, 2000, art. 2º, alínea d, inciso IX)

Desse modo, demonstra mais uma vez a necessidade de disponibilização do intérprete de Libras nas escolas, pela Secretária de Estado de Educação, tanto para a interpretação do Português para Libras quanto de Libras para Português, tanto para alunos, quanto para professores/as surdos/as e demais profissionais da Educação. Dessa forma, poderão participar da construção da vida escolar, como seres autênticos, integrantes e transformadores por uma pedagogia da libertação (Freire, 2022).

Ademais, ao analisar o *Decreto 42.257*, este define que o órgão ou entidade da administração deve estabelecer o percentual de cargos ou emprego público reservado para provimento, para PcD em cada categoria oferecida (Minas Gerais, 2002). Os editais devem

abordar com clareza e justificativa às exigências ao cargo ou emprego público que devem ser atendidas,

Somente serão válidas as exigências de condições físicas dos candidatos ao provimento dos cargos ou empregos públicos quando demonstrado que o seu atendimento é imprescindível para o pleno e eficiente exercício das funções. (Minas Gerais, 2002, art. 2º parágrafo único).

Quando o professor surdo não tem uma necessidade conjunta a surdez, faz-se necessário somente a presença do intérprete, para quebra de barreiras na acessibilidade linguística, ao lecionar disciplinas específicas para a educação básica. Na exigência da lei, no ato da inscrição, o candidato deficiente deve apresentar laudo médico atestando o grau e a espécie de deficiência que fora exigido em edital e corresponde ao seu perfil (Minas Gerais, 2002).

Como já dito anteriormente nesta investigação, consideramos pessoa surda todas aquelas que se identificarem com a língua e cultura integrando a comunidade surda, para fins de legislação, o *Decreto nº 5.626 de 2005*, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, no art. 2º

[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras.
Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (Brasil, 2005, n.p)

Primordialmente, este Decreto dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória na formação de professores/as, em nível médio e superior de instituições de ensino públicas e privadas, do sistema de ensino federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Acrescentamos que a Libras deve ser incluída no currículo como disciplina, evoluindo pedagogicamente em seus níveis e etapas desde a educação básica, para difusão da língua e concretização da inclusão da pessoa surda na sociedade. O decreto posteriormente destaca que as “pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação de docentes” (Brasil, 2005, art. 4º, parágrafo único) com o ensino da Libras no ensino fundamental, médio e superior. E que o ensino da Libras para educação infantil e anos iniciais será realizado em curso de pedagogia viabilizando a formação bilíngue para docentes. O decreto dispõe ainda que a “partir de um ano da publicação do Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério” (Brasil, 2005, art. 7º, parágrafo 2º) e no

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos

em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

I - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

[...]

III - prover as escolas com:

a) professor de Libras ou instrutor de Libras;

b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;

Outro aspecto importante é que a educação bilíngue, com ênfase na Libras, somente para as pessoas surdas na educação básica, uma vez que a língua deve ser difundida para toda a comunidade escolar, para toda a sociedade que irá assegurar não apenas o acesso dos professores/as surdos/as, mas a permanência (Mantoan, 2006), com direito à educação, à liberdade de expressão, ao trabalho, à cidadania e à dignidade (Brasil, 1988).

A pessoa surda tem o direito de receber uma formação sólida e contínua, contribuindo com seu desenvolvimento pessoal e profissional, a *Resolução SEE 2.903 de 2016* dispõe sobre a organização dos Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS, tem prioridade nas contratações de professores/as surdos/as para o ensino, principalmente da Libras, a contratação é realizada por edital realizado pela Secretária de Estado de Educação, que define a composição das equipes de trabalho e, conforme anexo I da resolução, são definidos os procedimentos para contratação em forma de designação para as funções do CAS.

A inscrição e a classificação de candidatos à designação para o exercício das funções dos CAS e Núcleos de Capacitação e Apoio Pedagógico às Escolas de Educação Básica de Governador Valadares e Januária serão realizadas conforme a legislação, que estabelece os procedimentos para inscrição de candidatos à designação para o exercício de função pública na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. (Minas Gerais, 2016, p.10).

Uma vez que esse edital é somente para o CAS, o ingresso na função pública para o professor surdo especificamente na rede educacional ainda não é contemplado. O CAS tem alguns objetivos definidos na cartilha, que serão abordados no presente trabalho, os que são de maior relevância ao tema proposto, sendo de acordo com Minas Gerais (2016):

- oferecer o Curso de Libras para professores e demais profissionais da educação;
- oferecer ao professor regente de turma/aula e de AEE cursos e oficinas com estratégias ao ensino da Matemática para estudantes surdos;
- promover a formação continuada dos profissionais da educação para a oferta da educação bilíngue;
- promover capacitação de professores surdos para o ensino da Libras.

Nesse sentido, o CAS tem objetivo de promover cursos de capacitação, formação continuada com oferta de cursos de Libras para professores/as e demais profissionais da educação. Observamos o desejo por divulgar a cultura surda e a Libras, sobretudo pelos documentos analisados, este órgão também proporciona oportunidades de emprego à pessoa surda, apesar de ser uma área com necessidades de ampliação e preparação para a função de professor para lecionar para ouvintes. Pode contribuir com a construção de políticas públicas vinculadas ao ingresso dos professores/as surdos/as na rede de ensino, por estar vinculada e conhecer as necessidades que enfrentam.

Os programas educacionais abrangentes direcionados à comunidade em sua totalidade pelo CAS, voltados para o processo de inclusão, são essenciais, porque, de acordo com Souza e Novais (2021), somente uma minoria da humanidade tem acesso a condições prático-teóricas e goza do conforto material essencial à realização de produção, reprodução, desenvolvimento da vida e do conhecimento, evidenciando a necessidade de conhecimento da Língua Brasileira de Sinais pelas classes populares.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC fornece referencial curricular com universalização de conteúdo, o que muitas vezes foge da realidade vivida no “chão da escola”, orienta o planejamento das aulas,

Mais recentemente, a proposição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) revelou a desfaçatez dos interesses de mercado, uma vez que se coloca vinculada aos pressupostos do neoliberalismo e do neoconservadorismo. É mais uma maneira de legitimar o colonialismo e a colonialidade, que atende aos interesses dos empresários da educação, especialmente aqueles que produzem *softwares* e materiais didáticos, em detrimento do real interesse das classes populares que dependem fundamentalmente da escola pública, de qualidade, democrática, laica, gratuita, para todos e todas.” (Souza; Novais, 2021, p.540).

A BNCC contempla uma amplitude de práticas corporais como expressão e comunicação, o que gera conhecimentos particulares e insubstituíveis, porém tem uma dimensão conservadora revelando ausência de discussões mais abrangentes e profundas sobre os direitos sociais, questões de gênero e equidade. Afasta-se da educação por e pelas classes populares, demonstra um cenário educacional ainda dominado pelas tramas imperceptíveis do colonialismo e da colonialidade, nessa mesma lógica, quando trata da “*qualidade da educação*”, que na Base aparece vinculada às avaliações sistêmicas, internas e externas, que desprezam e invisibilizam o contexto de diversidade sócio econômico cultural em que as escolas estão inseridas, de modo a buscar por um padrão de referência” (Souza; Novais, 2021, p.541).

A Base Nacional Comum Curricular se desnuda na discussão que deveria ser mais profunda em relação aos direitos sociais e às iniciativas inclusivas. É importante ressaltar que a falta de aprofundamento nas questões sobre inclusão reflete uma lacuna e a urgência em promover ações diretamente ligadas aos direitos sociais que o cenário atual exige.

Nos contextos de mudanças que vêm ocorrendo gradualmente nas percepções sociais sustentadas pelas legislações, o *Decreto nº 9.508*, de 2018, pronuncia que a PcD tem o direito de se inscrever em concursos públicos e em processos seletivos, com igualdade de condições e de oportunidades. Ressalta ainda no art. 2º, incisos de I a IV, que essa igualdade diz respeito ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para os demais candidatos. Esse decreto parece fazer uma compilação dos documentos aqui citados sobre a reserva e percentual de vagas de forma infeliz quando se trata de equidade e contrapõe aos preceitos constitucionais.

Encontramos na legislação a obrigatoriedade de vagas, porcentagem de cargos e inúmeras exigências para que a PcD ingresse no emprego público, com limitações na organização de políticas públicas que confrontam os direitos por cidadania, dignidade da pessoa humana, respeito às diferenças sem quaisquer formas de preconceito e acessibilidade seja de locomoção ou linguística (Brasil, 1988). Logo, a partir dessa análise sistêmica, tornam-se evidentes as dificuldades no processo de re-organização e de re-construção de políticas públicas do Estado para abranger todos e todas. Essa quebra de paradigma é fundamental para que nenhum tipo de obstáculo impeça a pessoa surda de pertencer, de ser cidadão (Skliar, 2015, p.8).

Até o presente momento da pesquisa, as legislações analisadas têm as PcD e as pessoas surdas como incapazes para realizar algumas tarefas. Inicialmente, as políticas públicas devem se adequar para atender aos diversos grupos de pessoas. Os cargos e funções devem ser adequados e/ou adaptados para oportunizar o ingresso e a permanência das pessoas surdas e das PcD's no emprego público, de acordo com Skliar (2015, p.11) “a surdez está localizada dentro do discurso sobre a deficiência” mesmo que a surdez seja caracterizada como uma diferença que “é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistência às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante” (Skliar, 2015, p.6). Ou seja, é preciso viabilizar o ingresso e a permanência das pessoas surdas e PcD's que, de acordo com os pressupostos da Educação Popular, esteja “ancorada em compromissos éticos, materializados nas relações estabelecidas com o outro. Essa prática formadora é marcada pela intenção de reconhecer e valorizar a humanidade de cada um” (Souza, Novais, Vasconcelos, 2018, p.02).

Nesse viés, parte-se da compreensão que o outro é sempre o outro, independente das suas características ou condições, uma vez que esse é o princípio da alteridade. A inclusão e a equidade em oportunidades quando pensadas pela perspectiva da Educação Popular e da diversidade cultural, ainda não existem, não foram contempladas ou alcançadas. Dessa forma, na prática, a inclusão identifica-se ao contrariar “alguns aspectos da visão de mundo dominante e, desse modo, faz-se necessário uma luta contra ela e não assumir a posição fatalista forjada pelo próprio sistema, a ponto de fazer com que as pessoas compreendam que não há o que fazer nessa realidade, que é assim mesmo como se apresenta” (Souza; Novais, 2022, P.50), não é só fazer com que as pessoas com suas diversidades estejam presentes nas instituições de ensino, mas fazer com que se sintam acolhidos, reconhecidos, que haja interação, comunicação. Por essa razão, fazer com que “a educação, como processo de conscientização, um caminho que possibilita o exercício da criticidade, da curiosidade, da criatividade, da democracia, da amorosidade, que em interação mútua, podem colaborar para a derrubada das situações-limites que se impõem sobre nós” (Souza, 2020, s.p) para alcançarmos a tão sonhada inclusão.

Portanto, é preciso abrir as portas e oportunizar emprego para os docentes surdos, de todas as áreas de conhecimento, para que sejam graduados, que faça nascer “a coragem de assumir o compromisso e da resistência, que está ligada à esperança, que segundo Freire (2008) integra a natureza do ser humano. Dessa forma, surge a ousadia, intimamente ligada à coragem de arriscar, de passar pela experiência, o que vai permitir que o sonho se torne realidade” (Souza, 2020, s.p) para além disso, políticas públicas são necessárias para que também haja a permanência desse grupo de pessoas nos cargos e empregos públicos.

Outra especificidade que é reponsabilidade do órgão ou entidade sobre a participação das pessoas surdas, para melhor desempenho destes nos concursos públicos, é a reformulação das provas em Letras Libras, pois o Português é a segunda língua para essa comunidade, sabemos que na Lei 10.436, de 2002, no art. 4º, parágrafo único, a Libras não pode substituir a modalidade escrita da língua portuguesa, porém a morfologia aplicada às línguas orais e a Libras são baseadas em conceitos diferentes que transpassam entendimentos. A pessoa surda tem toda uma vivência com a Libras que já é reconhecida nacional e internacionalmente com diferenças entre sinais, assim como é no interior do Brasil, com as gírias e os vícios de linguagem. A estrutura linguística de ambas as línguas é diferente, a classe, formação, derivação de palavras e

entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão

de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil. (Brasil, 2002, art. 1º, parágrafo único)

Desse modo, a pessoa surda, com a Língua Brasileira de Sinais reconhecida, tem o direito de prestar concursos com provas específicas em sua língua materna, de acordo com o decreto 42.257, no art. 5º “o órgão competente pelo concurso deverá providenciar a adaptação das provas às condições do candidato portador de deficiência”, como forma também de apoiar a difusão da Libras em contextos nacionais.

Na sequência, o *Edital nº 3 de 2023* sobre o concurso público para provimentos de cargos para professores e demais funcionários da educação de Minas Gerais, tem um tópico específico para as PcD, este especifica que a deficiência do candidato deve ser de adequado desempenho para que as atribuições exigidas sejam alcançadas, ressalta ainda que no “ato da inscrição, o candidato com deficiência deverá declarar que está ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições” (Minas Gerais, 2023, p.17, 6.4). O edital explana sobre as normas para a definição de cotas dos cargos para o emprego público previsto, o edital explica o que é necessário a constar no laudo médico, mas este não se refere às pessoas surdas, segue:

6.6.3 O Laudo Médico deve conter todas as informações necessárias que permitam caracterizar a deficiência nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3298/1999, combinado com as Lei Federais nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista) e nº 14.126/2021 (visão monocular como deficiência sensorial), em especial, a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência. (Minas Gerais, 2023, p.17, 6.3.3).

O Edital deixa uma lacuna ao objeto necessário para o ingresso de professores/as surdos/as na carreira pretendida, é preciso conhecer, reconhecer e entender cada uma das necessidades, e especificar o que se almeja para o candidato com deficiência, já que nessa altura do campeonato (2023/24) ainda é o deficiente ou a pessoa surda que deve se adaptar às inúmeras exigências para ter acesso às vagas disponibilizadas. A surdez somente é citada nos conteúdos programáticos, a ser abordado na prova propriamente dita, com educação de surdos e educação bilíngue direcionados ao ensino, não para a vaga de professor, da mesma forma a Língua Brasileira de Sinais, tanto para a prova quanto para acessibilidade linguística.

Nos últimos anos, o cenário é de grandes mudanças na educação. Com a presença de alunos com deficiência, a educação está a passos lentos “aprendendo” a conviver com a diversidade humana, assim abre um leque de possibilidades educacionais, sociais, inclusivas e equitativas que devem ser dirigidas também aos professores/as. Embora o Estado demonstre

esforços para promover políticas públicas inclusivas, nota-se não abranger todos os seguimentos da educação.

A discussão de como construir uma prática inclusiva nos remete a resistências, frente a uma possibilidade de acolher o diferente, no exercício de uma prática no sistema vigente. Porém, as oportunidades não devem ser somente para os alunos, os professores/as surdos/as ou com deficiência anseiam por olhares, por atenção e oportunidades que devem ser para todos e todas, num movimento que é parte essencial e obrigação universal de respeito e dignidade à pessoa humana.

5. REGISTRO DE PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA DOS ATLETAS - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Nas aulas de Educação Física, a partir do momento que o professor passa a conhecer as experiências, vivências, diversidades de cada aluno e valorizar a heterogeneidade, o docente consegue trabalhar com mais qualidade, de maneira assertiva e envolver todos no processo inclusivo. Para além das aulas, ao relacionar equipes esportivas no interior das instituições de ensino, ou outras áreas que contemplem práticas corporais, pode-se notar uma melhoria nos resultados, alcançar a potencialidade de todos os indivíduos envolvidos. Por esses motivos, é importante entender, conhecer, reconhecer, vivenciar, diferenciar, enaltecer e valorizar o parecer de todos.

Tomando o método fenomenológico, trazemos as etapas que seguem, de modo a permitir as análises, a saber: inteirar sobre as experiências individuais; identificar um fenômeno; explorar este fenômeno com um grupo de indivíduos que vivenciaram ou vivenciam e realizar a Epoché, se necessário.

5.1 Experiências individuais da equipe

Para análise, foram efetuadas 6 (seis) entrevistas, com participantes selecionados por ser Professor Surdo - PS e/ou estar em contato direto com os eles e com a Língua Brasileira de Sinais-Libras. Cada entrevista teve a duração de 15 (quinze) a 30 (trinta) minutos e ocorreu em horário marcado antecipadamente, respeitando a disponibilidade de cada participante. As entrevistas foram realizadas com auxílio de intérpretes de Libras da instituição envolvida, para que os dados fossem colhidos de forma clara e ética, sem a interferência, influência ou possíveis erros de interpretação por parte dos pesquisadores. O ambiente em que foram realizadas propiciou segurança e ainda mais veracidade, permitindo um maior aprofundamento das informações obtidas nas entrevistas, por ser o ambiente escolar onde os envolvidos lecionam, o que corrobora com Tombolato e Santos (2020, p.295),

Ademais, a investigação qualitativa tem determinadas características que são cruciais ao cenário a ser estudado, podendo-se destacar: a preocupação com o contexto no qual os indivíduos estão inseridos; a valorização da descrição densa dos dados obtidos, que devem ser analisados em toda a sua profundidade e riqueza; o interesse do(a) pesquisador(a) pelo processo em vez

de focar simplesmente nos resultados; e a relevância do significado que cada participante atribui às experiências vividas.

As transcrições das declarações foram conduzidas de acordo com o seguinte procedimento: os vídeos foram visualizados e ouvidos pela pesquisadora, posteriormente realizada a transcrição dos conteúdos de áudio para texto, utilizando o aplicativo *WhatsApp* com a ferramenta microfone, realizadas as conversões exatas, rápidas e seguras para um grupo de única integrante, a pesquisadora. Posteriormente, o aplicativo *WhatsApp* foi acessado por meio do *WhatsApp Web* em computador, onde as transcrições foram copiadas para o *software Word*. Neste estágio, foram realizadas revisões e correções, para garantir o rigor na análise dos dados, reflexividade em todas as etapas da pesquisa, descrição densa e minuciosa de cada procedimento utilizado, com garantia de legitimidade no método fenomenológico, com a precisão e a fidelidade ao conteúdo original das declarações (Tombolato; Santos, 2020).

A partir disso, foram definidas e agrupadas as experiências dos participantes da pesquisa:

Quadro 5: Experiências dos participantes.

	Participante	Formação	Experiência
1	Queimado/a	Licenciatura em química. Pós-graduação em química.	12 anos no cargo atual.
2	Amarelinha	Pedagogia, Ciências biológicas, Letras Libras. Pós-graduação em tradução, interpretação e docência em Libras. Proficiência em Libras. Mestrado em Educação.	21 anos.
3	Pula Sela	Letras/Português/Inglês. Pós-graduação em educação especial. Mestrado em Letras voltado para o ensino de Português para surdos/as. Doutorado em estudos linguísticos (cursando).	17 anos.
4	O Mestre Mandou	Engenharia Civil, Matemática e Letras Libras. Pós-graduação em Libras.	12 anos.
5	Batata-Quente	Licenciatura em Letras Libras. Pós-graduação em Letras Libras.	18 anos.
6	Cabo de Guerra	Licenciatura em Letras Libras.	2 anos.

Fonte: A autora (2024).

Os participantes têm práticas pedagógicas tanto com Pessoas Surdas - PS quanto com ouvintes, sendo professores/as das diferentes áreas do conhecimento e com vasta experiência na educação de crianças, jovens e adultos, no ensino de Libras.

Com as experiências identificadas e o propósito de investigar o sentido que as pessoas dão às suas experiências de vida mais significativas voltadas ao tema proposto, à valorização dos conhecimentos produzidos pelas vivências dos entrevistados, foi elaborado o quadro 6 com a identificação para as perguntas e respostas que constituíram as entrevistas, uma vez que foi criado um quadro para cada participante, aqui explicitado somente com um, sendo:

Quadro 6: Organização das indagações e respostas:

	O Mestre Mandou	Perguntas e respostas
1	Formação/Profissionais especializados	3-d.
2	Inclusão	3-e, f. 4-b.
3	Exclusão	3-c.
4	Ingresso e Permanência	3-a, d. 4-a.
5	Libras	3-a, b, c, e, f.
6	Políticas Públicas	2-d. 3-d. 4-a.
7	Cotas	2-d, e.
8	Acessibilidade linguística	2-d. 4-a.
9	Designação/concurso	2-b, c.
10	Ensino/aprendizagem	3-f, h.

Fonte: A autora (2024).

Logo após analisados e designados os temas de maior relevância entre os participantes, foram elencados de modo a alcançar os objetivos traçados nesta investigação e as enunciações de maior recorrência, posteriormente definidos os temas-chaves das discussões para a análise das entrevistas.

Para tanto, foi elaborado o quadro 7 com os temas específicos:

Quadro 7: Temas-chave das entrevistas.

	Temas chave	Queimada	Amarelinha	Pula Sela	O Mestre Mandou	Batata Quente	Cabo de Guerra
1	Educação básica e profissional.	-	-	X	-	X	X
2	Formação complementar.	X	X	X	X	-	X
3	Libras.	X	X	X	X	X	X
4	Políticas públicas.	X	X	X	X	X	X
5	Inclusão.	X	X	X	X	X	X
6	Ingresso e Permanência.	X	X	X	X	X	X

Fonte: A autora (2024).

A narrativa de educadores que fazem parte das classes populares proporcionou reconhecer elementos recorrentes no campo da Educação Popular, que envolvem discretamente ou entre linhas o negacionismo e a invisibilização das pessoas diferentes. A partir dos relatos coletados durante as entrevistas, que forneceram esclarecimentos de significativa relevância para a pesquisa, surgiu a necessidade de categorizar os temas com o objetivo de aprofundar a discussão.

A categorização é um processo fundamental, construído como base para estruturar e analisar os dados coletados em entrevistas de maneira sistemática, clara e transparente. Durante a condução de entrevistas e outras formas de coleta de dados qualitativos, é comum identificar temas ou tópicos recorrentes que desempenham um papel essencial na compreensão do fenômeno pesquisado. Após a etapa de coleta de dados, foram revisados os relatos em busca de padrões ou temas comuns que emergiram das respostas dos participantes, que incluem as principais questões discutidas pelos entrevistados, valorizando os diferentes pontos de vista, as experiências e vivências compartilhadas, assim como outras informações relevantes para a pesquisa. Dessa maneira, a categorização envolve agrupar esses temas de maneira organizada e lógica, possibilitando que os pesquisadores explorem conexões entre os diferentes elementos, desenvolvam *insights* originais e profundos sobre o problema de pesquisa.

Nesse contexto, os temas-chave identificados foram categorizados para facilitar uma análise mais detalhada, conforme quadro 8:

Quadro 8: Categorização.

Temas-chave	Categorias	Conteúdo a ser explorado
Políticas públicas. Educação básica e profissional. Formação complementar Libras. Ingresso e Permanência.	Invisibilidade e negacionismo das diferenças decorrentes do colonialismo e colonialidade.	As relações de domínio, poder e exclusão que vem enraizado em contextos históricos e torna-se invisível aos olhos dos oprimidos. Que envolvem desde a diversidade cultural instituindo sistemas políticos e econômicos que desprivilegiam as classes populares e moldam as estruturas sociais. Um processo de marginalização sistemática de grupos étnicos, culturais e/ou sociais, que são subjugados e relegados a posições periféricas na sociedade (segregação/integração). Esses grupos muitas vezes têm suas histórias, culturas e identidades desvalorizadas, tornando-os invisíveis aos olhos da hegemonia.
Inclusão. Ingresso e Permanência.	Resistência propositiva popular com foco na efetivação da inclusão.	Os desafios encontrados no cenário educacional e a busca por promover a inclusão de forma ativa e propositiva. A importância da participação da sociedade para transformações nos sistemas educacionais para que realmente sejam mais inclusivos, acessíveis e equitativos a todos/as e que independam das características individuais de cada indivíduo.

Fonte: A autora (2024).

5.2 Registro de participação individual e coletiva dos atletas - Análise dos dados

Ao adentrar na pesquisa e entender o que realmente é a inclusão surgem questões que simplesmente não conseguimos responder fora das perspectivas epistemológicas que caracterizam a educação popular, o outro, o nós, os nossos que resistem propositivamente. É com essa resistência propositiva, que iremos proceder com a análise das categorias constituídas na presente pesquisa, direcionados pelos objetivos introdutórios traçados. Destacamos mais uma vez que os participantes das entrevistas estão sendo identificados com os nomes dos *jogos e brincadeiras populares*, enaltecendo a Educação Física e as culturas populares que são originadas das experiências, vivências e miscigenação dos povos.

5.2.1 Invisibilidade e negacionismo das diferenças decorrentes do colonialismo e colonialidade

A invisibilidade e o negacionismo, decorrentes do colonialismo e colonialidade, podem manifestar-se de formas distintas, incluindo a falta de representações políticas e culturais em instituições ou organizações dominantes, a marginalização econômica e social, que engloba ainda a negação de direitos e recursos básicos para as classes populares. Portanto, compreender a invisibilidade decorrente do colonialismo e da colonialidade é essencial para analisar as entrelinhas demonstradas pela ausência, a exclusão de professores/as surdos/as em escolas de educação básica em Minas Gerais e as desigualdades presentes na sociedade que se diz abrangente, porém imperfeita na busca por estratégias para a descolonização e a justiça social. Inicialmente, o propósito é uma *educação básica* de qualidade, que atualmente (2024) se diz inclusiva.

Atenção a este ponto em particular, a educação básica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, não apenas em termos de conhecimento acadêmico, mas também em aspectos sociais, emocionais e comportamentais, mesmo necessitando de melhorias, a educação básica continua sendo fundamental para o desenvolvimento das crianças e para a sociedade em geral. Não somos ingênuos em pensar que a escola pode transformar a sociedade, tornando ela inclusiva, mas sem ela nenhuma mudança irá acontecer. As necessidades e desafios existentes no sistema educacional não diminuem sua importância, mas destacamos a necessidade de reformas e investimentos para garantir que todos recebam uma educação de qualidade. O sentido de segurança transmitido pelos professores/as é fundamental para que futuramente o ser, a criança, o outro, esteja inserido na sociedade e esta deve alcançar todos e todas com representações de respeito e aceitação às distinções desde a educação básica. De forma que estejam preparados para socialização e profissionalização após concluído os ciclos de ensino.

A educação básica regular deve ser bilíngue quando pensada para pessoas surdas e deve contemplar todas as crianças para que sejam fluentes em Língua Brasileira de Sinais-Libras. A inexistência desse formato de educação evidencia ainda a invisibilidade e o negacionismo relacionados ao pertencimento desse grupo de pessoas na sociedade e deve ser tratada como uma forma de “descolonização do ser, do saber e do poder, partindo de um posicionamento crítico e ativo” (Souza e Novais, 2021, p.535), diante das diversas culturas com valorização dos

conhecimentos alternativos e conquistados, uma vez que a Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão. Para nossos entrevistados, a educação bilíngue, ao contemplar a Libras, seria um meio para descortinar ou pelo menos diminuir a invisibilidade das pessoas surdas na e para a sociedade em geral,

Para ouvinte sem dúvidas, claro, porque se não começar a ensinar desde o básico, como que eles vão fazer? Porque no básico o único papel a se pensar é ensinar. Você vai lá começa com sinaizinhos fáceis, igual inglês, começa aprendendo a partir de coisas simples e seguindo, a mesma coisa com a Língua de sinais, você começa desde pequenininho e à medida que você vai subindo vai aumentando seu grau de dificuldade. Por exemplo, tem uma pessoa que é super fluente, até consegue compreender melhor e passar pra frente. A questão da Libras precisa sim no currículo, assim pouco a pouco a gente chega lá. (BATATA QUENTE, 2023).⁵

Enaltece ainda que, com a escola bilíngue⁶, a inclusão pode acontecer para as pessoas surdas,

A bilíngue como eu já tinha falado, se for uma escola bilíngue eu tenho certeza que a maioria vai ver a capacidade que o surdo tem e vão perceber a diferença da inclusão. (BATATA QUENTE, 2023)

Enfatiza junto a outros entrevistados que o ensino da Libras na educação básica pode gerar um ciclo de acessibilidades incomparáveis, que poderia inicialmente descortinar e tornar as pessoas surdas vistas, entendidas e mais participativas na sociedade, o que corrobora com Freire (2022, p.54) “quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se ‘inserir’ nela criticamente. Dessa forma, estarão ativando *consciemment le développement ultérieur* de suas experiências”.

Se começar ensinar bem de novo, ele consegue ter essa questão da comunicação por exemplo no médico, na polícia, no bombeiro, deve ter esse desenvolvimento, então eu acredito que se tivesse isso, por exemplo, 3 milhões de alunos aprendendo Libras ia ser muito mais fácil, a gente ia acabar com esse problema de dependência, mas isso é uma luta que não acaba e é por isso que eu falo que a gente precisa de uma política forte e também a favor da questão da disciplina da Libras [...] (BATATA QUENTE, 2023)

⁵ Por se tratar do registro dos/as participantes, manteremos o texto em recuo, tamanho doze e com indicativo nominal em caixa alta.

⁶ A escola bilíngue citada aqui é a escola regular que contemple as diversas línguas, como já está em curso o inglês, o necessário seria que contemplasse a Língua **Brasileira** de Sinais.

Lógico, que precisa, porque todos precisam aprender, todos têm aquisição da língua inglesa por exemplo nas escolas, isso é trabalhado, e por que não a Libras? A gente tem surdo em todos os espaços, em espaços comerciais, aeroporto, banco, na saúde. Como vai ser a comunicação dessa pessoa com a sociedade? Quando um cliente chega para um profissional, como ele vai se comunicar? Nós somos cidadãos igual a qualquer outro, a gente precisa conversar, precisa se ajudar. Parece que isso gera uma exclusão, então é importante que haja a inclusão da Libras no currículo pra que a gente consiga inclusão de verdade. (O MESTRE MANDOU, 2023)

É a língua da comunidade surda, oficial, reconhecida. A comunidade surda, tem bastante pessoas que convivem com a língua, seria uma comunicação básica no caso do ensino para futuramente se encontrar com algum surdo, até pra profissão que eles escolherem. O ouvinte aprende a língua inglesa na sala de aula, aprende espanhol e por que não a Libras, poderia também se colocar isso.

[...] é um ponto positivo, interessante. Infelizmente a gente não tem ainda, mas estamos lutando, é uma luta contínua. Acredito que é importante sim, em todos os anos, tanto iniciais como ensino médio [...]. (CABO DE GUERRA, 2023)

Essas contribuições são fundamentais para que possamos compreender a necessidade de abranger e valorizar cada vez mais as culturas e a Libras, no interior das organizações educacionais. Ao demonstrar que as diferentes culturas são desarticuladas da/na educação básica, evidencia-se um epistemicídio dos conhecimentos existentes, que produzidos e experienciados fora do contexto escolar não são sistematizados em seu interior, assim “trata-se de uma subalternização epistemológica em que outros saberes e interpretações de mundo declarados como não existentes são desclassificados e conservados no esquecimento” (Souza e Novais, 2021, p.535). A valorização dessas epistemologias populares pode enriquecer as práticas educacionais e culturais nas instituições de ensino, com equidade de condições para com as demais pessoas, para que estejam realmente inseridos e em posição de luta para ser instrumento de história e de respeito (Freire, 2021, p. 53).

Sim, é importante ter um modelo linguístico dentro da escola, pra ver como é o surdo, vê que o surdo tem uma facilidade, vê também a questão da comunicação. Então eu acho importante ter uma pessoa como modelo um exemplo na sociedade. (CABO DE GUERRA, 2023).

A comunicação é um elemento fundamental que nos possibilita exposição de ideias, pensamentos, sentimentos e necessidades, sendo ela com palavras ou gestos, e é sinônimo de acessibilidade para as Pessoas Surdas – PS, que enfrentam dificuldades até mesmo após o reconhecimento da *Língua Brasileira de Sinais – Libras* como meio legal de expressão e

comunicação, a “defesa e a proteção da língua de sinais, mais que significar uma auto-suficiência e o direito de pertença a um mundo particular, parecem significar a proteção dos traços de humanidade, daquilo que faz um homem ser considerado homem: a linguagem.” (Santana; Bergamo, 2005, p.566).

No presente contexto, a ampliação do campo em que a Libras é utilizada emerge como uma necessidade crucial para que essa acessibilidade linguística realmente aconteça, e como já citado anteriormente, é de suma importância que seja incluída no ensino desde a educação básica, como corroboram

Acredito que é importante sim, em todos os anos, tanto iniciais como ensino médio é importante sim. (CABO DE GUERRA, 2023).

A questão da Libras precisa sim no currículo, assim pouco a pouco a gente chega lá. (BATATA QUENTE, 2023).

Para isso, foi criado, em 2021, o Projeto de Lei nº 6.284/2019 para que as instituições de ensino públicas e privadas ofereçam Libras para estudantes surdos em todas as modalidades e níveis de ensino, com parecer aprovado em 2022 e o Projeto de Lei nº 5.961/2019 especifica que as instituições de ensino públicas e privadas incluam em seus conteúdos a Libras para todos os estudantes, ainda em tramitação (Brasil, 2019), o que demonstra preocupações com a acessibilidade dos discentes surdos. A escola Quarteto Fantástico incorporou em 2023 em sua grade para os alunos do ensino médio a disciplina Libras, com compromisso e oportunidade de aprendizado oferecidas aos estudantes (QUEIMADO, 2023), uma professora surda leciona a disciplina que faz parte do itinerário formativo.

Os Projetos de Lei possibilitam a extensão da língua para todos da educação básica, uma proposta que visa proporcionar a inclusão, com enriquecimento e valorização da cultura surda, além das habilidades comunicativas e sociais, idealmente esperamos que seja implementada em todas as escolas. Nesse sentido, que a PS seja incluída na educação, em qualquer área de conhecimento, que seja habilitada e deseja exercer funções no emprego público, principalmente como docente em escolas de educação básica de Minas Gerais e não somente na disciplina de Libras.

A Libras é um tema que se vincula às questões de políticas públicas pela necessidade de comunicação dos surdos, porque é preciso que essa língua seja compreendida em todos os locais, em mercados, farmácias, hospitais, pois o surdo não vai somente para a escola, ele é livre e tem autonomia. No ponto de vista de Santana e Bergamo (2005, p.566)

A exclusão profissional e social dos surdos ainda hoje confirma que a linguagem pode ser fonte de discriminação e de organização social restritiva.

Essa discriminação não ocorre apenas quando há diferenças de nacionalidade, cor, perfil socioeconômico ou religião. Entre os surdos e os ouvintes há uma grande diferença que os distingue: a linguagem oral.

Como componente essencial, a ponte comunicativa é a Libras e pode proporcionar igualdade e/ou equidade de oportunidades também no ingresso com contribuições para a permanência no emprego público

Na área do surdo o que precisa na adaptação é um intérprete [...] (BATATA QUENTE, 2023).

A maior dificuldade é a falta de comunicação, alguns alunos ainda não conhecem a questão da Língua Brasileira de Sinais [...] é um dificultador para nossa comunicação, a gente perde um pouco do desenvolvimento na sala de aula. (CABO DE GUERRA, 2023).

De acordo com nossos entrevistados, algumas adequações são necessárias nas instituições de ensino, para que possa iniciar a inclusão, como um sinal de luz junto ao sinal sonoro. Além de ter uma educação básica de qualidade que realmente reconheça as necessidades e fortaleça o vínculo estudantil com metodologias adequadas, deve-se considerar e

Pensar a questão da formação desses profissionais, porque não basta só ser surdo. Então por exemplo, os meninos estão aqui na Capoeira, além de ser surdo eles precisam ter uma formação, ter uma licenciatura. (AMARELINHA, 2023).

De forma análoga, se mostra necessária a presença do intérprete nas instituições para garantir a acessibilidade, não somente no ensino básico, mas em todos os lugares, reforçando a necessidade de incorporação da Libras nas escolas de educação básica. Porém, as políticas públicas educacionais são voltadas especificamente para os alunos/as surdos/as, e atualmente para professores/as de Libras, não abrangendo os demais comprometidos com a educação, ocorrendo a exclusão dos profissionais que pretendem adentrar essas instituições o “que evidencia a desumanização em curso, atravessando a educação das classes populares” (Souza e Novais, 2021, p. 527), como demonstram

Eu acho que precisa de duas coisas acessibilidade linguística pelo lado da instituição porque eu acho que a instituição precisa pensar, que tem um professor surdo, então preciso ter um intérprete em reuniões, eu preciso ter intérprete em questão de avisos pedagógicos, módulos dois, aquele módulo individual que você vai sentar junto com supervisor. Ou

supervisor fluente em Libras ou intérprete de Libras ali naquele momento e não só, uma conscientização de todo núcleo escolar, de toda comunidade escolar acerca desses professores surdos. (PULA SELA, 2023).

A única diferença é que eu precisaria de um intérprete ao meu lado, você acredita que as instituições vão pagar pra um professor mais um intérprete? Não vão, infelizmente não vão! Não tem essa preocupação, se eu pudesse ter um intérprete ao meu lado e esse intérprete pudesse mediar a comunicação, pra mim acho que seria normal tranquilo e o maior desafio seria esse da língua. [...]se eu tivesse a presença de um intérprete junto comigo acredito que seria uma experiência praticamente igual dos ouvintes [...] (O MESTRE MANDOU, 2023).

A Pessoa Surda que pretende trabalhar ministrando conteúdo das diversas áreas de conhecimento e não somente a Libras irá encontrar certas restrições, ou melhor, não encontrar parâmetros, normas ou definições para as contratações e/ou efetivações. Essas especificações deveriam ser definidas pelas leis, mas são transferidas para os editais. O edital SEPLAG-SEE nº3, de 2023, já analisado não contém regulamentos que auxiliem e/ou apoiem o exercício destes, nestes espaços. São manifestações das barreiras que ocasionam a exclusão desse grupo o que continua invisibilizando a presença, a formação da pessoa surda para o trabalho nas instituições de ensino.

No caso, em conformidade com Souza e Novais (2021, p. 530), não considerar a particularidade das pessoas surdas e impor-lhes processos seletivos e concursos que são elaborados especificamente para os ouvintes pode ser considerado obstáculo, invisibilidade e exclusão e “requer ações sociais sustentadas na recusa do sistema dominante e tomadas de decisão. Por conseguinte, a transformação dos diferentes aspectos da vida humana pressupõe processos de conscientização e fortalecimento dos movimentos de resistência proposita popular”, para propor medidas que promovam a equidade de oportunidades e o acesso ao emprego tão fundamentais, para que a tão sonhada inclusão realmente aconteça.

Seria uma situação que me deixaria muito contente, ter a oportunidade de um professor surdo lecionar é algo que nos deixaria extremamente felizes. [...]

Falta realmente, seria muito importante se tivesse um profissional para que pudesse conversar, para que pudesse motivar esse aluno. Para ver o professor surdo, e falar eu quero ter ele como modelo de profissional, é possível ter um professor surdo na área de Educação Física por exemplo, poxa eu quero estudar, eu quero ser como ele, eu quero poder ter essa oportunidade de trabalho (O MESTRE MANDOU, 2023).

É importante que haja solidariedade, empatia, paciência e respeito mútuo, pois o “mesmo esforço que um aluno surdo faz para entender as estratégias de ensino dos ouvintes deverá ser necessário para os ouvintes entenderem o professor surdo e, isso será a outra metade da inclusão” (Krug, et al., 2018, p.2). O compromisso com a educação pela superação e por uma educação dialógica com confiança entre os sujeitos que inexiste na antidualogicidade, como um impeditivo que desponta sobre a necessidade de assumir-nos como professores e professoras progressistas na recusa da indiferença, da discriminação, da invisibilidade dos sujeitos (Freire, 2022).

Neste contexto, adentramos a *Formação Complementar*, a importância de profissionais qualificados com conhecimento, habilidades e com a criticidade necessária para receber alunos e alunas, professores e professoras, enfim “o ser mais” nas instituições de ensino, “aqui chegamos ao ponto de que talvez devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser humano” (Freire, 2021, p. 50).

Certamente, reconhecemos o esforço de inúmeros docentes que partilham a luta por conhecimento, reconhecimento e valorização da classe, que o ser professor implica. Além disso, essa busca por conhecimento vem enraizada pelas atualizações pedagógicas que são impostas e que muitas vezes transparecem também como forma de epistemicídio dos saberes peculiares que os povos carregam consigo. Esse epistemicídio implica na falta de professores/as surdos/as no interior das escolas e, como consequência, na invisibilidade das pessoas surdas na sociedade em geral. O que articula “o ser surdo” como corpo território negado pela colonialidade, cujo processo de opressão vem sendo constituído para ser obedecido, demonstrando ainda resquícios do colonialismo, porém “existe uma alteridade surda independente e autônoma do reconhecimento e do respeito da normalidade ouvinte” (Skliar, 1999, p.15), onde o “ser surdo” como corpo território incluído dentro da “alteridade deficiente raras vezes é vista como pertencendo a uma nação, sendo cidadãos e sujeitos políticos, articulando-se em movimentos sociais, possuidores de sexualidade, religião, etnia, classe social, idade, gênero e atores/produtores de narrativas próprias”, indicando fortemente a exclusão e a opressão que ainda ocorrem na atualidade (Skliar, 1999, p.17).

O que nos faz refletir também sobre o que caracteriza a invisibilidade e o negacionismo para com os professores/as de Educação Física no interior das instituições de ensino, talvez pela historicidade que buscava por corpos perfeitos, fortes e saudáveis, pela falta de reconhecimento da disciplina como fundamental para o desenvolvimento físico, mental e social dos envolvidos e, por ser, muitas vezes vista com estigmatização pelos profissionais das demais áreas de conhecimento, que a consideram menos importante. Para Skliar, (1999, p. 21) “As normas e

valores sobre corpos e mentes completos, auto-suficientes, disciplinados e belos, constituem a base dos discursos, das práticas e da organização das instituições” que em geral essas normas são implícitas, “invisíveis e é esse caráter de invisibilidade que a torna inquestionada”. Porém com as mudanças significativas na Educação Física no decorrer do tempo e com as abordagens pedagógicas críticas, as transformações que vêm ocorrendo buscam legitimar, valorizar, e devem abranger todo modelo educacional.

Ademais, para que os professores/as estejam constantemente envolvidos para realizar as qualificações profissionais e instruir os seus, faz-se necessário uma melhor organização do “quefazer” na escola (Freire, 2022, p.55). A implementação de programas de formação continuada requer investimento, enfrentamento das demandas de tempo excessivas e das exigências impostas de um ambiente de trabalho rigoroso e complexo, como se caracterizam os cursos de formação continuada para docentes e sobre a Libras,

Então, nosso foco maior é realmente capacitar os profissionais da educação. Só que Nayhara, pra nós isso tem sido um grande desafio. [...] O que a gente percebe é uma certa resistência do professor, [...] talvez pela falta de incentivo do estado, para a pessoa vir. Talvez por causa do incentivo, do reconhecimento e da valorização do profissional. (AMARELINHA, 2023).

[...] a gente oferece direto aqui para professores, **mas o professor infelizmente ele ganha tão mal, que tem sempre que sair correndo pra melhorar suas condições né, e trabalhar muito e às vezes não tem nem tempo pra fazer um curso assim.** (QUEIMADO, 2023, grifo nosso).

[...] acredito que os professores precisariam sim dos cursos de Libras, precisariam entender o real significado da cultura surda, saber das identidades surdas, como que esse surdo vai se apropriar, quais as estratégias de ensino organização de materiais, planejamento, o que que ele vai poder levar pra essa sala de aula. Então, professor precisa realmente buscar mais experiência na área de Libras. E também nós temos outros elementos se tratando de questões físicas, na verdade deveria ser algo comum assim como acontece para os ouvintes. A gente deveria se colocar mais no lugar das pessoas em relação ao tratamento. (O MESTRE MANDOU, 2023).

A busca por educação de qualidade é fundamental, pode-se notar ainda mais evidente a necessidade de valorização dos profissionais da educação como transmissores de conhecimento e eternos aprendizes, pois na opinião de Freire (2021, p.89) o “professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força

moral para coordenar as atividades de sua classe”, no entanto, para que os professores/as possam estar efetivamente buscando capacitação, formações específicas que são necessárias para o processo de ensino inclusivo, é essencial a organização do tempo de qualidade dentro das instituições de ensino, recursos necessários, quebra de barreiras burocráticas, enfim.

Não deixando de citar que as/os professores/as têm família, filhos, vida fora da escola e também precisam socializar, viver. A profissão docente é uma das únicas que precisa de trabalho construído antes, para que se tenha atividades para realizar no trabalho, e trabalhar depois para corrigir e/ou aprimorar o trabalho já realizado. Como exemplo de organização de tempo/espço de qualidade é a incorporação de cursos específicos no calendário escolar, com reserva de dias para este fim, adaptação ou flexibilização de horários, como os reservados para atividades escolares que se caracterizam como módulos I e II⁷. Apesar do Estado disponibilizar cursos de Libras em um ambiente específico, pode-se observar que há muitos entraves para que a formação complementar aconteça.

Ao adotar estratégias eficazes para oportunizar momentos de capacitação e promover o desenvolvimento profissional aos servidores, a inclusão e equidade podem estar cada vez mais perto de serem concretizadas nas instituições de ensino de Minas Gerais, tanto para alunos quanto para docentes e demais profissionais das instituições. Em suma, proporcionar tempo e oportunidades para a capacitação dos/das professores/as/ é um investimento fundamental na qualidade da educação, as escolas podem criar um ambiente propício à inovação, ao crescimento e ao sucesso educacional “daí que seja a educação um quefazer permanente” (Freire, 2021, p.102) com a educação se refazendo constantemente, como deve ser.

Ainda sobre a *Formação* relacionada à *Educação Básica e Profissional*⁸, de qualidade para todos e todas, encontramos um impasse quando se trata da pessoa surda. Como citado anteriormente por O MESTRE MANDOU (2023), os/as professores/as devem estar preparados para receber alunos surdos, conhecer a cultura e a língua específica, para que se possa realizar um ensino de qualidade, no ponto de vista de Freire (2021, p.67) “como professor preciso me mover com clareza na minha prática. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro no meu próprio desempenho”, com isso faz-se necessário discutir a educação para as pessoas surdas.

⁷ O módulo I é reservado para o professor elaborar atividades, correções de trabalhos e avaliações que podem ser realizados em ambiente a escolha (curto prazo para a quantidade de turmas e aulas que o professor tem, sobrecarregando-o). O módulo II é reservado para orientação no interior da escola, comunicados e por experiência própria muitas vezes é somente para cumprir aquele horário na escola.

⁸ A educação profissional aqui citada refere-se à preparação da pessoa surda para o mercado de trabalho, como forma de profissionalização.

Para que o surdo possa lecionar, seja na área de linguagens, matemática, ciências da natureza ou ciências humanas, deve-se investir em educação “de modo especial, à escola gratuita, pública, democrática, de qualidade social e laica para todos e todas” (Souza e Novais, 2021, p.530). É preciso ter equidade de oportunidades, seja presente e que essa presença seja com participação ativa, com ensino de qualidade, com incentivo para que a aprendizagem seja legitimada, pois para BATATA QUENTE (2023) os alunos

[...] não sabem, em questões de significado de palavras, eles não sabem o nome das famílias, eles não sabem o nome da rua, e já estão no terceiro ano do ensino médio. Essa inclusão atrapalha muito, o meu mundo surdo é na Libras, o meu conhecimento é na língua de sinais e isso faz com que a gente se desenvolva [...]

[...] houve uma falha lá na base (O MESTRE MANDOU, 2023).

Somente colocar alunos surdos, Pessoas com Deficiência-PcD, mulheres, indígenas, LGBTQIA+ e outros excluídos dentro da sala de aula não é suficiente, deve-se olhar para o “sul” e aprender que existem as condições de corpo território surdo e tenha a mesma legitimidade dentro do sistema vigente, com rupturas de paradigmas, pois “a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (Freire, 2021, p. 37).

Não apenas, a educação para a pessoa surda requer metodologias diferenciadas,

Como esse aluno vai conseguir aprender verdadeiramente? O professor não vai fazer essas adequações, porque a metodologia dele ainda está muito voltada para questão do português. O surdo, quando ele se depara com aquela atividade em língua portuguesa, ali a um momento de quebra, o professor precisa aprender, ele não tem essas condições adaptar. [...]

No momento que eu vou planejar eu penso em algumas estratégias para ajudar os estudantes surdos da mesma forma que minha família me apoiou. Existe uma metodologia, existe um foco [...] Mas, eu tento trazer tudo de forma contextualizada, dentro de todo esse período da minha experiência, como que eu vou fazer pra que a minha aula se torne uma aula boa, uma aula atrativa. (O MESTRE MANDOU, 2023, grifo nosso).

Envolto no debate sobre opressão e, simultaneamente, empenhado em transcendê-la através da implementação de critérios rigorosos, metodologias bem definidas e referências sólidas para a construção de suas práticas pedagógicas, o planejamento das aulas é elaborado com um duplo enfoque: tanto na perspectiva de como gostaria de vivenciar essas experiências, quanto na reflexão sobre as vivências já experimentadas na infância, em um contexto historicamente muito mais segregado do que o atual. Esse processo não é apenas uma prática

pedagógica, mas um movimento intencional de ser e estar professor, caracterizado como um processo de cura pessoal e coletiva. Além disso, representa um contínuo esforço de resistência e adaptação a uma inclusão excludente, que ainda permeia a vida dessas pessoas. Este movimento pedagógico é, portanto, um ato de sobrevivência e resiliência, enfrentando as dinâmicas de exclusão que persistem na sociedade contemporânea.

E quando o ensino é de Libras para ouvintes,

Eu penso em como ensiná-los para realmente trazer essa ruptura de mundo, do mundo dos surdos. Eu tento trazer as possibilidades do português, principalmente usando a voz, para que as pessoas fiquem mais à vontade, que elas percebam o universo surdo, não é só acompanhar a gramática da língua portuguesa é algo diferente. Para elas conseguirem fazer essa relação do universo surdo. Então meu foco maior realmente, hoje, são os ouvintes. Eu tento fazer com que eles se desenvolvam rapidamente na língua. (O MESTRE MANDOU, 2023).

Há necessidade de professores/as distintos/as, éticos/as, políticos/as, humanistas e persistentes, que proporcionariam a presença de professores/as surdos/as nas escolas de educação básica de Minas Gerais.

Ao tratar de formação complementar, educação básica e profissional, impelimos a questão das *Políticas Públicas*. Existem leis, normas e regulamentos que são parte da sociedade, ditas como inclusivas ou para fazer com que a inclusão aconteça, mas que se evidenciam como desconhecidas para as pessoas que realmente necessitam, o que põe em xeque as finalidades das ações afirmativas do próprio Estado, como é exposto no desconhecimento dessas leis que apoiam e/ou auxiliam no ingresso e na permanência de docentes surdos em escolas de educação básica.

Não, dentro da legislação que eu conheço assim não. (QUEIMADO, 2023).

[...] todos que falam sobre inclusão apoiam o ingresso. Agora, apoiar é uma coisa, funcionar é outra! (PULA SELA, 2023).

A legislação da Capoeira [...] que vai falar sobre a formação do quadro de profissionais para atuar na Capoeira. Sim tem, falhas também, mas pelo menos existe neh, e é uma forma de tentar garantir o acesso deles no ensino, já é um começo [...] a lei é muito bonita no papel, mas, na prática as coisas escorregam um pouco. (AMARELINHA, 2023).

Acredito que tenha sim alguma legislação específica, porque nós surdos somos humanos como qualquer outra pessoa. [...] eu penso que a Lei de

Cotas, ela vai atender sim a uma especificidade, uma PcD. Uma pessoa deficiente física ou visual, então eles parecem ter uma experiência maior por conta das provas serem em língua portuguesa que a língua de instrução dessas pessoas. **Então a Lei de Cotas, acho que é uma questão que não nos atende se for pensar em questões linguísticas, os concursos deveriam ter além da Lei de Cotas alguma estratégia para atender as pessoas surdas.** (O MESTRE MANDOU, 2023).

Eu acredito que deve ser trabalhado mais a questão da formação, priorizar a formação da Letras Libras, ter oportunidade de formação para trazer outros surdos que não conseguem se comunicar, que não tenham formação. [...] investir mais na questão da formação mesmo para essa contratação. (CABO DE GUERRA, 2023).

Com essas colocações inicialmente trataremos do emprego na referida escola que tem o objetivo de formar profissionais da educação e atendimento às pessoas com surdez, há uma resolução para especificar a forma de ingresso dos/as profissionais surdos/as no local e somente, demonstrando um formato de integração para Pessoa Surda - PS. Não que seja um formato ruim para contratação, mas poderia ser melhor e ampliado, este quesito vai em direção a presente pesquisa que busca abrir as portas das instituições de ensino, com políticas públicas que realmente estejam voltadas e adequadas para o ingresso e a permanência desse grupo de pessoas nas escolas de educação básica de Minas Gerais, seria este um dos princípios para a inclusão dos/as professores/as surdos/as.

Como um dos objetivos da instituição envolvida é “capacitar os profissionais da educação, com oferta de cursos para alunos, professores e toda a comunidade escolar” (AMARELINHA, 2023), de forma presencial e adequando-se as transformações ocorridas pós pandemia com ensino remoto, continuam com aulas também neste formato que proporciona a oportunidade de abranger mais pessoas, porém a forma de divulgação da Secretária de Estado de Educação e das Superintendências Regionais de Ensino não contemplam todos/as os/as docentes, são enviados e-mails para as mesmas, que passam para as escolas, não se sabe ao certo se são repassados para todas as escolas ou somente para as que tenham alunos e alunas com surdez.

A gente oferta cursos para o Brasil inteiro, não é só para as escolas não, quem quiser fazer a gente está aberto não é limitado, não é fechado. (PULA SELA, 2023).

Outro ponto importante citado é a quantidade ou porcentagem de vagas disponibilizadas tanto para o ingresso na graduação quanto para o emprego público, evidenciando a disparidade

de vagas para pessoas ditas sem deficiência e para com as PcD, seria um reflexo já esperado manifestado pelo padrão inferior de entrega pedagógica. Uma junção de falta de políticas públicas, formação básica e profissional de qualidade para as pessoas surdas com metodologias adequadas para o ensino e profissionais com formação específica e/ou complementar que conheçam as reais necessidades de ensino desse grupo de pessoas que fazem parte da educação básica regular e da nossa sociedade, corroborando ainda com Skliar (2015, p.19) quando relata que “a educação dos surdos não fracassou, ela apenas não conseguiu os resultados previstos em função dos mecanismos e das relações de poderes e de saberes atuais”,

Bom, eu ainda vejo como dificuldade, porque a maioria dos surdos não são formados, são poucos surdos que são formados aqui em [...], são 5 ou 6 surdos que são formados em uma graduação. (CABO DE GUERRA, 2023)

Infelizmente hoje, a gente sabe dos entraves e dificuldades. Nós temos hoje surdos com formação, mas esses surdos eles não conseguem. São 5% de toda população que vai conseguir uma oportunidade e esses 95% de outros surdos que são já formados, habilitados? A formação na área, hoje ela contempla a maior parte de Letras Libras, raros surdos vão pra área de administração, outros procuram se profissionalizar em outras áreas também, então infelizmente o professor surdo parece que só acontece porque virou obrigação legal. **Principalmente na área do ensino de Libras, agora se pudesse existir professor em qualquer área do conhecimento, nossa acho que os surdos se sentiriam muito felizes, seria quebra de um tabu, se a gente pudesse falar dessa forma.** (O MESTRE MANDOU, 2023, grifo nosso).

Os relatos evidenciam ainda a necessidade da descolonização, diante da carência de informações nos processos educacionais, que podem ser atribuídas ao excesso de leis e suas alterações. Ao longo do tempo são modificadas e não repassadas diretamente aos cidadãos, essa falta de transparência na divulgação e na implementação reflete socialmente as desigualdades e preserva vestígios de poder e controle que são característicos do colonialismo. Além disso, os resultados corroboram com as análises prévias das políticas públicas que evidenciaram a ausência de legislações adequadas para regulamentar o ingresso e a permanência da PS no mercado de trabalho, especificamente nas escolas de educação básica e públicas do Estado Mineiro. As políticas de ações afirmativas de Minas Gerais, que contivessem membros surdos/as em sua criação os/as envolveria verdadeiramente e possibilitaria que a expressão de suas necessidades específicas recebessem a devida atenção e, conseqüentemente fossem atendidas.

Quando o assunto é a Lei de Cotas que tem o objetivo de promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para os grupos que historicamente foram marginalizados e/ou discriminados estabelecendo porcentagens mínimas para contratação e acesso ao emprego, “incentivando” as empresas a adotarem políticas e práticas que sejam “inclusivas” em seus processos de seleção,

Não sei, Cota é tão complicado, eu acho que o acesso tem que ser de todos e com a mesma... [...] (QUEIMADO, 2023).

[...] a lei é muito bonita no papel, mas, na prática as coisas escorregam um pouco. Então beleza, em um concurso, nós tivemos agora um concurso aberto, estava com período de inscrição aberto, existe oportunidade de participar do concurso? Sim. Aí vem até o encontro da sua temática que é a questão não só do acesso, mas da permanência. Hoje nós sabemos que muitas pessoas passam tanto por vestibular, concursos e elas têm acesso, falar que poxa elas não poderão participar da prova? Puderam, tanto que quando você coloca lá que você precisa de um suporte na hora da prova você vai ter esse suporte, mas maravilha, ele entrou, passou no vestibular ou passou no concurso como que vai ser o dia a dia dentro da instituição?

Hoje se a Prefeitura abrir um concurso ou o estado abrir um concurso vamos pensar em uma escola que não existe intérprete. O professor surdo passou no concurso, pronto ele vai lá pra escola Joãozinho do dedo verde, quem vai conseguir se comunicar com ele? Quem vai chegar perto e falar: oi professor seja bem-vindo, cadê sua documentação vamos conferir? Vamos ver se está tudo certinho? (AMARELINHA, 2023).

Eu particularmente sou contra a Lei de Cotas, eu não concordo com ela. Eu acho assim, o surdo ele precisa de um auxílio, só que a gente também tem que pensar no que seria esse auxílio. Eu vou dar um exemplo, eu já vi acontecer, eu entrei no doutorado tem dois anos, no processo anterior ao meu, eu vou te contar uma coisa que aconteceu. A nota de corte no processo era 80, a menor nota que entrou foi 92, eu tirei 91,5. Eu não fui porquê das 12 vagas que estavam lá, quatro era cota, e aí uma pessoa surda tirou 58 no projeto e entrou, então a nota de corte era 80 a pessoa tirou abaixo da nota de corte e entrou por questões de cota, eu não concordo. Se fosse uma coisa do tipo assim, fulano tirou 80 está dentro da nota de corte vai entrar, OK! Mas a pessoa tirou abaixo da nota de corte e entrou por causa da cota, eu não concordo. Isso entra para concurso. (PULA SELA, 2023).

De fato, surgem questões como a falta de conhecimento já citado anteriormente, a organização e critérios que deveriam ser melhor elaborados e esclarecidos para a população em geral sobre as Leis de Cotas e demais ações afirmativas do Estado. A utilização da referida Lei poderia se caracterizar como uma forma de superação das contradições e se instalar como uma

nova situação concreta, sob uma nova realidade inaugurada pelos/as oprimidos/as representando sua libertação como afirma Freire (2022, p. 61), porém, há alguns problemas com os quais “os opressores de ontem não se reconheçam em libertação. Pelo contrário, vão sentir-se como se realmente estivessem sendo oprimidos. É que, para eles, ‘formados’ na experiência de opressores, tudo o que não seja o seu direito antigo de oprimir significa opressão a eles” e ainda questões preconceituosas, entre estas, a desconfiança de que o povo não seja capaz de pensar, ter opinião, de lutar por seus direitos, de querer, de saber.

Essa forma de opressão está enraizada e encoberta por resquícios de colonialidade, que se manifestam em atos que muitas vezes são ingênuos, praticados por pessoas que, embora estejam interligadas e sejam conhecedoras dos processos de luta pela real inclusão, equidade e alteridade, ainda demonstram cicatrizes e reminiscências que evidenciam a necessidade de decolonização e libertação dessas amarras que nos conduzem ao retrocesso. Essas pessoas,

Vão sentir-se, agora, na nova situação, como oprimidos porque, se antes podiam comer, vestir, calçar, educar-se, passear, ouvir Beethoven, enquanto milhões não comiam, não calçavam, não vestiam, não estudavam nem tampouco passeavam, quanto mais podiam ouvir Beethoven, qualquer restrição a tudo isto, em nome do direito de todos lhes parece uma profunda violência a seu direito de pessoa. Direito de pessoa que, na situação anterior, não respeitavam nos milhões de pessoas que sofriam e morriam de fome, de dor, de tristeza, de desesperança”. (Freire, 2022, p.61-62).

Esse sentimento de opressão tem características de colonialidade escondido por trás de uma manifestação que vem em forma de pedido de esclarecimentos sobre acontecidos que injustificadamente levam a pensar se estamos no caminho certo, por insurgência, reivindicações de espaços e rupturas de paradigmas. Na verdade, de acordo com Freire (2022, p. 105) “não pode o *ter* de alguns converter-se na obstaculização ao *ter* dos demais” o fundamental é que a organização e os critérios tenham a devida transparência e elucidação para todos e todas, isso seria inicialmente superação, quebra de paradigmas e colocaria todos/as a serviço da libertação, que só se justifica quando se dirige ao “ser mais” que está em constante mudança e tem a opção de (re)conhecer as diferenças e não somente aceitá-las mas fazer parte de um propósito de lutas, “estar junto, de você, lutar junto!” (BATATA QUENTE, 2023).

5.2.2 Resistência propositiva popular com foco na efetivação da inclusão

Esta categoria investiga as relações de domínio, poder e exclusão ainda presentes nas instituições de ensino. A busca por promover a *inclusão* de forma ativa e propositiva emerge

da eticidade de Paulo Freire (2021, p.19), que entende a ética como universal do ser humano, uma “ética enquanto marca da natureza humana, enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana”, que pensa “mulheres e homens como seres éticos. Capazes de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, capazes de grandes ações, de dignificantes testemunhos” (Freire, 2021, p.51). Seres que ao reconhecer a plena participação das pessoas em sua heterogeneidade independente de origem, credos, gêneros, identidades ou condições, fortalece e enriquece os laços da sociedade e a diversidade cultural, que ao assumir-se como sujeitos éticos, seremos transformadores com poder de ruptura, por nós idealizada. Com transformações que promovem ainda o desenvolvimento social e humano contra a colonialidade instaurada nas entrelinhas dos projetos educacionais.

Apesar da inclusão estar explícita nas legislações, enquanto termo, há exigência de que se cumpra, a partir do reconhecimento do ser e de suas distinções, o que provoca o desejo de enfrentamento das injustiças sociais e desigualdades de oportunidades que estão ocorrendo nas escolas de educação básica em relação as Pessoas Surdas – PS, principalmente diante de relatos assim,

[...] já existe uma Lei, mas até hoje a gente sabe que na prática não resolveu quase nada. No papel está tudo muito bonito, mas na prática a gente encontra muitas falhas, porque dentro das escolas principalmente aqui que é uma escola de inclusão, você percebe que não há uma sinalização visual pra avisar as pessoas surdas, que é o intervalo ou que trocou a aula. O surdo, sai da sala já de forma atrasada. Ele sai porque todo mundo sai, são coisas muito básicas. (O MESTRE MANDOU, 2023).

Muitas pessoas ainda falam sobre as questões de inclusão, mas ainda faltam a prática disso, a gente tem leis. [...] a inclusão ainda falta muito, para se preparar, para conscientizar. (CABO DE GUERRA, 2023).

A teoria é linda! Tudo que está escrito na lei de inclusão, lei de não sei o que, Lei de Libras, tudo lindo! Na prática não acontece! [...] A inclusão não existe, e acessibilidade linguística também não, ela existe para o aluno, ela não existe para o professor! (PULA SELA, 2023).

Em primeiro lugar sobre a palavra inclusão eu não sou muito a favor, infelizmente, já começou a inclusão, mas até hoje eu não vi resultado na inclusão, alguma coisa que realmente motive que tem uma inclusão. A inclusão é uma palavra que joga aos professores, porque? [...] a inclusão eu acho que ela já nem existe mais, porque assim você fala em palestra inclusão, mas por trás na vida verdadeira ali isso não existe, ela não acontece, então a política da área da educação infelizmente ela não se preocupa com o que realmente acontece, com o que realmente precisa mudar e até hoje é assim. [...] não tem nada que mostre que realmente aconteceu essa

inclusão principalmente do professor surdo [...] a gente vê que essa inclusão não existe! [...] a inclusão não é algo com sucesso, então eu acho que nenhuma escola vai ter uma inclusão que vai ter sucesso, já tem uns 15 anos que está nesse processo de inclusão e isso não acontece. [...]

A inclusão não, a inclusão pra mim ela já deixou de existir, eu não consigo ver sucesso mais sabe, eu não vejo surdo que conseguiu se desenvolver com a inclusão e até o professor sofre, porque não se comunica com surdo, não consegue perceber a deficiência. [...] então assim, faz favor, a inclusão já morreu. (BATATA QUENTE, 2023, grifo nosso).

Como já foram exploradas as oportunidades e os desafios na busca pela inclusão desse grupo de pessoas na contemporaneidade, tanto nas análises documentais quanto nas entrevistas, a percepção que se tem, é que além da mera aceitação que se faz superficial no ambiente que se diz inclusivo, talvez entendamos o sentido e a prática da palavra de forma diferente. Há teorias expostas nas legislações sobre incluir, os “documentos oficiais traduzem muitas vezes as relações entre inclusão e exclusão em termos de irresponsabilidade/responsabilidade individual e não como um processo cultural, social e relacional” (Skliar, 1999, p. 25) e o que podemos observar é que se coloca a PS ou PcD no interior das escolas e lá são deixadas sem o apoio, a metodologia, as práticas pedagógicas necessárias, a formação complementar, enfim, isso não é inclusão é integração, conforme testemunhamos e registramos.

Portanto, a inclusão é o oposto disso. Vai muito além de integrar: é ver, (re) conhecer, sentir, amar, confiar, é fazer presença, e proporcionar a real presença, com participação deliberativa, emoção, envolvimento, é transformar um mundo de desafios em planos que apesar das incertezas, busca humanizar, que com valorização das culturas enriquece o ensinar e o aprender juntos, lutar junto por visibilidade, por espaço, por romper barreiras, por *ser mais* sempre.

Para Skliar (1999, p.16) a “alteridade deficiente é um exemplo da voracidade com que o mundo moderno, sem soluções, inventa e exclui a esses outros”, “aqueles outros que são, sempre, os outros” que compõem o mundo e busca transformá-lo, abrir espaços com movimentos de luta, de resistência propositiva que não beneficia somente a um, mais sucede para “as meninas e meninos de rua, os/as sem-terra, as negras e negros, os/as indígenas, os homossexuais, os/analfabetos/as, etc.” pois as PS ou as PcDs são grupos particulares de excluídos, porém não significa que essa exclusão seja inferiorizada, desarticulada ou desatendida em relação a outras exclusões (Skliar, 1999, p.17-18).

Existe um projeto colonial que inviabiliza o *Ingresso* e nega a presença da PS e até mesmo sua existência na função pública e “Negar uma abordagem social, política, histórica e cultural neste território constitui o primeiro nível de discriminação o mais sutil, sobre o qual depois se tramam todas as demais exclusões de cidadania, linguística, comunicativa, etc.” (Skliar, 1999, p.18). Essa negação e invisibilidade é evidenciada por não conter nas legislações, nos editais nenhuma especificação para oportunizar o emprego para os/as professores/as surdos/as nas escolas de educação básica em Minas Gerais, tão pouco sua *Permanência*, que mesmo com o não-lugar existe a presença como forma de resistência ao projeto colonial.

Esse movimento de resistência propositiva se faz presente na educação que mesmo com graduações em outras áreas do conhecimento como em matemática e engenharia civil, as PS buscaram qualificar-se em Letra/Libras para ministrar esse conteúdo com apoio de suas experiências, vivências e com cortesia, para enriquecer a educação com a competência necessária

Eu penso, no momento do meu planejamento, eu gosto muito de trazer, deixar a criatividade aflorar e no momento do meu planejamento eu tento buscar aquilo que eu passei na minha infância, toda dificuldade de comunicação, todas as minhas dificuldades, tudo o que realmente aconteceu comigo.

No momento que eu vou planejar eu penso em algumas estratégias para ajudar os estudantes surdos da mesma forma que minha família me apoiou. Existe uma metodologia, existe um foco, eu trabalho muito também com as questões do curso de Libras, a gente tem essas apostilas, eu já tenho alguns materiais, têm objetivos e tem toda parte burocrática do planejamento, sim. Mas, eu tento trazer tudo de forma contextualizada, dentro de todo esse período da minha experiência, como que eu vou fazer pra que a minha aula se torne uma aula boa, uma aula atrativa, o que eu vou precisar mudar, isso aqui deu certo, isso que eu não vou usar mais. Pra ver como esse aluno surdo vai conseguir se desenvolver rapidamente, tornar-se uma pessoa fluente. Eu acho que essa flexibilidade, atualização dos conteúdos é muito importante, pra mim funciona bem, eu percebo que os alunos vão evoluindo na língua de sinais, ficam mais seguros, não ficam ansiosos e a língua de sinais ocorre de forma natural, essa é a metodologia que eu trago pras minhas aulas, trazendo sempre mais segurança e fazendo com que a timidez, vergonha ela não aconteça em sala. (O MESTRE MANDOU, 2023)

O debate sobre opressão no contexto educacional está profundamente ligado às experiências pessoais dos educadores que, ao transcenderem suas histórias de segregação, desenvolvem práticas pedagógicas inclusivas. Planejar aulas com base em vivências é uma metodologia pedagógica que serve como um ato de resistência e cura das feridas ainda persistentes. Essa transição de aluno segregado para professor inclusivo representa um contínuo

ato de sobrevivência, contra a inclusão excludente. Esses educadores reavaliam e reconfiguram suas identidades profissionais e pessoais, promovendo uma pedagogia crítica que enfrenta as raízes da opressão impostas, e ao incorporar experiências pessoais em suas práticas pedagógicas, esses/as professores/as desafiam o *status quo* e promovem um ambiente de aprendizagem que valoriza a diversidade e a equidade, demonstrando o poder transformador da educação para alunos e educadores.

Ademais, para que a PS comece sua jornada profissional há restrições. Para atuar como professor regente de Libras, este deve ser habilitado, apresentar resultado da avaliação realizada pela SEE/MG que avalia as competências linguísticas e metodológicas para a função, passar por avaliação de Proficiência na Libras, avaliação didática e metodológica, entrevista em Libras, dissertação escrita ou sinalizada sobre questões relacionadas a surdez (Minas Gerais, 2021, anexo I). Neste local específico, existem normas, regras e diretrizes para contratação da PS, apesar de tornar-se um ambiente segregador, separado, específico para um fim, porém o surdo se faz presente com resistência propositiva e através da luta contínua, a pessoa surda pode desempenhar um papel significativo na área da educação em sua amplitude, contribuir para a construção de ambientes educacionais inclusivos e equitativos.

Apesar de empenhos para tornar o ambiente integrador ao estar em conjunto com uma escola de educação básica e regular do Estado, mostra-se desagregado evidenciando a necessidade de ampliação, de transformações nos sistemas educacionais com a participação da sociedade para que o discurso de “inclusão excludente” (Skliar, 1999, p. 27) se transforme e realmente a inclusão aconteça. Na visão de Freire (2022, p.71) “Pouco a pouco, porém, a tendência é assumir formas de ação rebelde. Num quefazer libertador, não se pode perder de vista esta maneira de ser dos oprimidos, nem esquecer este momento de despertar” e continuar a batalha por espaço, por reconhecimento, por estar e fazer realmente parte da nossa sociedade.

7. NA VIDA, O JOGO CONTINUA APÓS O XEQUE-MATE - CONSIDERAÇÕES

É inabitual encontrar docentes surdos no emprego público e até mesmo em locais como farmácias e mercados, quando se trata de professores/as para instruir alunos ouvintes, torna-se impraticável, o motivo não é a capacidade da pessoa surda para este processo, de ensino-aprendizagem, mas justifica-se pela qualidade do ensino na educação básica, sendo alicerce para o ingresso no ensino superior e ao mercado de trabalho. A educação básica ainda não está em nível satisfatório quando trata-se de incluir a pessoa surda, fica evidente nos relatos dos entrevistados, pessoas que são e estão efetivamente ligados à educação, à “inclusão excludente”, e podem falar com propriedade sobre o tema da presente investigação.

A busca por reconhecimento, aceitação e pertencimento são evidentes para os/as professores/as surdos/as em Minas Gerais, os quais se veem compelidos a renunciar sua área de formação e buscar uma graduação adicional ou complementar sua formação inicial com pós-graduação em Libras, que já é sua primeira língua⁹, para ingressar na educação como docente. Devido ao não reconhecimento e à falta de preparo evidente no mercado de trabalho para a inclusão dessas pessoas como integrantes plenos da sociedade.

Mesmo com a invisibilidade ocasionada pelos diversos contextos que abarcam as classes populares como políticos, econômicos, sociais e culturais, as pessoas surdas se fazem presentes na área educacional, com autêntica participação na Libras, sua presença e luta representam resistência propositiva por ser, estar e fazer parte. O sentimento de desistência após tantas lutas para graduar-se e aperfeiçoar-se na área que escolheu é uma forma de opressão expressa pelo colonialismo e colonialidade, ainda presentes na sociedade, que após mais de 30 anos do termo inclusão ser inserido nas legislações, na sociedade civil e no setor público, é notável a falta de compreensão em relação a este conceito em diversos contextos.

Não foram encontradas nas legislações formas de auxiliar ou apoiar o processo de ingresso do professor surdo para docência com alunos surdos e ouvintes, em escolas de educação básica e públicas de Minas Gerais. Esse fato evidencia não haver políticas públicas de inclusão para a pessoa surda egressa do ensino superior para ingresso no mercado de

⁹ Sabemos da dificuldade de algumas PS para a comunicação em Libras por não ter o contato e instruções necessárias para tal, acabamos por adentrar mais uma vez na educação básica de qualidade para todos e todas, na inexistência da disciplina de Libras nas escolas e por fim nas políticas públicas que deixam a desejar nos preceitos inclusivos.

trabalho, especificamente na escola pública. Para lecionar a disciplina de Língua Brasileira de Sinais-Libras, o país já dispõe de Projetos de Lei que constituem um ponto de partida essencial para promover a futura participação dos docentes surdos nestas instituições, o desejo em magnitude é que seja em Libras, na Educação Física, ou em qualquer área de conhecimento que a Pessoa Surda-PS deseja ingressar. Esperamos que o Estado, junto às Instituições de ensino, possa desenvolver ações que possibilitem oportunidades de ingresso, permanência e a flexibilização para as PS e para as PcDs, em oportunidades profissionais no âmbito educacional como reconhecimento da diversidade social e da heterogeneidade.

Ademais, com relação à infraestrutura, bem como a formação continuada do corpo docente, este trabalho revelou uma lacuna significativa na adequação de estruturas profissionais para atender esse grupo de pessoas, evidenciando a necessidade premente de políticas públicas voltadas ao reconhecimento da PS, da Libras como sua primeira língua, de suas capacidades e não de sua deficiência, da receptividade e da valorização da diversidade humana. Para atender às reais necessidades das PS, poderá possibilitar sua permanência nas instituições de ensino, o que engloba a incorporação do direito ao intérprete de Libras, no momento das aulas, reuniões dos módulos e crescimento pessoal com envolvimento também na sala dos professores/as.

Assim como é direito do aluno, também deve ser direito dos docentes ter a presença do intérprete de Libras, que faz a ponte comunicativa e acessibilidade linguística, por essa razão, é primordial que o governo tenha responsabilidade sobre os custos honorários destes profissionais.

O governo disponibiliza formação para alunos/as, professores/as e toda a sociedade, o que foi observado é que essas formações para a fluência do dialeto de Libras tem uma divulgação inadequada pela Superintendência de Ensino e pela própria Secretaria de Estado da Educação, o que prejudica os esforços para promover o reconhecimento da língua, pois as informações não chegam até as pessoas que realmente precisam tomar parte e engajar-se nesses cursos. A Secretaria de Estado de Educação deve, juntamente com essas instituições de ensino, melhor organizar, para que haja um espaço/tempo nas instituições e assim contemplar formações continuadas para os profissionais da educação. Não estamos afirmando que se deve aumentar a carga horária, que já é exaustiva. Essa organização pode ter início nos horários de módulo I e II, que já são exigidos aos profissionais nos contextos escolares, e ampliar a divulgação para toda a comunidade escolar, fortalecendo os vínculos com vistas a proporcionar a construção de uma sociedade justa e equitativa, com os princípios da acessibilidade e da inclusão.

A presença de professores/as surdos/as nas instituições de ensino traz à tona o debate sobre opressão no contexto educacional, o qual está intrinsecamente ligado às experiências pessoais desses educadores que, ao transcenderem suas próprias histórias de segregação, lutam por fazer a real presença no meio educacional, criam práticas pedagógicas que buscam a inclusão genuína. O planejamento das aulas, neste contexto, envolve a consideração de como os educadores desejariam ter vivenciado a educação em sua infância, refletindo sobre um passado marcado por exclusões. Este exercício não é meramente nostálgico, mas uma tentativa de reconstruir a experiência educacional de maneira mais inclusiva e equitativa para as novas gerações.

Esse movimento de transformar experiências pessoais de exclusão em práticas inclusivas reforça a importância de uma educação que não só reconheça as diferenças, mas que ativamente trabalhe para superá-las. É um testemunho do poder transformador da educação, tanto para os alunos quanto para os educadores.

Com relação ao propósito de conhecer o processo de ingresso e permanência de professores/as surdos/as nas instituições de ensino regular, para lecionar para alunos ouvintes e surdos, fica uma estrondosa lacuna, pois não há nas legislações ações afirmativas para este propósito, demonstrando a necessidade de uma abordagem decolonial para enfrentar essas questões. Historicamente, a exclusão nos sistemas educacionais e na sociedade em geral marginalizou grupos minoritários, desconsiderando as reais necessidades e as culturas dos povos colonizados, essa exclusão mostra-se persistente com a falta de políticas públicas afirmativas voltadas para a inclusão de professores/as surdos/as nas escolas de educação básica do Estado e para além destas.

A estrutura das instituições de ensino regular reflete uma normatividade ouvinte, onde a comunicação e os métodos de ensino são predominantemente voltados para esses. Isso evidencia uma colonialidade do saber, na qual certos modos de conhecimento e comunicação são privilegiados em detrimento de outros, como o Português e a falta da Língua Brasileira de Sinais-Libras, para todos, uma vez que faz parte da língua do nosso povo, da nossa gente e deve ser “nossa língua”. Além disso, a ausência de ações afirmativas para a inclusão de professores/as surdos/as perpetua a desigualdade de oportunidades, o que pode ser visto como uma forma de colonialismo interno. Nesta perspectiva, a sociedade dominante impõe barreiras que impedem o pleno desenvolvimento e participação dos grupos minoritários, no caso da presente investigação, das pessoas surdas. É crucial reconhecer e valorizar as diferenças linguísticas e culturais das pessoas surdas.

É imperativo implementar ações afirmativas específicas para a contratação de professores/as surdos/as. Essas políticas devem incluir formação adequada, suporte contínuo e as adaptações necessárias para garantir que esses profissionais possam lecionar eficazmente tanto para alunos surdos quanto para ouvintes. As instituições de ensino precisam passar por uma transformação estrutural, revisitando currículos, métodos de ensino e práticas administrativas para torná-los inclusivos e sensíveis às necessidades das comunidades surdas.

Que os alunos/as e professores/as tenham a oportunidade de participar de uma comunidade que haja respeito, consideração e aceitação. O desejo é que exista uma educação que possa incluir, futuramente, e que os profissionais ingressantes na educação básica, sejam eles surdos, ouvintes, de diferentes gêneros, enfim “todos e todas”, possam usufruir da real inclusão com equidade de oportunidades, com garantia de direito e liberdade, fundamentais para promover a cidadania e sociabilidade.

Em resumo, é crucial adotar uma abordagem decolonial que promova a inclusão, a igualdade e o reconhecimento das diferenças. Isso requer mudanças nas políticas, nas práticas institucionais e na mentalidade social, garantindo que as pessoas surdas tenham as mesmas oportunidades de contribuir e prosperar no ambiente educacional. Tudo precisa ser mudado, melhorado, desde a educação básica, a formação complementar dos profissionais, a organização dos espaços/tempo de qualidade, para que os docentes tenham oportunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, et al. *Representações de alunos surdos sobre a inclusão nas aulas de educação física*. Revista Educação Especial, v.27, n. 48, p. 65-77, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/7989>. Acesso: em dez 2022.

AMORIN, M.A.; SALEJ, A.P.; BARREIROS, B.B.C. “*Superdesignação*” de professores na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Revista Brasileira de Educação, v.23, p. 22, 2018. Disponível em: scielo.br/j/rbedu/a/XQBvhP3NkwP6Q7YyZtft3rB/?format=pdf&lang=pt Acesso: em out 2023.

BAHAN, B. *Notes from a “seeing person.” In American Deaf culture: An anthology*. Ed. S. Wilcox. Silver Spring, Md.: Linstok Press. 1989.

BICUDO, M. A. V. *Pesquisa qualitativa fenomenológica: interrogação, descrição e modalidades de análises*. In M. A. V. Bicudo et al. (org): Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica. 2011 (p.41-52). Cortez. Disponível em: http://www.mariabicudo.com.br/resources/CAPITULOS_DE_LIVROS/Pesquisa%20qualitativa%20fenomenologia.pdf Acesso em: 10 mai. 2023.

BICUDO, M. A.V. *Pesquisa Fenomenológica em Educação: Possibilidades e desafios*. São Paulo: UNESP, 2020.

BODGAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, C. R. *Vocação de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares*. Caderno de Pesquisa, v. 39, n.138, p. 715-746, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Ffs6C5NZSw7hMkkhbFm6Pbc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BREDA, D.C. *A inclusão no ensino superior : um estudante surdo no programa de pós-graduação em educação*. RiUfes, p. 187. Dissertação – Mestrado em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6067>. Acesso em: 5 mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases Educação Nacional*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.109 de 13 de outubro de 1977 - *Contém o Estatuto do pessoal do magistério público do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências*. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/7109/1977/> Acesso em: 01 nov. 2023

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.853, de outubro de 1989. *Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm Acesso em set. 2023. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em 05 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. *Plano de Benefícios da Previdência Social*.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL. Ministro de Estado da Educação e do Desporto. *Portaria n.º 1.793, de dezembro de 1994*. Brasília, DF, 1994. Disponível

em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.867, de 28 de julho de 1995. *Reserva Percentual de cargos ou empregos públicos, no âmbito da Administração Pública do Estado, para pessoas portadoras de deficiência*. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/11867/1995/>

Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9.394/1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: L9394 (planalto.gov.br). Acesso em:

06 ago. 2023.

BRASIL. Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999. *Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências*. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm Acesso em: 03 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*. Diário Oficial da União. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de Abr. de 2002. Disponível

em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm Acesso em: 26 de set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. *Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Diário Oficial da União. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. *Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Decreto nº 9.508, de 24 de set. 2018. *Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta*. Brasília-DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9508.htm Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.888, de 5 de novembro de 2019 – *Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#anexo45 Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 6.284 de 2019. *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para estabelecer condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em todas as etapas e modalidades da educação básica*. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/140061> Acesso: em 06 abr. 2024.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 5.961 de 2019. *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio, para todos os alunos, conteúdos relativos à Língua Brasileira de Sinais (Libras)*. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139785>. Acesso: em 06 abr. 2024.

BRITO, A.P.G.; OLIVEIRA, G.S.; SILVA, B.A. *A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área da educação*. Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.1-15. 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354>. Acesso: em 22 dez. 2022.

CANDAU, V. M. F. *Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas*. Currículo sem Fronteiras. v.11, n.2, p.240-255, Jul/Dez 2011. Disponível em:

<https://saopauloopencentre.com.br/wp-content/uploads/2019/05/candau.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CAPELLI, J.C.S.; BLASI, F.D.; DUTRA, F.B.S. *Percepção de Docentes sobre o Ingresso de um Estudante Surdo em um Campus Universitário*. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 26, n. 1, p. 85–108, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/H8qSLjdWLzVvbbss8rdj7fN/abstract/?lang=pt&format=html> Acesso em: 22 dez. 2022.

CARDOSO, C. M. *Fundamentos para uma Educação na Diversidade*. São Paulo: Acervo Digital da Unesp/Redefor II/NEaD/Unesp, 2014. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155243>. Acesso em: 31 de janeiro de 2024.

CELLARD, A. *A análise documental. Em: A pesquisa qualitativa enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. p. 295–316.

CHICON, J. F. *Inclusão e exclusão no contexto da educação física escolar*. Movimento, v. 14, n. 1, p. 13–38, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3760>. Acesso em: 05 dez. 2022.

COELHO, R.A. *Alunas/os surdas/os e educação física: tecendo relações de distanciamentos e aproximações*. 2020. Dissertação – Mestrado Profissional em Educação e Docência, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, p. 81. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/38097>. Acesso em: 11 dez 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: *Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. 1994, Salamanca-Espanha.

DILLI, K.S. *A Inclusão do Surdo na Educação Brasileira*. (2010, p.16). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/120527> Acesso em: 03 out. 2023.

DUSSEL, E. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 71ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 83. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. 256pp.

KLEIN, M. *Os discursos sobre surdez, trabalho e educação e a formação do surdo trabalhador*. In: SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 75-92.

KRUG, et al. *Ser futuro professor surdo-mudo de educação física: escolha, compreensões e perspectivas*. Revista eletrônica graduação / pós-graduação em educação, v 14, n. 1, ano, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/49405>. Acesso em: 08 dez 2022.

LARROSA, J. B. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Trad. João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação. Jan. a abr. 2002. n.19. p. 20-28. Disponível em: SciELO - Brasil - Notas sobre a experiência e o saber de experiência Notas sobre a experiência e o saber de experiência Acesso em: 04 Jan. 2023.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. Rio de Janeiro, ed. 2, E.P.U., 2018.

MACHADO, J.L.N. *Tenho um aluno surdo: aprendi o que fazer!* 2017. Dissertação – Mestrado Profissional em Ensino de Ciências, Universidade de Brasília-UnB. Repositório Institucional da UFSC, p. 149. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190435>. Acesso em: 04 jan. 2023.

MACIEL, J. *Fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire de Educação*. In FÁVERO, O. (Org.). *Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MANTOAN, M.T.E. *Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 1º ed. (Coleção: Cotidiano Escolar) 2003.

MANTOAN, M.T.E. *Igualdade e diferenças na escola – como andar no fio da navalha*. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 185–196, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/1253>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MARTINS, J.; BOEMER, M. R.; FERRAZ, C. A. *A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa: algumas considerações*. Rev. Esc. Enf. USP, São Paulo, 24(1):139-147, abr. 1990. Disponível em: scielo.br/j/reusp/a/wfHN6qH33k7WK5nBfYgTtYy/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 18 de out. 2023.

MEIRA. S. A. B. *A Lei das XII Tábuas*, Fonte do Direito Público e Privado, Rio de Janeiro, Forense, 1972. Direito Romano, Rio de Janeiro, Forense, 2000. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/fdsbc/article/view/226/171> Acesso em: 19 set. 2023.

MENDES, I. A.; FERNANDES, C. C. *Ações afirmativas e políticas públicas de inclusão social: uma análise da trajetória dos alunos egressos das escolas públicas no ensino superior também público*. Studies in Education Sciences, v. 4, n. 1, p. 104–117, 2023. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/ses/article/view/984>. Acesso em: 3 de fev. 2024.

MINAS GERAIS. Decreto nº 42.257, de 15 de janeiro de 2002. *Estabelece normas para a definição de cotas de cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência nos concursos públicos da administração direta e indireta e dá outras providências*. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/decreto-n-42257-2002-minas-gerais-estabelece-normas-para-a-definicao-de-cotas-de-cargos-e-empregos-publicos-para-as-pessoas-portadoras-de-deficiencia-nos-concursos-> Acesso em: 14 de nov. 2023

MINAS GERAIS. *Currículo Referência de Minas Gerais*. Minas Gerais, 2018. Disponível em: Disponível em: Currículo Referência Minas Gerais - Início (educacao.mg.gov.br) Acesso em: 29 de set. 2023.

MINAS GERAIS. Lei n. 18.185, de 4 de junho de 2009. *Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República*. Diário Oficial de Minas Gerais, Diário do Executivo, Belo Horizonte, p. 1, 5 jun. 2009. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-18185-2009-minas-gerais-dispoe-sobre-a-contratacao-por-tempo-determinado-para-atender-a-necessidade-temporaria-de-excepcional-interesse-publico-nos-termos-do-inciso-ix-do-art-37-da-constituicao-da-republica>. Acesso em: 04 de ago. 2023.

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 2.903 de fevereiro de 2016. *Dispõe sobre a organização e funcionamento dos Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) e Núcleos de Capacitação e Apoio Pedagógico às Escolas de Educação Básica, da Rede Estadual de ensino de Minas Gerais*. 2016. Disponível em <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2903-16-r.pdf> Acesso em: 04 ago. 2023.

MINAS GERAIS. Lei n.º 19.481, de 12 de janeiro de 2011. *Institui o plano Decenal de Educação do Estado*. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 13 jan. 2011. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/plano-decenal-da-educacao-de-minas-gerais/> Acesso em: 18 mar. 2023.

MINAS GERAIS. EDITAL SEPLAG/SEE Nº 03/2023 - *Concurso Público para Provimento de Cargos das Carreiras de Professor de Educação Básica, Especialista em Educação Básica, Analista Educacional, Analista de Educação Básica, Técnico da Educação de Assistente Técnico de Educação Básica do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais*. Disponível em <https://www.educacao.mg.gov.br/concurso-publico-see-edital-no3-2023/> Acesso em: 25 set. 2023

MINAS GERAIS. Trilhas do Futuro – Educadores. *Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais*. Disponível em: <https://trilhaseducadores.mg.gov.br/> Acesso em: 01 abr. 2023.

MORI, N.N.R.; SANDER, R.E. *História da educação dos Surdos no Brasil*. Seminário De Pesquisa Ppe, Universidade Estadual de Maringá, PR. Disponível em: Texto_01-libre.pdf (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net). Acesso em: 20 fev. 2024.

MOREIRA, A.F.B. *Currículo, cultura e formação de professores*. Educar, Curitiba, nº17, p.39-52. 2001. Editora UFPR. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40602001000100004&script=sci_abstract Acesso em: 02 nov. 2023.

MOROSINI, M.C.; NASCIMENTO, L.M. do; NEZ, E. *Estado de conhecimento: a metodologia na prática*. Revista Humanidades e Inovação, v.8, n.55, p.69-81, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4946> Acesso em: 01 abr. 2023.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C.M.B. *Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções*. Educação por escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/18875>. Acesso em: 01 abr. 2023.

NÓVOA, A. *O regresso dos professores*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011.

NÓVOA, A. *Entre a Formação e o Profissão: ensaio sobre o modo como nos tornamos professores*. Universidade de Lisboa, 2019. Currículo sem Fronteiras, v. 19, n. 1, p. 198-208, jan./abr. 2019

NÓVOA, A. *Escolas e professores: proteger, transformar, valorizar*. Colaboração Yara Alvim. Salvador: SEC/IAT, 2022. 116p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT. *Convenção nº 159 sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes*. Genebra, 1983. Disponível em: C159 - Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes (ilo.org) Acesso em: 10 out. 2023.

PAIVA, G.X.S.; FARIA, J.G.; CHAVEIRO, N. *O ensino de Libras nos cursos de formação de professores: desafios e possibilidades*. Revista Sinalizar, Goiânia, v.3, nº1, 2018. p. 68-80. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/53145/25772> Acesso em: 03 nov. 2023.

PRIETO, R.G. *Atendimento Escolar de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil*. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). *Inclusão Escolar: pontos e contrapontos*. 1. ed. São Paulo: Summus, 2006. P. 31-73

SACRISTÁN, J. G. *Currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTANA, A.P.; BERGAMO, A. *Cultura e Identidade Surdas: Encruzilhada de Lutas Sociais e Teóricas*. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005. Disponível em: Rev81_04DOSSIE (scielo.br) Acesso em: 15 de fev. 2024.

SANTOMÉ, T. J. *Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Tróia da educação*. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre. Penso, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Q0i6AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=santom%C3%A9&ots=NPldqqKM25&sig=W0tzxNPGYorx5TO1HC59DXijUCA#v=onepage&q=santom%C3%A9&f=false> Acesso em: 03 abr. 2023.

SANTOS, J. H. *et al. Pensar educação inclusiva em uma perspectiva Freiriana*. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais, Alagoas, v. 4, n. 2, p. 129–129, 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/4447/2587>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, T.T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (Org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. Ed. – Petrópolis, RJ. Vozes, 2014.

SKLIAR, C. *Educação e Exclusão: Abordagens Sócio-antropológicas em Educação Especial*. Org. Skliar. Editora: Mediação, 3º ed. 1997.

SKLIAR, C. *A Invenção e a Exclusão da Alteridade “deficiente” a partir dos Significados da Normalidade*. Educação & Realidade, [s. l.], v. 24, n. 2, 1999. Disponível em: A Invenção e a

Exclusão da Alteridade "deficiente" a partir dos Significados da Normalidade | Educação & Realidade (ufrgs.br) Acesso em: 19 mai. 2023.

SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, Editora Mediação, ed.7, p.192, 2015.

SKLIAR, C. *As diferenças e as pessoas surdas*. Revista Fórum, Rio de Janeiro, n.36 Jul-Dez, 2017. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/426>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SOUZA, D.E.R. *Uma compreensão da representatividade de famílias no contexto escolar: um estudo fenomenológico*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2015.

SOUZA, T. Z.; OLIVEIRA, M.W.O. *Educação, cultura e conscientização: apontamentos para a educação popular*. In: *Educação popular e práticas sociais: ação, processo formativo e construção do conhecimento*. (Org.): ARAÚJO, R. S.; Cruz. P.J. S.C. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. 298 p.

SOUZA, T.Z. *Oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais: inspiração para resistir em tempos de pandemia*. Por Tiago Zanquêta de Souza - Anped. 2020. Disponível em: Disponível em: Oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais: inspiração para resistir em tempos de pandemia | Colaboração de texto | por Tiago Zanquêta de Souza (GT 06) | ANPED. Acesso em: 20 mar 2024.

SOUZA, T. Z.; NOVAIS, G. S. *Colonialismo e colonialidade na educação: da denúncia ao anúncio da resistência propositiva popular*. Debates em Educação, v. 13, n. 31, p. 527–550, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10544>. Acesso em: 16 maio. 2023.

SOUZA, T. Z.; NOVAIS, G. S. *Resistência propositiva popular: em tempos de marco de referência e disputas por outra educação*. Reflexão e Ação, v. 30, n. 1, p. 38-56, 21. 2022a. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/16054>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SOUZA, T. Z.; NOVAIS, G. S. *Políticas públicas educacionais brasileiras: a ocultação dos movimentos de resistência propositiva popular*. In: Silva, F.C.T.; Real, G.C.M. (Org.). Escrita da pesquisa em educação na região Centro-Oeste. V.5. 2022b. 384p.

SOUZA, T. Z.; NOVAIS, G. S.; VASCONCELOS. *A ética da alteridade-cuidado nos processos formativos-investigativos do/no campo da Educação Popular: diálogos interinstitucionais*. Periódico Horizontes – USF – Itatiba-SP. 2023, p. 1-19.

STROBEL, Karin Lilian. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

TABOSA, M.F.S. *Corpos que falam: os olhares dos docentes e dos alunos surdos acerca da inclusão nas aulas de educação física do ensino médio do IFRN*. 2019. Dissertação – Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, p. 130. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29178>. Acesso em: 08 jan. 2023.

TOMBOLATO, M.A.; SANTOS, M.A. *Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI): fundamentos básicos e aplicações em pesquisa*. Rev. abordagem gestalt. Goiânia, v. 26, n. 3, p. 293-304, 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672020000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 mar. 2024.

TUBINO, M. J. G. *Dimensões sociais do esporte*. São Paulo, Cortez, 3º ed., v. 25, 2011. Coleção questões da nossa época.

APÊNDICE I - ROTEIRO PARA ENTREVISTA: PROFESSORES SURDOS

1- Dados pessoais:

- Nome completo (caso queira se identificar):
- Formação acadêmica:
- Tempo de atuação na área:

2- Experiência profissional:

- a. Você possui experiência profissional no âmbito da Educação Básica, desempenhando papel como docente para alunos ouvintes?
- b. Já participou do processo de designação, isto é, quando o candidato a professor concorre a vaga para lecionar nas escolas públicas do Estado?
- c. Já participou de concurso público para professor em escolas regulares do Estado de Minas Gerais? Como foi o processo?
- d. Conhece alguma legislação que auxilie e/ou apoie o ingresso de professores surdos/as nas escolas de Educação Básica? Quais?
- e. Você conhece a Lei de Cotas aplicada em concursos públicos? Se sim, já fez uso dela?
- f. Qual sua perspectiva sobre a implementação dessa legislação?

3- Docência na educação básica:

- a. Como professor/a e surdo/a representante da categoria, na sua opinião, quais seriam as dificuldades encontradas para a docência, seja em Educação Física ou nas demais áreas do conhecimento, lecionando no Ensino Regular para alunos ouvintes?
- b. Em sua opinião, como o Estado deve se preparar para que haja a inclusão de professores/as surdos/as nas escolas de Educação Básica?
- c. Você acha que a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS deve ser acrescentada no currículo da Educação Básica, assim como a língua estrangeira? Por quê?
- d. Como você poderia caracterizar uma escola cujo princípio é a inclusão, abrangendo desde os alunos até os docentes?
- e. Quais seriam os benefícios considerados por você para que as escolas tenham professores/as surdos/as em seu quadro de docentes?
- f. Quais as dificuldades os professores/as surdos/as podem encontrar ao lecionar para ouvintes?

- g. Como você prepara suas aulas?
- h. Ao prepará-las, elas são pensadas para surdos e ouvintes?

4- Avaliação e complementação sobre a pesquisa e entrevista:

- a. Na sua opinião, quais adequações são necessárias para receber o/a professor/a surdo/a que deseja ingressar nas escolas de Educação Básica para lecionar especificamente para alunos ouvintes?
- b. Gostaria de sugerir alguma outra questão que considera relevante para enriquecer a nossa pesquisa?

APÊNDICE II - ROTEIRO PARA ENTREVISTA: ESPECIALISTAS, COORDENADOR E DIRETOR ESCOLAR

1- Dados pessoais:

- a. Nome completo (caso queira se identificar):
- b. Formação acadêmica:
- c. Tempo de atuação na área:

2- CAS/ Uberaba e escolas de educação básica:

- d. Qual é a natureza do vínculo institucional entre a Escola Quarteto Fantástico com Capoeira?
- e. Os professores/as surdos/as participam de processo seletivo, concurso ou designação para trabalhar na Capoeira?
 - Como é realizada essa contratação?
- f. Os professores/as surdos/as lecionam somente a LIBRAS e/ou quais as áreas do conhecimento são habilitados e atuam?
- g. Quais as formas de vinculação a Capoeira com as demais escolas, facilitando e ampliando a convivência ao levar a cultura surda para todas as escolas de educação básica da cidade?
- h. Por qual motivo a Capoeira tem foco no ensino da matemática para surdos/as, não deveria abranger todas as áreas do conhecimento, por exemplo a educação física, português e demais?
- i. São ofertados cursos para alunos/as, professores/as e toda a comunidade escolar da escola Quarteto Fantástico e demais escolas públicas do estado em Uberaba?
 - Como são realizados os cursos?
 - Quais são as formas de divulgação dos cursos?

3- Políticas Públicas:


- a. Quais são as políticas públicas relacionadas ao auxílio e/ou apoio aos professores/as surdos/as que desejam ingressar no emprego público para lecionar para alunos ouvintes, nas diversas áreas do conhecimento?
- b. Considerando a Língua “Brasileira” de Sinais- LIBRAS, é importante que ela seja incluída no currículo educacional do estado de Minas Gerais?
- c. Conhece alguma legislação que auxilie e/ou apoie o ingresso de professores/as surdos/as nas escolas de educação básica? Quais?
- d. Considera a Lei de Cotas suficiente para o ingresso no emprego público, especificamente nas escolas de educação básica, para professores/as surdos/as?

- e. Quais adequações se fazem necessárias para inclusão de professores/as surdos/as no processo de designação nas escolas de educação básica e públicas?
- f. Qual a sua perspectiva acerca das modificações imprescindíveis para acolher docentes surdos/as que almejam atuar nas instituições de educação básica, ministrando aulas para aluno e alunas ouvintes?

4- Avaliação e complementação sobre a pesquisa e entrevista:

- a. Na sua opinião, quais adequações são necessárias para receber o/a professor/a surdo/a que deseja ingressar nas escolas de Educação Básica para lecionar especificamente para alunos ouvintes?
- b. Gostaria de sugerir alguma outra questão que considere relevante para enriquecer a nossa pesquisa?

ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DE UBERABA -  UNIUBE

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O INGRESSO E A PERMANÊNCIA DE PROFESSORES SURDOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE MINAS GERAIS

Pesquisador: NAYHARA LOPES DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 72823623.0.0000.5145

Instituição Proponente: Sociedade Educacional Uberabense

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.288.299

Apresentação do Projeto:

Trata-se de primeira submissão do projeto intitulado "O INGRESSO E A PERMANÊNCIA DE PROFESSORES SURDOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE MINAS GERAIS" da aluna de mestrado NAYHARA LOPES DE OLIVEIRA. O presente projeto de pesquisa está vinculado à linha Práticas Docentes para a Educação Básica; ao projeto de pesquisa intitulado "Educação na diversidade para a cidadania: um estudo de processos educativos e formativos escolares e não escolares", ao Grupo de Pesquisa Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas (FORDAPP) e à Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Escolas de Educação Básica – RECEPE. Tem como objetivo geral conhecer e analisar o processo de ingresso do/a professor/a surdo/a Licenciado/a em Educação Física para docência com alunos ouvintes em escolas de educação básica e públicas. O método é o fenomenológico, de abordagem qualitativa, envolvendo o sujeito-pesquisador e as vivências adquiridas em seu percurso com a exploração de documentos de forma subjetiva. A pesquisa utilizará a técnica de análise documental como principal método de coleta de dados possibilitando reconstruções do passado e da contemporaneidade. Serão analisados documentos oficiais, legislações, diretrizes curriculares, entre outros materiais relevantes, a fim de compreender as políticas públicas e diretrizes que envolvem o ingresso e a permanência do/a professor/a de Educação Física surdo/a na educação básica e para enriquecimento a pesquisa de campo por meio de entrevista não estruturada. Os resultados dessa pesquisa poderão contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais e

Endereço: Av. Nene Sabino, 1801

Bairro: Universitário

CEP: 38.055-500

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3319-8816

Fax: (34)3314-8910

E-mail: cep@uniube.br

Continuação do Parecer: 6.268.299

com o desenvolvimento de estratégias de apoio e suporte adaptado para os profissionais surdos/as que pretendem integrar-se no ensino para ouvintes, como produto, temos o propósito de elaborar um manual técnico-pedagógico de orientação para acolhida do/a profissional de educação física surdo/a para ser implementado nas escolas de educação básica.

Objetivo da Pesquisa:

Retira-se do projeto:

Objetivo Primário:

Conhecer e analisar o processo de ingresso do/a professor/a surdo/a Licenciado/a em Educação Física para docência com alunos ouvintes em escolas de educação básica e públicas.

Objetivo Secundário:

Identificar as políticas públicas de inclusão para a pessoa surda egressa do ensino superior para ingresso no mercado de trabalho, especificamente na escola pública;

Verificar se o/a professor/a surdo/a tem direito ao/à intérprete de Libras, tanto para interpretação de português para Libras quanto de Libras para português, no momento das aulas;

Verificar se o governo disponibiliza formação para alunos/as, professores/as e demais funcionários nas escolas, para efetivar a inclusão do/a professor/a surdo/a.

Elaborar manual técnico-pedagógico de orientação para acolhida do profissional de educação física surdo nas escolas de educação básica

Avaliação dos Riscos e Benefícios:


Retira-se do projeto:

Riscos:

São previstos os seguintes riscos: barreiras ou ruídos de comunicação que podem indicar um desafio na compreensão da entrevista. Para que isso não aconteça, em parceria com o CAS e a Uniube teremos a presença de um intérprete de Libras no momento das entrevistas. Em relação a perda de confidencialidade e à quebra de sigilo dos dados, as seguintes medidas serão tomadas, tais como: o uso de pseudônimos quando da escrita e publicação do trabalho e não divulgação da realização da pesquisa em seu desenvolvimento. O agendamento da entrevista ocorrerá respeitando a disponibilidade do participante, de forma a gerar o mínimo de transtornos e impacto em sua rotina individual e de trabalho. Os convites serão feitos

por e-mail, enviados individualmente, e/ou presencialmente, em contato diretamente com o participante, na escola locus de investigação. Além disso, caso as entrevistas forem gravadas pelo

Endereço: Av. Nene Sabino, 1801		
Bairro: Universitário		CEP: 38.055-500
UF: MG	Município: UBERABA	
Telefone: (34)3319-8816	Fax: (34)3314-8910	E-mail: cep@uniube.br

UNIVERSIDADE DE UBERABA - 
UNIUBE

Continuação do Parecer: 6.268.299

google.meet, a pesquisadora fará o download e as armazenará em dispositivo próprio, eliminando-as das nuvens de armazenamento remoto.

Benefícios:

Com a entrevista, a presente pesquisa poderá obter os seguintes benefícios: trazer uma perspectiva valiosa sobre a inclusão e políticas públicas, com experiências pessoais e profissionais que podem ajudar a identificar os desafios específicos que são enfrentados pelos professores surdos, contribuindo para formulação de políticas públicas inclusivas. Com a efetiva participação do professor surdo na entrevista tem-se a oportunidade de enriquecer os dados coletados, que poderão permitir uma compreensão mais abrangente dos desafios e posteriormente soluções para a inclusão dos profissionais surdos nas escolas do estado.

Os benefícios claramente superam os riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa pertinente e de grande relevância para a comunidade surda, já que possibilitará uma análise da realidade da participação do professor surdo no ambiente escolar.

Importante também para a sociedade como um todo porque se faz muito necessário o diálogo sobre inclusão como ela deve realmente ser, evitando ações capacitistas e omissas à população surda, neste caso.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou:

- folha de rosto devidamente assinada;
- PB;
- projeto brochura detalhado;
- declaração da pesquisadora;
- roteiro de entrevista gestão escolar;
- roteiro de entrevista professor surdo;
- TCLE;
- autorização da escola;

Recomendações:

Atentar para o Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, que trata dos procedimentos de

Endereço: Av. Nene Sabino, 1801	CEP: 38.055-500
Bairro: Universitário	
UF: MG	Município: UBERABA
Telefone: (34)3319-8816	Fax: (34)3314-8910
	E-mail: cep@uniube.br

Continuação do Parecer: 6.288.299

pesquisa em ambiente remoto, caso as entrevistas forem gravadas pelo Google Meet.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise, o projeto foi considerado aprovado, salvo melhor juízo deste comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em 06/09/2023 a plenária votou de acordo com o relator, pela aprovação da proposta. Ressalte-se, em tempo, que o pesquisador é o direto responsável pela pesquisa, devendo apresentar dados solicitados pelo CEP, ou pela CONEP, a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob guarda e responsabilidade, por 5 (cinco) anos após a pesquisa; informar e justificar qualquer alteração na pesquisa, e apresentar o relatório final do projeto desenvolvido ao CEP, conforme Res. 510/2016, Cap. VI, Art. 28, Incisos III a V.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2188773.pdf	04/08/2023 10:58:35		Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_pesquisadora.pdf	04/08/2023 10:58:01	NAYHARA LOPES DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_GESTAO_ESCOLAR.pdf	04/08/2023 10:56:59	NAYHARA LOPES DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_PROFESSORES_SURDOS.pdf	04/08/2023 10:56:21	NAYHARA LOPES DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	04/08/2023 10:55:23	NAYHARA LOPES DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Autorizacao_da_escola.pdf	04/08/2023 10:54:18	NAYHARA LOPES DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_brochura.pdf	04/08/2023 10:52:53	NAYHARA LOPES DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_NAYHARA.pdf	04/08/2023 10:51:28	NAYHARA LOPES DE OLIVEIRA	Aceito


Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Nene Sabino, 1801
 Bairro: Universitário CEP: 38.055-500
 UF: MG Município: UBERABA
 Telefone: (34)3319-8816 Fax: (34)3314-8910 E-mail: cep@uniube.br

UNIVERSIDADE DE UBERABA - 
UNIUBE

Continuação do Parecer: 6.288.299

UBERABA, 08 de Setembro de 2023

Assinado por:
Geraldo Thedei Junior
(Coordenador(a))

Endereço: Av.Nene Sabino, 1801
Bairro: Universitário **CEP:** 38.055-500
UF: MG **Município:** UBERABA
Telefone: (34)3319-8816 **Fax:** (34)3314-8910 **E-mail:** cep@uniube.br

